



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo – CET
Mestrado Profissional em Turismo

**A EXPERIÊNCIA DAS VISITAS GUIADAS E AUTOGUIADAS:
UM ENSAIO INTERPRETATIVO PELO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GO**

THAMYRIS CARVALHO ANDRADE

Brasília-DF, julho de 2014.



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo – CET
Mestrado Profissional em Turismo

**A EXPERIÊNCIA DAS VISITAS GUIADAS E AUTOGUIADAS:
UM ENSAIO INTERPRETATIVO PELO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GO**

THAMYRIS CARVALHO ANDRADE

Projeto de qualificação apresentado ao Centro de Excelência em Turismo – CET para a obtenção do grau de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena.

Brasília-DF, julho de 2014

Andrade, Thamyris Carvalho.

A Experiência das Visitas Guiadas e Autoguiadas: Um Ensaio Interpretativo Pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – Go/
Thamyris Carvalho Andrade, 2014.

143 p.:

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2014.

Orientador: Luiz Carlos Spiller Pena

É concedido à Universidade de Brasília permissão para produzir cópias desta dissertação, emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Thamyris Carvalho Andrade



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo – CET
Mestrado Profissional em Turismo

**A EXPERIÊNCIA DAS VISITAS GUIADAS E AUTOGUIADAS:
UM ENSAIO INTERPRETATIVO PELO PARQUE NACIONAL
DA CHAPADA DOS VEADEIROS – GO**

THAMYRIS CARVALHO ANDRADE

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Karina e Silva Dias
Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco
Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

Suplente: Prof^a Dr^a Marutschka Martini Moesch

Brasília-DF, julho de 2014

Ao meu amado e saudoso pai, Domingos Andrade (*in memoriam*), pelos eternos ensinamentos; e à minha mãe, Dilvanice Carvalho, pelo amor, compreensão e exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde e por me proporcionar a cada manhã uma incansável vontade de viver.

Ao meu pai, que certamente estaria orgulhoso por mais esta vitória alcançada;

À minha mãe, por tudo que me proporcionou ao longo destes anos e por todo amor, carinho e atenção que a mim dedicou;

Ao meu marido, amado, amigo e eterno namorado, Plínio Augusto de Meireles Jr., por seu amor e dedicação;

Ao meu irmão, Matheus Carvalho, pelo exemplo de dedicação e vitória;

Ao meu orientador, Luiz Carlos Spiller Pena, por sua compreensão, colaboração e principalmente por ter sonhado e trabalhado em prol de um bom resultado;

Aos meus amigos, Carla Oliveira, Elaine Bardawil, Luciana Henrique, Anna Raíssa Guedes, Raul Victor Guedes, Mauro Sampaio e Bernardo Bardawil pela colaboração e essencial participação para a realização deste experimento;

Às amigas do mestrado: Carolina Fávero, Elissélia Ramos, Ângela Gomes, Juzânia Brandão, Laís Martins, Geruza Erig e tantos outros, por terem dividido, contribuído e sonhado com a realização deste sonho;

Aos professores doutores do Centro de Excelência em Turismo/ UnB pela total colaboração e dedicação a nós alunos. Em especial à Marutschka Moesch, Karina Dias, Neio Campos, Donária Duarte e Elenita Nascimento;

Aos guias de turismo da Chapada dos Veadeiros, pela colaboração e dedicação à profissão.

Aos dirigentes do PARNA-CV, representados pelos analistas do Instituto Chico Mendes, pelas informações prestadas.

Às colegas do Projeto de Pesquisa da Chapada dos Veadeiros, Rayanne Cristina, Elizabeth Pazello e Samara Lima, pelas risadas, viagens e produções literárias.

Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver.

Amyr Klink

RESUMO

Os estudos sobre a experiência do turista em áreas protegidas são importantes para que se possa conhecer o processo da viagem e suas peculiaridades, tanto do ponto de vista da motivação inicial quanto dos impactos (positivos e negativos) deixados na localidade. O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PARNA-CV), criado em 1961, recebe em média 20 mil turistas por ano e, em janeiro de 2013, passou a oferecer a opção da visita sem a obrigatoriedade de contratação do guia de turismo, em atendimento à Instrução Normativa 8/2008, do Instituto Chico Mendes de Conservação e Pesquisa – ICMBIO. Tal ação suscitou manifestações de contrariedade principalmente pelo grupo de Guias locais, e tornou-se o tema/problema que motivou essa dissertação, que fez investigações com o objetivo de discutir até que ponto o turista necessita realmente de um mediador para suas visitas em áreas naturais protegidas e como visitas realizadas pelo guia de turismo ou as autoguiadas impactam diferentemente a viagem e a percepção da experiência pelo turista. O referencial teórico trata da visitação e do uso turístico de áreas protegidas, da relação do guiamento com a experiência turística da visitação. O método da fenomenologia trouxe a experiência do PARNA-CV para dialogar com a teoria e verificar, a partir da identificação de aspectos essenciais, os prós e contras das visitas guiadas e autoguiadas. Como tal realidade é produzida e pode ser interpretada, inclusive em suas dimensões conflituosas ou potenciais, é o resultado que se traz para a pesquisa.

Palavras-chave: Turismo de Experiência; Parques Nacionais; Visita Guiada; Visita Autoguiada; Ecoturismo.

RESUMEN

Los estudios sobre la experiencia del turismo en las áreas protegidas son importantes para que se pueda conocer el proceso del viaje y sus peculiaridades, tanto desde el punto de vista de la motivación como los impactos iniciales (positivos y negativos) abandonaron la localidad. El (PARNA-CV) Parque Nacional de Chapada dos Veadeiros, establecida en 1961, recibe un promedio de 20.000 turistas al año, y en enero de 2013, comenzó a ofrecer la opción de visitar sin contratación obligatoria de los guías de turismo en cumplimiento, el Instituto Chico Mendes para la Investigación y la Instrucción 8/2008 de Conservación - ICMBIO. Esta acción provocó expresiones de molestia principalmente por el grupo de guías locales, y se convirtió en el tema / problema que motivó esta disertación, que hizo investigaciones con el objetivo de discutir el grado en que los turistas realmente necesitan un mediador para sus visitas en las áreas naturales proteger y cómo las visitas de guía turístico o viaje de auto-guiado y el impacto de manera diferente a la percepción de la experiencia turística. El marco teórico es el de visitas y el turismo el uso de las áreas protegidas, la proporción guía con la experiencia turística de la visitación. El método de la fenomenología trajo la experiencia de PARNA CV a comprometerse con la teoría y verificar, a partir de la identificación de los aspectos esenciales, los pros y los contras de las visitas autoguiadas y guiadas. A medida que se produce dicha realidad y se puede interpretar, incluyendo sus dimensiones o posible conflicto, el resultado es que trae a la investigación.

Palabras clave: Experiencia de Turismo; Parques Nacionales; Visita Guiada; Auto- visita Guiada; Ecoturismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Percurso Brasília – Chapada dos Veadeiros	16
Figura 2 – Senhor José Maria e Dona Maria Fernanda	18
Figura 3 – Lanchonete Portugal	19
Figura 4 – Portal de entrada de Alto Paraíso	19
Figura 5 – Morro da Baleia	20
Figura 6 – Jardim de Maytrea	20
Figura 7 – Início da Estrada de Chão	21
Figura 8 – Estágios para a Interpretação Fenomenológica	27
Figura 9 – Características dos Parques Nacionais	41
Figura 10 – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	67
Figura 11 – Formação em Maio de 2014	69
Figura 12 – Formação de 1994	69
Figura 13 – Jardim de Maytrea	72
Figura 14 – Vale da Lua	72
Figura 15 – Almácegas	73
Figura 16 – Salto do Raizama	73
Figura 17 – Cachoeira das Loquinhas	74
Figura 18 – Cachoeira Santa Bárbara	75
Figura 19 – Salto de 120m	76
Figura 20 – Salto de 80m	76
Figura 21 – Cânions	77
Figura 22 – Cariocas	77
Figura 23 – Sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	89
Figura 24 – Sala de Vídeo	90
Figura 25 – Sinalização	90
Figura 26 – Mapa das Trilhas	91
Figura 27 – Líquen Laranja	92
Figura 28 – Trilha dos Cristais	93
Figura 29 – Mirante do Rio Preto	94

Figura 30 – Mirante do Salto de 120m	94
Figura 31 – Salto de 80m	95
Figura 32 – Wilson Dourado – Guia de Turismo	109
Figura 33 – Explicações	109
Figura 34 – <i>Paepalanthus SP</i> (Chuveirinho)	110
Figura 35 – Cânion I	111
Figura 36 – Volume do Rio	111
Figura 37 – Escadaria de Acesso à Carioquinas	112
Figura 38 – Volume d'Água	113
Figura 39 – Cachoeira Carioquinas	113
Figura 40 – Início do Resgate	114
Figura 41 – Resgate com Sucesso	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo Executivo das Visitas	30
Tabela 2 – Grupos e Categorias de Unidades de Conservação	48
Tabela 3 – Unidades de Conservação Federais do Brasil	48
Tabela 4 – Total/Área de Parques Nacionais do Brasil	49
Tabela 5 – Histórico de Criação e Conflitos no Parque Nacional	67
Tabela 6 – Perfil dos Entrevistados	84
Tabela 7 – Trilha dos Saltos	91
Tabela 8 – Trilha dos Cânions e Carioquinhas	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Guias e Condutores Atuentes na Chapada dos Veadeiros	80
Gráfico 2 – Comparativo entre Guias Cadastrados e Guias Atuentes	81
Gráfico 3 – Fluxo de Turistas nos Anos de 2010 a 2014	82

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IN – Instrução Normativa

MTUR – Ministério do Turismo

PARNA-CV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros

Sumário

INTRODUÇÃO – ITINERÁRIO BRASÍLIA/ VEADEIROS	15
1.1 REFLEXÕES METODOLÓGICAS.....	25
REFLEXÕES TEÓRICAS	32
2 TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	32
2.1 PARQUES NACIONAIS.....	38
2.1.1 Parques Nacionais no Mundo: Surgimento e Evolução	39
2.1.2 Parques Nacionais no Brasil: SNUC, características e contribuições.	42
2.1.3 Políticas e Gestão para Parques Nacionais: Lidando com os Conflitos.....	50
3 TURISMO E GUIAMENTO	52
3.1 Visitas Guiadas e Hospitalidade	52
3.2 Visitas autoguiadas	55
3.3 Guiamento e autoguiamento na experiência da visita.....	56
4. O OLHAR, A IMAGEM (O REAL), O IMAGINÁRIO (A REPRESENTAÇÃO) E A EXPERIÊNCIA NUMA PERSPECTIVA TURÍSTICA.....	59
4.1 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS.....	65
4.2 A EVOLUÇÃO DO GUIAMENTO NO PARNA-CV.....	79
A EXPERIÊNCIA E O FLANAR EM “VEADEIROS”	87
5 O EXPERIMENTO DA VISITA AUTOGUIADA.....	89
5.1 Análises Autoguiadas	96
6. O EXPERIMENTO DA VISITA GUIADA	107
5.2 Análises Guiadas.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	140
A- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008.....	140
APÊNDICES.....	143
A- Convite aos voluntários para os experimentos da Pesquisa.....	143

INTRODUÇÃO – ITINERÁRIO BRASÍLIA/ VEADEIROS

Viajar es marcharse de casa, es dejar los amigos es intentar volar; volar conociendo otras ramas recorriendo caminos es intentar cambiar. Viajar es vestirse de loco es decir "no me importa" es querer regresar. Regresar valorando lo poco saboreando una copa, es desear empezar. Viajar en sentirse poeta, escribir una carta, es querer abrazar. Abrazar al llegar a una puerta añorando la calma es dejarse besar. Viajar es volverse mundano es conocer otra gente es volver a empezar. Empezar extendiendo la mano, aprendiendo del fuerte, es sentir soledad. Viajar es marcharse de casa, es vestirse de loco diciendo todo y nada en una postal. Es dormir en otra cama, sentir que el tiempo es corto, viajar es regresar.

Gabriel García Márquez

A viagem, nas palavras de Márquez, deixa entrever que a experiência vai muito além do ato humano do consumo *in loco* de determinado atrativo turístico. Em um sentido extremo, percorrer outros caminhos pode significar uma mudança em sentidos de vida e, somente por isso, a experiência turística seria suficiente para transformar o mundo.

Nessa introdução traremos os objetivos do trabalho de pesquisa e as razões de sua elaboração a partir do percurso que a autora realizou inúmeras vezes entre a capital federal, onde reside, e o território da Chapada dos Veadeiros, o seu campo de investigação. O intuito é o de aproximar o leitor ao objeto de pesquisa a partir do olhar do viajante, de uma vivência — associada a diferentes sentimentos e emoções — que pode ser a de qualquer turista que para lá se desloca, mas que sempre será o seu próprio olhar.

O percurso Brasília/Chapada dos Veadeiros é representado na figura abaixo (Figura 1) de forma linear, o que facilita a qualquer viajante que empreenda o seu deslocamento ao destino turístico que é a Vila de São Jorge, distrito do município de Alto Paraíso de Goiás.

Figura 1: Percurso Brasília – Chapada dos Veadeiros



Fonte: Adaptado de www.cavaleirodejorge.com.br

Apresentado dessa maneira, não reproduz o significado mítico que pretendo destacar, no sentido mesmo de Barthes (1989) de que o mito é uma fala, mas não

uma fala qualquer, senão um modo de significação. E se cada “objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade”, é a partir do contexto histórico da sociedade contemporânea, onde a vida da autora se inscreve, que discorre sobre a Chapada aos leitores.

Antes de tudo, ir à Chapada dos Veadeiros é um momento no qual cada paisagem ou atrativo natural se torna emblema frente ao achatamento da paisagem no ambiente da vida urbana, da visão decorrente da pressa dos deslocamentos impostos nas obrigações do dia-a-dia e que desvia nosso olhar das diferentes formas com que a cidade se apresenta. Ir à Chapada é justamente reduzir tal velocidade do percurso do olhar que já começa na expectativa da viagem, do pensamento perdido ao movimento concreto da organização da mochila (com os recursos imprescindíveis, como a máquina fotográfica que permite “captar” o olhar, os momentos vivenciados) e abastecer o carro. É a velocidade relativa naturalmente imposta pelo ambiente natural que se visitará e que, por ele mesmo, e mesmo distante, já nos guia o imaginário do Paraíso e o pensamento ao desejo de apropriá-lo como o quintal da nossa própria casa.

Saindo de Brasília pela EPIA (Estrada Parque Indústria e Abastecimento), a despedida do Distrito Federal se dá pelas margens do que há de mais precioso por aqui, o Parque Nacional de Brasília e a Reserva Ecológica de Águas Emendadas. E o que a autora mais observa? O Cerrado, suas árvores tortuosas, a cor, desta vez tudo muito verdinho por conta das chuvas do mês de fevereiro. Passando pela cidade de Sobradinho, salta aos olhos o relevo, também característico do Cerrado, que muitos consideram ter sido fundo do mar há milhões de anos. Verdade ou não, parece justificar formas tão lindas que os olhos não cansam de admirar.

Logo após o cruzamento da BR 020 com a DF 345, não é difícil avistar casais de tucanos cruzando a pista em direção à Estação Ecológica de Águas Emendadas.

O Caminho pela GO 118¹ é feito em duas etapas, antes e depois da lanchonete Portugal. Antes, saindo de Brasília, passando por São Gabriel — em que observo o surgimento das cidades que se desenvolvem às margens da rodovia — e São João da Aliança até a chegada ao nosso ponto de parada. Nesse caminho

¹ A GO 118, após ser asfaltada, possibilitou acesso fácil e rápido de turistas à região, principalmente aos moradores da capital federal. Lima (2001)

visualizam-se diferentes placas de sinalização, uma delas nos diz estarmos no centro do Cerrado, que concentra 33% da biodiversidade brasileira.

Em uma construção horizontal antiga, com paredes marcadas pelo barro vermelho do Cerrado e com pouquíssima infraestrutura, se comparada aos pontos de parada de grandes rodovias, porém que guarda uma enorme riqueza cultural, lá dentro, o “botequinho” é acidentalmente decorado com paisagens de Portugal que se justifica pelos donos, Seu José e Dona Maria Fernanda, naturais deste país (Figura 2).

Figura 2: Senhor José Maria e Dona Maria Fernanda (Lanchonete Portugal)



Fonte: mariliamoscou.com.br/

Dentre os diversos alimentos que servem na lanchonete de beira de estrada, o que fideliza o viajante é a famosa coxinha, produzida *à la Portugal*, sem massa, como se fosse feita somente de recheios. O café é por conta da casa. O Seu José acredita que essa é a maneira que ele tem de retribuir o cliente por sempre lotar sua lanchonete (Figura 3).

Figura 3: Lanchonete Portugal



Fonte: a autora.

Figura 4: Portal de Entrada Alto Paraíso de Goiás



Fonte: a autora.

Daí em diante, a segunda etapa de estrada a cumprir, depois da lanchonete Portugal, são somente 47 quilômetros até a passagem pelo portal que anuncia a cidade de Alto Paraíso (Figura 4) — nome herdado da antiga Fazenda Paraíso — que hoje abriga viajantes em busca de espiritualidade, esoterismo e natureza preservada. Todavia, o distrito de São Jorge é o destino que se busca, pois é lá que está a porta de entrada para o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PARNA-CV.

Povoado de Alto Paraíso, São Jorge era a antiga vila que abrigava os garimpeiros que trabalharam nas áreas que hoje estão incorporadas ao Parque. Vale salientar que a Chapada recebe este nome por conta dos cães caçadores de Veado Campeiro, antes muito visto naquela região.

Continuando o percurso, ao passar pelo portal da Chapada rumo a São Jorge, o ar demonstra ainda mais pureza: são 36 quilômetros de puro deleite². Muitos vieram conhecer a região e permaneceram em função da energia que esta emana, segundo creem, pelo fato da sua localização no paralelo 14°07' 48" que cruza a região, o mesmo que corta a cidade sagrada de Machu Picchu, no Peru.

Neste momento, o caminho está repleto de paisagens com distintos e elevados relevos. Sem o receio de expressar algo burlesco, a autora afirma a vontade de ser um pássaro, quem sabe um Carcará, desses inúmeros pousados nas árvores à beira da pista, cujo porte seria suficiente para sobrevoar bem de pertinho essas planícies. Seguindo caminho, rodeados pela região montanhosa que, observadas com maior cuidado, parecem ter um formato conhecido. Dentre essas temos o mirante do Morro da Baleia (Figura 5).

² Deleite: Do latim *delectare*, pode ser compreendido como prazer suave, demorado, excesso de satisfação.

Figura 5: Morro da Baleia



Fonte: a autora.

Figura 6: Jardim de Maytrea



Fonte: a autora.

Com mais alguns quilômetros tem-se o Jardim de Maytrea e, aqui sim, a paisagem consome. É arrebatadora. O Jardim é repleto de Buritizais, veredas e campos floridos. Isso é sinal de água. Maytrea denota Jesus para os místicos, Buda para os budistas e Krishna para os hindus, e por lá acreditam existir um campo de força magnética capaz de transportar as pessoas para outras dimensões (Figura 6).

Seguindo em frente, o asfalto acaba e entramos na estrada de chão. Havia muita especulação sobre o término do asfalto naqueles poucos quilômetros. Existiam os que defendiam que o asfalto deveria chegar ao município de São Jorge para facilitar a vida dos que por lá vivem. No entanto, havia também uma corrente que alegava que o asfalto atrairia um público que a cidade não desejava, ou seja, pessoas que não têm noção da riqueza e da importância de se preservar aquela região. Por fim, no mês de maio do presente ano deu-se início à construção do asfalto que dá acesso a São Jorge e a Colinas do Sul. Alguns relatos de moradores afirmam que a construção da rodovia significa um grande avanço, pois acreditam que dessa forma a cidade será beneficiada pela facilidade do acesso de turistas e dos próprios moradores.

Figura 7: Início da estrada de chão



Fonte: a autora.

Chegando a São Jorge, é como se estivesse “de volta ao meu aconchego”. Uma vila mágica, de simplicidade, beleza natural e muita cultura. O barro vermelho, o colorido das casas. Pessoas pelas ruas calçadas com seus chinelos de couro, desprendidas e despreziosas, caminham sem pressa.

A Vila torna-se ainda mais significativa depois de um dia de visitação no PARNA-CV, quando se retorna para o seu acolhimento, isso é, para o encontro com seus frequentadores e os serviços voltados para o conforto dos turistas, uma boa refeição, uma boa bebida, às vezes uma boa música e o descanso no silêncio do quarto de uma pousada.

O encontro com a natureza é, para a autora e para muitos, uma das motivações para a prática de turismo sob as diferentes formas que assume: turismo de aventura; na natureza; ecoturismo.

Muitas vezes, tais maneiras não pressupõem, necessariamente, uma apropriação e uso responsável dos atrativos naturais. Daí deve-se desconfiar também dos modos de se fazer turismo, pois se pode questionar, igualmente, ainda que em uma menor escala de impacto negativo, até que ponto não se reproduz com esse ou aquele tipo o sentido de que uma cachoeira, um rio ou um mirante são simplesmente mercadorias de consumo para o deleite das necessidades do homem.

Não fosse o uso predatório da natureza, talvez não fosse necessária a criação de unidades para a sua conservação. Deveria haver um uso mais formativo, de educação para a reflexão das problemáticas ambientais? Seria a prática do

turismo em meio natural a oportunidade para a formação de uma consciência, no sentido de superação e inovação sobre as formas de uso da natureza?

O PARNA-CV convida a todos ao encanto da visitação. Muitos dos que vivem na Vila de São Jorge, mas principalmente os descendentes dos garimpeiros que por ali trabalhavam, tornaram-se guias de turismo. E foi justamente nesse local, já por mim frequentado há mais de dez anos, que observei uma mudança que dividiu opiniões. Ser obrigatória ou não a contratação de um guia de turismo? Seria o Parque um local peculiar, de imprescindível presença de um guia para a visitação?

De São Jorge até a sede do PARNA-CV são menos de 2 km, facilmente percorridos a pé, momento em que o contato do homem com o Cerrado nativo, com a paisagem e com as novas formas que a natureza proporciona ao olhar se tornam mais presentes.

Sua sede oferece conforto e informação. É o momento de escolha: por qual trilha seguir? Assim, por meio de imagens das paisagens suspensas na parede é que o turista é atraído por um ou outro atrativo. Sua escolha pode ser influenciada pela fotografia ou ainda pelo tamanho da trilha a ser percorrida.

Os Parques Nacionais, Unidades de Conservação de Proteção Integral, procuram desenvolver uma gestão voltada para a preservação da natureza em harmonia com as ações humanas, entre elas o turismo.

Se por um lado as Unidades de Conservação devem cumprir com um papel de oposição a uma visão e práticas impiedosas sobre a natureza, quando considerada apenas como fundo territorial de matéria prima para uso na produção econômica, de outro devem contribuir para reduzir essa ideia irresponsável de disponibilidade e, ao contrário, disseminar a de responsabilidade sobre bens finitos.

Assim, para Unidades de Conservação como os Parques Nacionais poderia caber o “manejar” da consciência dos seus visitantes de lazer, que não os visitam por outro motivo. Os Parques são, na sua maioria, assistidos por guias, condutores ou guarda-parques que, em geral, prestam serviço aos turistas, e desempenham um papel supletivo ou complementar aos Parques nos quesitos de conservação, segurança e vigilância. Esse ponto tem a ver com outra questão problemática, que é a falta de recursos humanos e materiais para o próprio exercício da conservação/proteção. Tal prática permite entrever que uma parceria público/privada pode, no mínimo, ser favorável do ponto de vista da gestão e da conservação.

Todavia, a decisão tomada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO de tornar facultativa a contratação do guia de turismo para o acesso ao PARNA-CV, dentre outras decisões previstas na respectiva Instrução Normativa 8/2008, parece rumar no sentido contrário ao que poderia ser uma relação de parceria. Tal fato levou a uma situação de conflito entre o poder público, o grupo de guias locais e motivou o objetivo dessa pesquisa em observar até que ponto os turistas necessitam de mediação para suas visitas, se e como o guiamento interfere na visita, bem como a visão e a experiência do turista em áreas protegidas.

Tais questões ultrapassam uma análise sobre a importância do guia de turismo somente do ponto de vista privado, do negócio do guiamento, procurando também avaliar a relevância deste profissional para a segurança do turista, para a manutenção das Unidades de Conservação e ainda a percepção que o visitante tem deste profissional e da mediação por meio da visita. Aborda-se a experiência do turista e por meio da sua percepção almeja-se enriquecer os estudos em turismo relacionados aos atores diretamente envolvidos.

Buscou-se aqui destacar questões iniciais referentes ao potencial do turismo para a experiência do manejo em Parques Nacionais, especificamente ao ressaltar a relação do turista com os guias de turismo nessas áreas e a influência que esse último exerce sobre eles e ainda a experiência do turista sob a influência da visita autoguiada para a gestão da Unidade.

A partir desses questionamentos, a presente pesquisa teve por objetivo analisar por meio de observação, vivência e estudos, a experiência das visitas guiadas e autoguiadas no Parque.

Para a consolidação do objetivo geral, ensejou-se alcançar três objetivos específicos, a saber: 1 - Elaborar uma reflexão sobre as principais características das visitas guiadas e autoguiadas no PARNA-CV; 2 - Analisar o papel dos Guias/Condutores de Turismo na conservação do meio natural no PARNA-CV e; 3 - Compreender como ocorre a mediação dos Guias e Condutores de Turismo em relação à experiência dos turistas no PARNA-CV por meio da análise dos relatos aplicados aos turistas.

A construção teórica e descritiva deste estudo apresenta-se inicialmente por meio do caminho metodológico utilizado pela autora, de modo a situar o leitor no caminho de investigação e ações utilizadas; no segundo capítulo, é trazido o Turismo e as Unidades de Conservação como temas, abordando-se o histórico dos

Parques Nacionais no Brasil e no mundo e as políticas de gestão para os Parques; no terceiro capítulo, buscou-se situar o leitor nas discussões sobre as noções do guiamento e do autoguiamento em relação à hospitalidade, suas características, a existência do papel do guia como um mediador hospitaleiro e ainda as características das visitas autoguiadas como forma de escolha do turista. Ao propor a participação nessas visitas guiadas, se impõe a necessidade de contextualizar a discussão do tema (sobre guiamento, relação guia/turista), como vem sendo apropriado, reproduzido e associado nas pesquisas da área, desvelando aspectos que envolvam possibilidades e limitações, essenciais à compreensão da dinâmica do turismo enquanto fenômeno humano de transformação social, cultural, econômica e, sobretudo, aos processos ligados à vida.

No quarto capítulo, a autora aborda questões relacionadas à experiência, à imagem, ao imaginário e ao olhar do turista, principalmente em relação ao PARNA-CV. No quinto capítulo tem-se o flunar no PARNA-CV, abordando a experiência da autora e a experiência dos turistas no Parque.

Assim, o presente trabalho reflete sobre a experiência do turista, tais como a experiência que o turista vivencia ao percorrer o PARNA-CV e a influência que o guia de turismo exerce sobre a experiência do turista em suas visitas.

1.1 REFLEXÕES METODOLÓGICAS

O mar não é um obstáculo: é um caminho.

Amyr Klink

Ao empreendermos uma pesquisa científica a delimitação do caminho escolhido é um dos momentos mais difíceis, pois seria uma “grosseira metodológica reduzir a riqueza indevassável da realidade ao gargalo seletivo metodológico” (DEMO, 2010).

Nesse sentido, a inquietação da pesquisadora assumiu um contorno mais preocupado com a dinâmica da realidade do que com sua estrutura, para fugir das certezas que o mundo da ciência em geral exalta pela mensuração, quantificação ou experimentação.

A abordagem metodológica adotada para a pesquisa foi de natureza qualitativa; quanto aos seus objetivos, foi exploratória e quanto ao delineamento foi fenomenológica, por compreender a subjetividade como parte necessária da realidade social e não como obstáculo.

A metodologia utilizada teve por base a fenomenologia. Para Demo (2012):

Do ponto de vista fenomenológico, a base de qualquer pesquisa – sociológica, psicológica, da ciência natural ou social – é, na verdade, uma interpretação da vida cotidiana. (DEMO 2012, p. 251)

O termo fenomenologia vem do grego *phenomenon* (aquilo que se mostra, que aparece a nós primeiramente pelos sentidos) associado a *logos* (capacidade de refletir, um discurso esclarecedor), significando aquilo que se mostra como é (BUCHINA, 2011).

O método fenomenológico, conforme recomendado por Edmund Husserl, não é considerado dedutivo nem mesmo indutivo. A finalidade do referido método é lidar com o objeto de forma a interpretá-lo por meio da experiência, alegando não ser única a realidade, podendo existir inúmeras realidades, de acordo com as interpretações e as comunicações que se fazem delas (SILVIA, 2001).

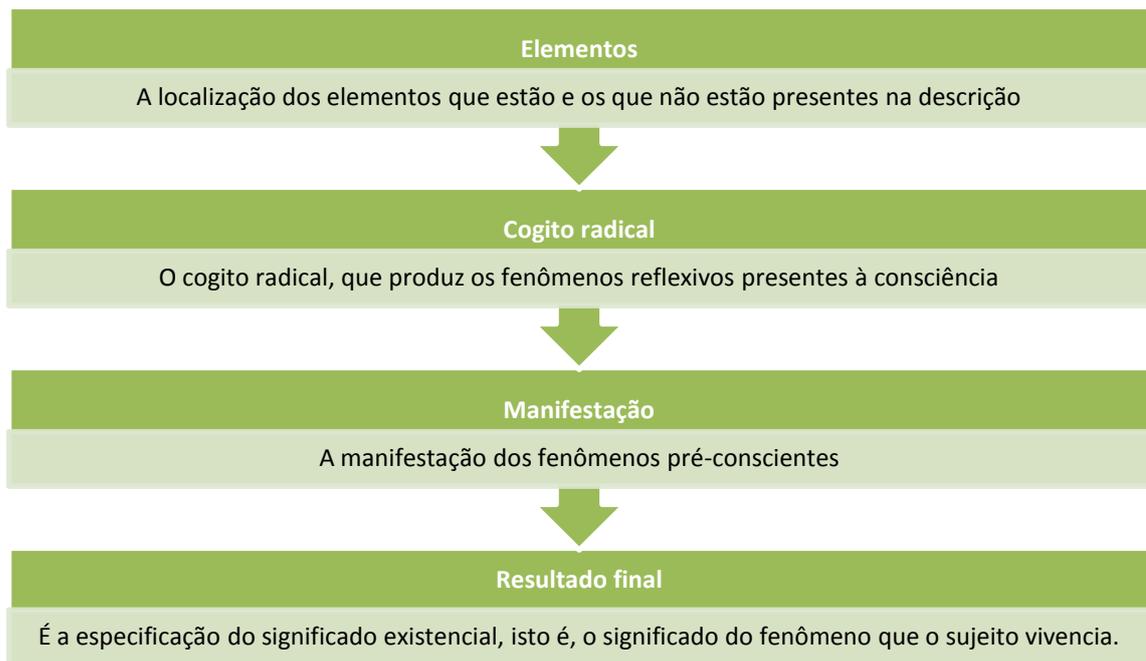
Para Merleau-Ponty (1999) a fenomenologia é:

[...] o estudo das essências, e todos os problemas, resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência. Mas a fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências da existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir da sua “facticidade”. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 5)

Não se trata de análise e explicação, e sim de uma descrição do fenômeno, tida como primeira ordem dada por Husserl e Merleau-Ponty (1999). Ainda segundo esse último autor, tudo que um indivíduo sabe sobre o mundo é por meio da sua visão e da experiência que viveu com esse mundo.

Para a interpretação fenomenológica, o autor descreve o processo por meio de quatro estágios:

Figura 8: Estágios para a Interpretação Fenomenológica



Fonte: a autora, com base em SADALA, 2004.

Em continuidade aos processos metodológicos, a interpretação e a análise das constatações foram também trabalhadas por meio da fenomenologia.

Assim, para o auxílio das técnicas de apreensão de dados optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, pela descrição do olhar da autora e a interpretação da experiência dos turistas.

O método utilizado para avaliar o experimento foi a análise de conteúdo, que tem por objetivo estudar e analisar um material qualitativo. Para Bardin (1997), este método enquadra-se numa prática de pesquisa de enfoque crítico e epistemologicamente apoiado numa compreensão em que o sujeito é ativo e produz o conhecimento. A finalidade da análise de conteúdo é a dedução de conhecimentos relativos às categorias de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que busca indicadores, podendo ser quantitativos ou não.

Para Richardson (1985), “toda comunicação que implica a transferência de significados de um emissor a um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo”.

Para este estudo será adotado o modo de comparação indireta:

Os dados são comparados com medidas de comportamento, mas seguindo-se um esquema silogístico: se em situação x, indivíduos com determinadas pautas de conduta, C¹, C² e C³ produzem respectivamente mensagens X¹, X² e X³, e se uma outra situação similar X' produz uma mensagem com características X³, pode-se inferir que o autor possui pautas de conduta identificadas em C³. (RICHARDSON, 1985, p. 180.)

Richardson (1985) afirma ainda que a análise de conteúdo pode ser aplicada não somente a documentos escritos, mas a objetos, elementos iconográficos, documentos fotográficos, cinematográficos, entre outros.

Bardin (1997) acrescenta que a análise de conteúdo é presentemente empregada para analisar e investigar materiais qualitativos com o intuito de compreender comunicações ou discursos, aprofundar suas propriedades gramaticais em relação às suas ideias, e ainda extrair deles os seus aspectos mais acentuados. Baseia-se numa visão analítica e dinâmica da linguagem. De modo que a linguagem é compreendida como a demonstração da experiência humana. Para tanto, existem três fases a serem seguidas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação.

Richardson (1985) conclui que dentre as diversas técnicas de análise de conteúdo, a mais antiga e utilizada é a análise por categoria, utilizada neste estudo de forma previamente estabelecida, de modo que os elementos foram distribuídos da melhor forma possível entre as categorias. O autor acrescenta que as categorias devem apresentar as seguintes propriedades:

Exaustividade: cada categoria estabelecida deve permitir a inclusão de todos os elementos levantados relativos a um determinado tema. Por exemplo, se se deseja analisar o vocabulário democrático de um discurso político, a categoria estabelecida deve conter todas as palavras dadas em um vocabulário democrático.

Exclusividade: nenhum elemento pode ser classificado em mais de uma categoria. Em outras palavras, as categorias devem ser bem definidas, de maneira tal que não seja possível classificar um mesmo elemento em duas delas.

Concretude: os termos abstratos são muito complexos, e sempre terão diversos significados. Assim, a classificação corre o risco de mudar de pesquisador a pesquisador.

Homogeneidade: as categorias devem basear-se em um mesmo princípio de classificação.

Objetividade e fidelidade: os vieses devidos à subjetividade dos codificadores, a diferença da interpretação, não se produzem quando as categorias são adequadas e bem definidas. (RICHARDSON, 1985, p. 194.)

As categorias de análise criadas e utilizadas para este estudo foram elaboradas a partir de inferência da autora em relação ao conteúdo abordado. Para tanto, foram definidas as seguintes categorias: 1 – Visita guiada e 2 – Visita autoguiada. Dentre as duas categorias expostas, foram definidas as seguintes subcategorias: 1 – Parques Nacionais: medo, dificuldade e insegurança; 2 – Sedentarismo / Atividade física / Tempo; 3 – Percepções sobre o guia de turismo; 4 – Percepções sobre a experiência / Olhar /Imagem e Imaginário; 5 – Percepções sobre a sinalização turística e comunicação; 6 – Percepções ambientais. Estas foram desenvolvidas a partir da percepção de critérios destacados pela autora frente à literatura que trata do assunto e ainda de sua vivência no PARNA – CV.

A fenomenologia por sua vez prestou suporte para compreender, por meio da análise, a experiência do turista ao percorrer os caminhos do PARNA-CV.

A pesquisa deste estudo partiu da indagação de responder à questão problema que trata da influência do guiamento na experiência do turista, em contra posição à experiência autoguiada. Ambas construídas pelas relações entre turistas, agentes públicos e privados prestadores dos serviços de guiamento, ou do serviço de orientação para o autoguiamento.

O primeiro caminho de reflexão para a pesquisa respeitou um processo de construção do conhecimento suportado por atividades conduzidas e projetadas, de forma sistemática, para estabelecer um quadro de discussão teórica.

Por meio de uma pesquisa exploratória sobre o tema articularam-se conceitos norteadores para reflexão sobre o surgimento de áreas protegidas no Brasil e no mundo, em especial os Parques Nacionais (DIEGUES, 2000; COSTA, 2002; WESTERN, 2005; SPINOLA, 2013; SELLARS 1997), a noção de hospitalidade associada à experiência do turista (DERRIDA, 2003; DIAS, 2002; ONFRAY, 2009; HALL, 2001; AUGÉ, 1994; KRIPPENDORF, 1989) e ao guiamento e autoguiamento (HAM 1992; CARDOSO, 2002) para sustentar uma compreensão

dedutiva acerca da consistência de argumentos apreendidos e compreendidos para a investigação do fenômeno ou da relação turista/ guiamento.

Em um segundo momento, a pesquisa caminhou por meio das experiências da própria autora com visitas guiadas e autoguiadas *in loco*, para construir duas formas de visitação com grupos de turistas, com o intento de que cada um tivesse sua percepção própria a respeito da experiência de visitação no Parque, variando entre uma visita guiada e outra autoguiada.

Deste modo, a autora acompanhou em trabalho de campo a visita de um grupo de dez pessoas, voluntárias, que se disponibilizaram a realizar duas visitas em dias e modalidades distintas. Foi solicitado a cada participante que elaborasse um relato escrito sobre cada uma das experiências vivenciadas no Parque.

Nestas duas ocasiões, os participantes tiveram a opção de visitar trilhas distintas dentro do Parque. O Quadro 1 resume aspectos sobre a execução das visitas:

Tabela 1: Resumo Executivo das Visitas

RESUMO EXECUTIVO DAS VISITAS			
Modalidade de Visitação	Visita Autoguiada	Visita Guiada	
Período de Realização	15 de fevereiro de 2014	29 de março de 2014	12 de abril de 2014
Número de participantes	10	4	6
Relatos válidos³	7	3	6
Trilha visitada	Saltos de 120m e 80m	Cânions e Carioquinhas	Cânions e Carioquinhas
Km percorridos	9 km	10,5 Km	10,5 Km

Fonte: a autora.

³ Relatos válidos: foram escolhidas 10 pessoas para aproximarmos ao máximo da realidade, pois é o número de pessoas que o Guia de Turismo pode levar dentro do Parque. No entanto, apesar de terem ido 10 pessoas, nem todas entregaram os relatos.

Assim, a metodologia aqui descrita foi o caminho escolhido para trazer à compreensão do leitor as respostas à questão problema e aos objetivos da pesquisa.

REFLEXÕES TEÓRICAS

2 TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O viajante concentra estes tropismos milenares: o gosto pelo movimento, a paixão pela mudança, o desejo ardoroso de mobilidade, a incapacidade visceral de comunhão gregária, a vontade de independência, o culto da liberdade e a paixão pela improvisação.

Michel Onfray

Como menciona Onfray (1959), o viajante carrega consigo distintos anseios relacionados ao desejo de percorrer o mundo, em especial o meio natural e às áreas preservadas. Deste modo, o Turismo representa cada vez mais um consumo ativo sobre as áreas consideradas de patrimônio natural. Fato que justifica uma atenção quanto à necessidade de preservação da natureza associada aos meios e fins que definem a prática da atividade turística.

A necessidade de preservação das áreas naturais, até então não protegidas, começou a ser compreendida no final do século XIX, nos Estados Unidos, com a iniciativa dos exploradores do rio *Yellowstone* de batalhar em prol da preservação da paisagem natural daquela localidade. Com esse esforço, em 1872 eles conseguiram a aprovação pelo Congresso Norte-Americano da ata de criação do *Yellowstone National Park*. Deste modo, surgiu oficialmente a primeira Unidade de Conservação do mundo (COSTA, 2002, p. 11).

As bases teóricas e legais para se conservar grandes áreas naturais foram definidas na segunda metade do século XIX, quando da designação de milhares de hectares da região nordeste de Wyoming como Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. DIEGUES (2008, pag. 101).

Costa (2012) afirma ainda que antes da aprovação do *Yellowstone* houve a decretação da área do atual Parque Nacional de *Yosemite*, decretada inalienável no ano de 1864 pelo então presidente, Abraham Lincoln, e que se tornou a primeira “área de preservação”.

Theodoro Roosevelt (1858-1919), presidente dos EUA entre 1901 e 1909, admirava a filosofia utilitarista de Pinchot, o seu principal conselheiro para assuntos relacionados com a conservação dos recursos naturais. O presidente seguiu as diretrizes de Pinchot, criando dezenas de florestas nacionais e áreas públicas reservadas para pastoreio e outras atividades produtivas. No entanto, Muir e outros preservacionistas também foram ouvidos por Roosevelt. A incorporação de terras ao Parque Nacional de Yosemite e a criação de 53 reservas naturais, 16 monumentos nacionais e cinco novos Parques nacionais no Mandato de Roosevelt (FRANCO e DRUMMOND, pag. 345, 2012).

No Brasil, em 1937, foi criado o primeiro Parque Nacional do país, o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro.

Esse momento de criação de Unidades de Conservação juntamente com o anseio das pessoas de percorrer estas áreas foi acolhido pelo Ecoturismo, um turismo que se desenvolve em meio às áreas naturais.

A princípio o conceito de Ecoturismo veio focado apenas na preservação da natureza, resultado do movimento preservacionista ainda na década de 1970. Com o tempo, outras características foram incorporadas à noção, por meio da evolução do pensamento sobre o assunto e o entendimento sobre desenvolvimento sustentável. A partir disso, a definição brasileira de Ecoturismo incorporou uma tendência mundial, a de envolver as populações locais nas ações e, sobretudo, como beneficiária do Turismo (WWF, 2003, p. 11). *Para a World Wide Fund for Nature – WWF*, o Ecoturismo deve possuir na base um envolvimento comunitário e se revela como:

Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade. (WWF, 2003, p. 3)

Western (2005) afirma que os primeiros praticantes do Ecoturismo foram os que em massa chegaram aos Parques de *Yellowstone* e *Yosemite* no século passado. E que ainda neste século houve uma grande mudança em viagens para áreas naturais em que começou a existir uma conscientização por parte dos turistas em relação ao impacto que eles causam e a importância da vida natural e dos interesses dos grupos locais. O autor acrescenta que o Ecoturismo representa uma relação de interesses que na prática devem promover ações que partem da preocupação com questões ambientais, econômicas e sociais (WESTERN, 2005). Ele afirma ainda que não se trata apenas de uma pequena elite de apaixonados pela natureza, mas sim de um emaranhado de interesses que surgem das preocupações de caráter ambiental, econômico e social.

Atualmente, busca-se entender o Turismo de uma forma ampla e não segmentada, apesar de ainda existirem as características e motivações que diferem um Turismo de outro, como sol e praia, cultura, gastronomia, saúde e negócios, dentre outras. Todavia, a busca pela conservação da natureza e da cultura e o envolvimento da comunidade local na atividade nem sempre é objetivo dos que se propõem a ofertar o Turismo em qualquer localidade, seja no plano das ideias (programas e projetos de natureza pública ou privada) ou das suas práticas.

Tal orientação é reforçada pela noção de Turismo Responsável, considerado um incremento ao conceito de Turismo sustentável e que define uma necessária harmonia entre as relações socioeconômicas e o meio ambiente.

O Turismo Responsável propõe um crescimento mútuo e respeitoso a partir do envolvimento da comunidade local, da opinião dos turistas e do respeito aos recursos naturais e culturais. Surgiu em meados dos anos 1990 com as primeiras preocupações sobre os problemas que o Turismo trazia para as comunidades. Em 2002 apareceu expresso na *Cape Town Declaration*⁴ sobre Turismo Responsável nas destinações, exigindo um conjunto de ações que caracterizam a sustentabilidade, mas que qualquer ação nesse sentido deve partir de um movimento endógeno, com políticas, programas e projetos alcançáveis e reais que beneficiem os conjuntos dos diferentes grupos ou agentes locais envolvidos com a atividade.

Na Declaração de *Cape Town*, o Turismo Responsável é aquele que cria melhores lugares para se viver e melhores destinos para se visitar. Tal entendimento propõe manter, em longo prazo, os recursos existentes em que se pretende conservar; resguardar e valorizar as paisagens naturais; e a biodiversidade ecológica da região, bem como o patrimônio cultural, histórico, artístico e toda a cultura da comunidade envolvida.

Todavia, para Hall (2001), assim como o Turismo pode ser uma porta para grandes benefícios e benfeitorias, ele pode igualmente impactar de forma negativa, quando participa da descaracterização da cultura local e da exploração dos recursos naturais de forma desordenada.

Krippendorf (1989) mencionou que o grande problema do Turismo era caracterizado pelo fluxo de pessoas que viajavam e os impactos por elas causados, considerando que o turista compreende muito pouco sobre a logística das cidades visitadas, e conseqüentemente se torna um agente bastante desprevenido em relação aos resultados dos seus atos e não necessariamente propenso ao mal. Mas também não se pode isentá-lo dessas conseqüências, é preciso educá-lo.

De acordo com o Manual de Políticas Locais de Turismo Responsável da WWF, o Turismo Responsável:

⁴ Declaração da Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável, ocorrido em 2002.

É aquele que mantém e, onde possível, valoriza as características dos recursos naturais e culturais nos destinos, sustentando-as para as futuras gerações de comunidades, turistas e empresários. WWF (2004, p. 16)

Para implantar o Turismo Responsável numa região existem inúmeros mecanismos necessários que devem partir de dois entendimentos básicos: o envolvimento da comunidade; e a utilização responsável dos destinos e dos recursos naturais. Por outro lado, para que tal envolvimento e utilização aconteçam de maneira efetiva (sustentável), é preciso combiná-los com regras bem definidas, de preferência regidas por políticas de direitos e deveres favoráveis aos interesses comuns ou coletivos. Política esta que inclua regulamentos regidos por uma Política Nacional de Turismo Responsável; um planejamento com visão de integração dos diversos setores do Turismo; linhas de financiamento que abranjam níveis distintos de empreendedores; campanha de educação ambiental para turistas e a certificação, por meio de critérios de avaliação, para os empreendimentos que incluem a sustentabilidade em suas atividades (WWF-Brasil, 2004).

Numa contribuição para a evolução do conceito e para o planejamento do Turismo Responsável, a WWF-Brasil (2004) traz ainda alguns princípios norteadores:

- O Turismo deve ser parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte para a conservação;
- O Turismo deve usar os recursos naturais de modo sustentável;
- O Turismo deve eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício;
- O Turismo deve respeitar as culturas locais e prover benefícios e oportunidades para as comunidades locais;
- O Turismo deve ser informativo e educacional.

Esses princípios são os fundamentos do Turismo Responsável e buscam orientar uma melhor gestão em qualquer localidade que proponha um Turismo efetivamente sustentável. Dentre os cinco princípios acima descritos destacam-se o respeito às culturas locais e o provimento de benefícios e oportunidades para as comunidades por meio do Turismo. Observa-se também o que se pode definir como a figura de um mediador hospitaleiro entre o Turismo, a comunidade e o meio natural. Essa figura ou agente local, neste contexto, é o Guia de Turismo.

Dentre os diversos agentes na prestação do serviço turístico, os guias de turismo ou condutores representam parte da cultura e da comunidade local, por

considerar que para este agente são exigidas normalmente, três a cinco anos de moradia no local para posteriormente exercerem a atividade, e assim transmitir, a cada visita, elementos de conhecimento sobre o meio em visita associados ao acolhimento, dimensão da hospitalidade que influencia de forma significativa a experiência do turista.

Assim, o Ecoturismo, considerado o Turismo que promove a interação do homem com a conservação da natureza, agrega valor a essa integração por vezes necessária. De acordo com Instituto Brasileiro de Turismo EMBRATUR (1994), trata-se de um segmento que concentra, de forma sustentável, o patrimônio cultural e natural, estimulando a conservação e a busca de pensamentos e ações ambientalistas com o objetivo de promover o bem-estar das populações envolvidas.

2.1 PARQUES NACIONAIS

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento dos homens com os semelhantes e a natureza.

Najib Anderáos

2.1.1 Parques Nacionais no Mundo: Surgimento e Evolução

Investir no relacionamento do homem com a natureza reflete o pensamento de Nagib Anderáos⁵, que acredita que desta forma é arquitetada a sustentabilidade.

Cultuar os elementos da natureza, como as árvores, a água e determinados animais eram atos de reverência empregados pelas sociedades primitivas, e normalmente originados das culturas orientais.

Na África e na Ásia, a associação da árvore com diversos ritos religiosos traduziu-se pela criação de “bosques sagrados”, que se constituíam, na realidade, no que se entende por reservas naturais integrais. (Spinola, 2013, pág. 3)

No Ocidente, a natureza só apresentava importância se fosse domesticada e empregada para o benefício humano, pensamento que persistiu até o século XVIII (Diegues, 2001), com exceções de alguns povos, como os Astecas, que já possuíam atitudes diferenciadas e com isso criaram as primeiras reservas botânicas e zoológicas no México.

A mutação dessa visão antropocêntrica se deu basicamente por meio de alguns aspectos considerados essenciais para o surgimento de ideias sobre os ambientes protegidos, tais como contato mais próximo com as culturas orientais por sua reverência aos animais e à natureza; o progresso da história natural; e a intensificação do trabalho após a revolução industrial, fato que justificou a redução da qualidade de vida e uma literatura voltada à intensa busca pelo paraíso perdido.

Assim, a primeira reserva natural foi criada por pintores franceses no ano de 1853, após colocarem sob a proteção da lei uma parte da floresta de *Fontainebleau*, com o intuito de conservar sua beleza (1996, *apud* SPINOLA, 2013).

Nos Estados Unidos, foi em um momento marcado pelo final da Guerra Civil e início da conquista e exploração do Oeste que o movimento para a criação dos espaços protegidos teve maior repercussão (DIEGUES, 2000).

Além disso, existiu um fator categórico para que os norte-americanos se lançassem em prol da preservação de áreas naturais: a afirmação do patriotismo. O cenário percorria o século XIX e os EUA não possuíam ainda uma identidade como

⁵ Disponível em <http://www.webartigos.com>.

nação, enquanto a Europa já era detentora de um legado literário e artístico consolidado. No entanto, não havendo possibilidades de competir com este continente, a afirmação do patriotismo norte-americano deu-se por meio da descoberta e proteção de paisagens extraordinárias.

Mas a contradição existente entre a facilidade de exploração e a obrigação de proteção do patrimônio natural foi por muito tempo empecilho para o avanço das políticas ambientais. Somente em 1872, como já dito, é que houve o primeiro grande marco na preservação de áreas naturais, o Parque Nacional de *Yellowstone*.

Para Sellars (1997) existem duas versões que explicam a criação do *Yellowstone*, a primeira e mais disseminada está relacionada a uma visão romântica que faz menção a uma expedição conhecida como *Washburn-Doane*, composta por amantes da natureza. O grupo acampava entre os rios Firehole e Gibbon (que se unem para formar o Rio Madison, no atual Parque Nacional de *Yellowstone*), e naquele cenário surgiu a discussão sobre a pretensão de lutar em prol da criação de uma unidade de conservação das paisagens que ali presenciaram.

A segunda versão se traduz no interesse que existia da companhia *Northern Pacific Railroad*, que considerou rentável a criação de um Parque em se tratando do fluxo de visitação e serviços que poderiam ser oferecidos a partir dessa criação.

O fato é que Sellars (1997) considera que há exageros nas duas versões, nem a primeira foi assim tão fantasiosa muito menos a segunda era somente baseada em interesses econômicos.

Na verdade houve uma junção das duas coisas e a Cia. *Northern Pacific* ajudou a patrocinar a expedição *Washburn-Doane* e encarregou-se de fazer o *lobby* necessário junto aos congressistas que, nessa época, ainda se mostravam bastante avessos à ideia de preservação, mais preocupados que estavam com a priorização de atividades econômicas “rentáveis”. (Spinola, 2013, pág. 4)

A Lei de criação do Parque *Yellowstone* afirmava a importância da visitação para a economia do Oeste americano. Com isso, o modelo de parque criado com o intuito de proporcionar lazer e natureza conservada aos visitantes e ainda isento de população residente foi rapidamente disseminado. O Canadá, em 1885, criou o seu primeiro Parque Nacional; a Nova Zelândia, em 1894; África do Sul e Austrália, em 1898; México, em 1894; Argentina, em 1903; Chile, em 1926; e no ano de 1937, o Brasil criou o Parque Nacional do Itatiaia.

Apesar desse empenho em disseminar Unidades de Conservação, houve um atraso na Europa Ocidental em relação aos esforços obtidos nas Américas. De modo que, enquanto aqui se lançavam iniciativas em prol da conservação de áreas selvagens, a Europa possuía escassos redutos de terra virgem a serem resguardadas. Apesar disso, a urgência do conservacionismo em muitos países já refletia certa inquietação em prol da vida selvagem (Sellars, 1997).

Diegues (2008) afirma que, por não existir uma consideração universalmente aceita sobre os objetivos dos Parques Nacionais, foi realizada em Londres, no ano de 1933, a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora. Nesta ocasião, foram definidas três características dos Parques Nacionais, a saber:

Figura 9: Características dos Parques Nacionais



Fonte: Diegues (2008).

No ano de 1962 foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle (EUA). O Brasil, por sua vez, já possuía 14 Parques: Itatiaia (RJ), Iguaçu (PR), Serra dos Órgãos (RJ), Aparados da Serra (SC/RS), Araguaia (TO), Ubajara (CE), Brasília (DF), Caparaó (MG/ES), Chapada dos Veadeiros (GO), Emas (GO), Monte Pascoal (BA), São Joaquim (SC), Sete Cidades (PI) e Tijuca (RJ), que somados ocupavam mais de um milhão de hectares de áreas protegidas de uso indireto (Diegues, 1998).

Também no ano de 1962, ocorreu em Bali o III Congresso Mundial de Parques Nacionais, distinguido dos demais pelo avanço em considerar o desenvolvimento socioeconômico como parte integrante do desenvolvimento dos Parques e suas relações diretas entre as populações locais.

Em nenhum momento, contudo, se reconheceu explicitamente a existência de populações locais dentro dos Parques nacionais dos países do Terceiro Mundo e nem os conflitos gerados com sua expulsão, ao se instituírem os Parques Nacionais. (Diegues, 2008, p. 103).

Somente em 1984, com a Primeira Conferência sobre Parques Culturais, é que se produziu o entendimento sobre a necessidade de igual proteção entre a diversidade biológica e a diversidade cultural.

Portanto, o entendimento mais concreto que se teve foi de que as comunidades locais afetadas pela criação de Unidades de Conservação carecem de tratamento incorporado e não concorrente da conservação, compreendendo que a exclusão destas comunidades do processo de decisão acarretará em sérias adversárias de uma preservação da natureza mal concebida e mal desenvolvida (Diegues, 2008).

2.1.2 Parques Nacionais no Brasil: SNUC, características e contribuições.

Segundo Esteves (2006), as florestas brasileiras sofrem alterações desde o desembarque dos portugueses ao território brasileiro, no ano de 1500, momento marcado por ocupação e seguido de intensa devastação. Durante todo o período de colonização, esta terra foi tida como fonte perene de recursos.

Desde a descoberta, o Brasil foi carregado pelo imaginário europeu; a descrição do país assume a imagem de um reencontro com o paraíso perdido. (Diegues, 2008, p. 113)

As ações que geraram destruição no território brasileiro por parte dos colonizadores pareciam estar ligadas ao desinteresse de se firmar nessa terra e sim extrair dela o máximo possível para ser carregado aos seus países, acrescenta o autor.

Apesar da dificuldade e contradição do sistema de colonização do Brasil, que pouco favoreceu a conservação ambiental no país, existiram esforços de contenção da devastação florestal, esforços contra a escravidão e ainda em favor de agricultores livres, capazes de preservar suas matas. Assim, a concepção de preservação foi tomando proporções maiores.

Franco e Drummond (2012) afirmam que as primeiras inquietações relacionadas às questões naturais no Brasil surgiram nos séculos XVIII e XIX, por meio de estudantes inspirados principalmente pelos debates ocorridos na Universidade de Coimbra e na Academia de Ciências de Lisboa, os quais participaram brasileiros e portugueses, que após os fatos citados seguiram para residir no Brasil e expandir suas ideias.

Os autores asseguram ainda que no Brasil essa agitação de pensamentos sobre a preservação da natureza se deu por influência principal do Iluminismo, após instituírem uma avançada análise sobre a negligente destruição do patrimônio natural.

Ao contrário do que ocorreu na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, onde a crítica à destruição do mundo natural esteve associada ao *ethos* romântico, no Brasil, o romantismo, como movimento cultural, alcançou pouca influência nesse campo. (Franco e Drummond, 2012, p. 334)

Os intelectuais racionalistas, citados pelos autores, consideravam proveitoso o valor político da natureza, e conseqüentemente desconsideravam o seu valor estético. Essa postura se dava por um interesse em instituir progresso efetivo para o país por meio de uma mudança no modelo de produção.

Franco e Drummond (2012) citam que a parcela de intelectuais que defendiam essa transformação amparava a ideia de um modelo de economia baseado no uso racional e pragmático dos recursos naturais, que apesar de se tratar de uma sociedade fundamentalmente rural, seria um modelo moderno, com forte utilização tecnológica.

Mas, apesar de possuírem atuações fortes dentro da política, eles conseguiram poucos avanços. A recuperação da Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro é considerada a atuação mais relevante e duradoura deste grupo.

A ampliação do conhecimento sobre a natureza no Brasil se deu no final do século XIX, com os já consolidados Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ e o

Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, que como centros de pesquisas consolidados, colaboraram para a disseminação dessa perspectiva, Franco e Drummond (2012).

Em São Paulo já se observava os riscos decorrentes da agricultura de plantation⁶, descritos nos artigos de Euclides da Cunha inspirados pela devastação das matas em função da construção das linhas férreas. Foram eles “Fazedores de Desertos”, escrito em 1901, e “Entre Ruínas”, publicado em 1904.

Algumas instituições surgiram e deram força a esse movimento ambiental brasileiro. No ano de 1886 foi criada a Seção Botânica, instituída dez anos depois juntamente com a Comissão Geológica e Geográfica na Serra da Cantareira. Franco e Drummond (2012) afirmam que nesta mesma localidade foi criada a primeira Reserva Florestal do Estado.

Em 1909, a Estação Biológica do Alto da Serra foi doada ao Museu Paulista. Sua fundação se deu a partir de recursos e ações do alemão Hermann Friedrich Albrecht von Ihering. Ele se tornou notório pelo seu conhecimento em Zoologia e Botânica, pela atuação junto ao Museu Paulista, onde foi fundador e diretor (1895-1915) e ainda pelos textos, em especial a “Devastação e Conservação das Matas”. Os autores acrescentam que em 1911 ele sugeriu um projeto inicial do que seria um Código Florestal, documento este que o país só teve de fato no ano de 1934.

Em 1911, Ihering cita Johan Albert Constantin Loefgren em um de seus artigos. O segundo é considerado por Franco e Drummond (2012) um dos cientistas mais influentes junto às causas ambientais do Brasil. Ele foi engenheiro-arquiteto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1874); Botânico e Meteorologista da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886); Fundador do Jardim Botânico na reserva florestal da Cantareira (1898); Influente na criação do Serviço Florestal e Botânico (1899); Atuou no Serviço de Obras contra a Seca (1911) e no ano de 1916 ingressou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ. Franco e Drummond (2012) citam ainda que:

Além de fundar o Serviço Florestal e Botânico em São Paulo, fez campanha em prol de um código nacional de florestas e de um serviço nacional de florestas. **Empenhou-se na criação de Parques nacionais.** Inspirou o início da comemoração do Dia da Árvore [...] Loefgren enfrentou, no

⁶ É um tipo de sistema agrícola bastante utilizado na colonização da América, tendo por base uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava.

entanto, muitas dificuldades para convencer legisladores brasileiros sobre a necessidade de proteger as florestas primárias remanescentes.

Franco e Drummond (2012) acrescentam a esse cenário de importância Edmundo Navarro de Andrade, que se destacou por sua postura política e por sua popularidade internacional em matéria de reflorestamento com o auxílio de espécies exóticas. Junto à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, influenciou no plantio de eucaliptos ao longo das ferrovias; também publicou os livros, “Les Bois Indigènes” (1916), “Questões Florestais” (1925) e “Os Eucaliptos” (1918), todos relacionados às demandas florestais.

Navarro era contra medidas governamentais coercitivas para proteger as florestas, posição que facilitava as suas relações com os proprietários de terras. (Franco e Drummond, 2012, p. 339)

Os autores entendem que o caminho percorrido por estes estudiosos e o caminhar de suas opiniões demonstram que principiava uma consciência da necessidade de se preservar o mundo, apesar de não existir ainda possibilidades de concretização dessas ideias.

Franco e Drummond (2012) contam que Alberto Torres (jurista, escritor e pensador político da época) afirmava que “em três séculos, tínhamos devastado mais a natureza dos que as civilizações do Egito, China e Mesopotâmia em mais de um milhar de anos de exploração continuada”. Ele acreditava que o modelo instituído pelos países desenvolvidos não deveria ser seguido pelo Brasil, por negligenciar o patrimônio natural e a humanidade. Ele foi ainda o primeiro a utilizar o termo “conservação” no país.

O conservacionismo de Torres se opunha à ideologia e à prática predominantes da expansão acelerada da fronteira agrícola e do uso imediatista de recursos naturais considerados inexauríveis. (Franco e Drummond, 2012, p. 340)

Os avanços intelectuais de Alberto Torres serviram de base para outros cientistas estabelecerem novas técnicas no quesito proteção da natureza. Franco e Drummond (2012) apontam que essa nova geração, a partir da década de 1920, aprofundou os esforços em prol da proteção da natureza no país.

Franco e Drummond (2012) destacam que no período de 1920 a 1940 um grupo⁷ de pesquisas relacionadas à história natural e à antropologia obteve certo sucesso e motivou a composição da legislação brasileira de proteção à natureza. Tais como o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca e o Código das Águas.

No ano de 1934 aconteceu a I Conferência para a Proteção da Natureza, que refletiu a preocupação com a natureza e demonstrou sua inserção nas questões intelectuais públicas. Para a elaboração de um projeto comum em favor da proteção da natureza, duas linhas de argumentação surgiram: uma relacionada à valorização do mundo natural como sendo recurso econômico a ser desfrutado, e a outra percebia a natureza pelo desfrute estético a ser venerado.

Assim, o cuidado com a natureza ora se justificava pela conservação dos recursos por ela oferecidos, ora pelo caráter estético e peculiar das paisagens.

Ainda em 1934, os Parques Nacionais foram estabelecidos no artigo 9º do Código Florestal como sendo: “Monumentos públicos naturais que perpetuam, em sua composição florística primitiva, trechos do país que, por circunstâncias peculiares, o mereçam (Brasil, 1934).”

Como dito antes, no Brasil, o primeiro Parque foi criado em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia no Rio de Janeiro, com o intuito de proporcionar lazer à população e incentivo às pesquisas científicas.

Apesar de lenta, a expansão dos parques no Brasil existiu e aos poucos adotou maiores dimensões. Em 1939, foram criados os Parques Nacionais do Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. No entanto, somente nove anos depois, em 1948, é que surgiu o quarto PARNA no país, o Parque Nacional de Paulo Afonso.

Esteves (2006) afirma que o decreto de criação do Parque de Paulo Afonso (Dec. Nº 25.865 de 24 de novembro) instituiu também os objetivos dos Parques Nacionais:

Conservar para fins científicos, educativos, estéticos e recreativos as áreas sob sua jurisdição. Além de atribuir ao Serviço a responsabilidade de “promover estudos da flora, fauna e geologia das respectivas regiões; organizar museus e herbário regionais” (Brasil, 1944).

⁷ Cândido de Mello Leitão (1886-1948), Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), e o seu filho Paulo Roquette-Pinto, Bertha Lutz (1894-1976), Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) e Alberto José Sampaio (1881-1946). Houve ainda Frederico Carlos Hoehne (1882-1959). Franco e Drummond (2012).

A partir do ano de 1959 até 1961 foram criados 12 PARNAs, dentre eles o PARNA-CV, objeto de estudo aqui tratado.

Em 1965, o novo Código Florestal definiu Parque Nacional como sendo áreas destinadas à proteção da natureza, de modo a harmonizar proteção irrestrita da flora, da fauna e das belezas cênicas com o emprego de práticas educacionais, recreativas e científicas. Diegues (2008) afirma que no presente ano já existiam 15 Parques Nacionais instituídos no país.

Dentre os esforços e avanços, pouco se falou sobre a presença de populações tradicionais nas áreas destinadas aos Parques e menos ainda foi feito em prol de sua permanência.

Diegues (2008) caracteriza esse período como um tempo em que foram perdidas grandes oportunidades de reverem as categorias de Unidades de Conservação, de modo a torná-las mais condizentes com a realidade brasileira que é caracterizada pelo subdesenvolvimento e repleta de populações não industriais, como índios, quilombolas e ribeirinhos.

Em julho do ano 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Criado e aprovado pela Lei nº 9.985, teve por objetivo estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Para Meneguel e Etchebehere (2011) o SNUC é considerado o maior conjunto de normas ambientais aprovadas pelo Governo Federal.

Criado com a finalidade de preservar e manter a diversidade biológica, os recursos naturais, a recuperação e a restauração dos ecossistemas degradados, o incentivo à pesquisa científica, a promoção da educação ambiental, sustentabilidade econômica local, o manejo e os corredores ecológicos.

Em seu artigo 2º, a Lei delibera Unidade de Conservação como:

O espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

Dentre os objetivos previstos no SNUC (2000) há que se destacar a reflexão contida neste estudo em relação à promoção do desenvolvimento sustentável a

partir de recursos naturais e da proteção das paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica.

As Unidades de Conservação – UCs são divididas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral, que buscam preservar a natureza admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvando os casos previstos em lei, e as Unidades de Uso Sustentável, que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Esses dois grupos recebem uma subdivisão que abrange as categorias de Unidades de Conservação (Quadro 3).

Tabela 2: Grupos e Categorias de Unidades de Conservação

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Grupos	Categorias
Proteção Integral	Estação Ecológica – EE
	Reserva Biológica – REBIO
	Parque Nacional – PARNA
	Monumento Natural
	Refúgio de Vida Silvestre
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental – APA
	Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE
	Floresta Nacional – FLONA
	Reserva Extrativista – RESEX
	Reserva da Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN

Fonte: BRASIL (2000).

A tabela abaixo demonstra, por meio de dados coletados junto ao ICMBIO, o quantitativo de Unidades de Conservação existentes no Brasil:

Tabela 3 – Unidades de Conservação Federais do Brasil

Unidades de Conservação Federais do Brasil		
Tipo	Total	Total em hectares
Proteção Integral	139	36.201.660,99
Uso Sustentável	173	38.846.045,73

Fonte: ICMBIO (2013).

Dentre as categorias previstas no SNUC (2000), no grupo de Unidades de Conservação de Proteção Integral estão os Parques Nacionais, territórios sob posse e domínio público.

A visitação nestas unidades está condicionada ao seu Plano de Manejo, um estudo específico da área que deve incluir sua zona de amortecimento, corredores ecológicos e, ainda, planejamentos sobre a promoção da integração à vida econômica e social das populações limítrofes.

Os Parques Nacionais têm por objetivo:

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000).

O Brasil possui atualmente 68 Parques Nacionais em funcionamento, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 4 – Total/Área dos Parques Nacionais do Brasil

Parques Nacionais do Brasil	
Total	Total em hectares
68	25.245.396,32

Fonte: ICMBIO (2013)

A implantação e a administração das Unidades de Conservação eram responsabilidades do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF em 1967, paralelamente à Secretaria de Meio Ambiente Federal – SEMA. Em 1989 essa atribuição foi transferida ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Deste modo, as unidades de conservação foram geridas pelo IBAMA até meados do ano de 2007 quando, em 28 de agosto de 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, ambos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente – MMA. O ICMBIO passou a ser o responsável pela execução das ações sobre os territórios constantes no SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e ainda monitorar todas as unidades de

conservação federais, inclusive com poder para a desapropriação de áreas particulares incluídas em seus limites.

Desde então o ICMBIO busca implantar um planejamento com vistas a promover a integração entre o público e áreas naturais protegidas.

Os Parques Nacionais estão, em sua maioria, abertos à visitação e normalmente com infraestrutura voltada para esta atividade. Os que ainda não possuem seu Plano de Manejo ficam restritos a visitantes. Este, por sua vez tem de ser criado e implantado com base nas peculiaridades da área e do bioma em que se insere o Parque em questão.

Apesar da proteção dada aos PARNAs, estes não estão isentos de conflitos, principalmente no que diz respeito às populações autóctones que normalmente ocupavam a área antes de se tornar protegida por lei.

Conflitos que seguem entre o Poder Público, as populações residentes (sejam elas Indígenas, Ribeirinhas, Quilombolas ou Garimpeiras) e ambientalistas. Neste trabalho é possível observar a vida dos garimpeiros que se tornaram Guias de turismo e atualmente vivenciam esses conflitos.

2.1.3 Políticas e Gestão para Parques Nacionais: Lidando com os Conflitos

Na teoria, tudo está muito bem delimitado, e áreas de grande relevância ecológica e beleza cênica estão protegidas por lei, quase que isentas da ação humana. No entanto, pouco foi levado em consideração sobre as populações que já viviam nestas áreas antes de sua salvaguarda, igualmente detentoras de direitos sobre a terra.

Os conflitos existentes entre populações tradicionais e proteção de áreas naturais são considerados preocupações recentes e, para alguns, “casos de polícia” por se tratar de expulsões das populações de suas terras para a demarcação de áreas ambientais protegidas (Diegues, 2008).

Esta pode ser uma visão puramente preservacionista, em que a conservação só é possível em áreas isoladas quase que completamente da ação humana. Vale destacar que existe uma distinção entre o preservacionismo e o conservacionismo.

Diegues afirma que o *preservacionismo* é normalmente composto por profissionais das ciências naturais que acreditam que qualquer interferência humana é prejudicial à natureza, influenciados pela noção preservacionista norte-americana de Parques Nacionais.

Eles consideram, portanto que a natureza selvagem é intocada e intocável e é impensável que uma unidade de conservação (parques nacionais e reservas ecológicas) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural. (DIEGUES, 2008, pág. 128).

Consideram ainda que há uma incompatibilidade entre a presença de populações tradicionais e a proteção da biodiversidade.

Já o *conservacionismo* está relacionado a um novo modelo de ambientalismo, conforme afirma Diegues (2008), intimamente ligado às questões sociais. Surge como a definição para a exploração sustentada dos recursos naturais. Nos anos de 1980 no Brasil, esse movimento percebeu uma necessidade de repensar o modelo de Parques Nacionais e Reservas, incluindo seus moradores tradicionais como parte integrantes destes.

Franco e Drummond (2012) mencionam que tanto o preservacionismo como o conservacionismo empenharam-se nos cuidados com a natureza no Brasil e no mundo.

O PARNA-CV é exemplo de acordos e conflitos entre o Poder Público e garimpeiros desde o ano de 1912, como o início do garimpo na região. Na tabela abaixo é possível visualizar cronologicamente este período.

3 TURISMO E GUIAMENTO

3.1 Visitas Guiadas e Hospitalidade

[...] muito mais do que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor, a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida as pedras milenares, de um acompanhante que consegue que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um arranha-céu hoteleiro ou de uma cabana africana.

Carlos Picazo

A hospitalidade como o ato de bem receber necessita da compreensão do contexto sociocultural onde se realiza. Dias (2002) reflete que, de um fenômeno, a hospitalidade se torna um produto e se caracteriza como serviço, referindo-se à “Interação satisfatória entre pessoas estranhas, ao conforto fisiológico e psíquico do hóspede, por meio de estruturas físicas, culturais e do espaço”.

Neste sentido, o mediador hospitaleiro é quem possivelmente realiza essa interação entre o estrangeiro e tudo aquilo que um destino oferece. Jaques Derrida (2003) foi um dos pensadores contemporâneos que abordou a questão da hospitalidade como sendo algo necessário a ser feito, independente da condição do estrangeiro/turista⁸, em que haverá uma troca necessária, feita preferencialmente sem a intervenção do Estado, de forma espontânea. O que vai ao encontro dos preceitos de respeito humano, tratando as pessoas de forma igualitária independente de suas condições sociais ou físicas.

Derrida (2003) ainda menciona existir o hóspede e o parasita, em que o parasita não traz benefícios concretos para o Turismo. No entanto, é preciso submetê-lo à hospitalidade, às boas-vindas, para que este, um dia, se torne hóspede legítimo do local.

Nesse raciocínio, Goudbout (1997) afirma que “a hospitalidade não consiste em dar o espaço a outro, mas em receber o outro em seu espaço”. Ser hospitaleiro de modo a não só receber de forma consciente e respeitosa, como envolver o turista na dialética da comunidade em questão.

Nesse sentido, entende-se o Guia de Turismo como mediador local de destaque entre os turistas e a sua destinação. Entendida a sua parcela de corresponsabilidade na prática do Turismo Sustentável, como agente que, diariamente, com a hospitalidade, media o ato de acolher e de conferir acessibilidade às informações que podem auxiliar no manejo⁹ dos patrimônios cultural e natural de determinada localidade. O Guia de Turismo é:

[...] muito mais do que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor, a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida as pedras milenares, de um acompanhante que consegue

⁸ Derrida em sua obra não faz menção ao turismo, nem ao guia de turismo, neste trabalho a autora que realiza uma analogia entre o mediador hospitaleiro como sendo o guia de turismo.

⁹ O termo *manejo*, normalmente utilizado para as ações referentes à conservação do patrimônio natural, é empregado aqui com a mesma finalidade ao patrimônio cultural, partindo do princípio que as interferências sobre determinada cultura, modo de vida local, podem implicar em impactos negativos se não forem considerados os elementos que compõem sua sociodiversidade (tradições; identidade; memória; etc).

que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um arranha-céu hoteleiro ou de uma cabana africana. (Chimenti e Tavares 2007, p. 24).

Acrescentam ainda que o Guia deve ser reconhecido como agente importante na produção turística sustentável/responsável, como multiplicador e enriquecedor de uma cultura, bem como um incentivador da conservação do patrimônio natural e cultural.

Assim, na ótica da viagem, Onfray (2009) afirma que esta começa ao se trancar a fechadura da porta, deixando pra trás o conforto da casa. A partir deste momento, o turista tem a oportunidade de ver e olhar à sua volta. Nesse caminho entre o ver e o olhar é que se observa a influência do Guia na experiência, em que este pode influenciar diretamente, contribuindo para uma visão moldada aos olhos dos que são guiados. Essa linha de pensamento defende a ideia de um movimento que molda janelas a serem vistas pelos turistas. Onfray (2009) acrescenta ainda que:

A viagem, de fato, é uma ocasião para ampliar os cinco sentidos: sentir e ouvir mais vivamente, olhar e ver com mais intensidade, degustar ou tocar com mais atenção – o corpo abalado, tenso e disposto a novas experiências, registra mais dados que de costume. (ONFRAY, 2009, p. 28)

Deste modo, por meio das visitas guiadas permite-se acessibilidade ao conhecimento que, apropriado de forma diversa, serve de base à construção dos olhares e compreensão dos turistas. Para Perez (2009), ao mesmo tempo em que os Guias proporcionam uma moldura para o destino turístico, por acompanhar boa parte do tempo dos turistas, estes se tornam representantes da cultura local, oferecendo sua visão, conhecimento, e influenciando na experiência vivida.

3.2 Visitas autoguiadas

Por outro lado, no mesmo sentido da necessidade que possui de viajar, conhecer novos lugares e percorrer novos destinos é que o homem se desloca em busca de novas experiências.

Todavia, nesse grupo existem aqueles que valorizam a importância de se viajar de forma independente, sem um intermediário. Defendendo a não obrigatoriedade de um Guia, por exemplo, para a mediação deste viajante com a paisagem a ser vista e vivida.

Ham (1992) explica que as trilhas interpretativas podem ser classificadas como guiadas e autoguiadas. As trilhas Guiadas são concretizadas por grupos de pessoas com o intermédio de um Guia, que acompanha os turistas e direciona-os a analisar, experimentar, pensar, examinar e desvendar acontecimentos relacionados ao destino vivenciado. As trilhas autoguiadas são aquelas programadas previamente, com paradas pré-definidas, em que o turista se orienta por meio de placas, croquis ou mapas que possuem informações para a exploração do trajeto sem o acompanhamento de um Guia.

Para Cardoso et al. (2002), as trilhas autoguiadas têm por objetivo a oferta de uma maior autonomia aos turistas, sendo consideradas mais uma opção para a prática do lazer, da interpretação e educação ambiental, em que de forma diferenciada adquirem conhecimentos sobre a relevância dos recursos naturais, possibilitando e estimulando o olhar específico do turista.

O olhar e o ver são formas distintas do turista desfrutar a experiência. Para Tiburi (2005), o olhar é mediado, de forma pausada, por remeter a uma concentração, ao passo em que o ver é próximo e distraído. Ver é um olhar abstrato, desinteressado, que tem como objetivo apenas a informação do recurso/atrativo existente.

Essa forma de movimento e registro sobre a veracidade do real e da ideia que se fez deste pode conter um risco na viagem que consiste em conhecer independentemente um local. Num conflito entre conhecer os “lugares comuns” e se aventurar por locais nunca antes conhecidos. Augé (1994) afirma que:

O espaço como prática dos lugares e não do lugar procede, na verdade, de um duplo deslocamento: do viajante, é claro, mas também, paralelamente, das paisagens, das quais ele nunca tem senão visões parciais, “instantâneos”, somados confusamente em sua memória e, literalmente, recompostos no relato que ele faz delas. (Augé, 1994, p. 19).

O autor menciona ainda que a viagem estabelece uma analogia fictícia entre o olhar e a paisagem. Mesmo que a viagem seja caracterizada pelos lugares das práticas, assim chamados de espaço, ainda assim seria necessário acrescentar que há espaços que o indivíduo experimenta como parte de uma plateia, sem que a natureza do espetáculo influencie na sua experiência. Na mesma linha de pensamento, Klynk (2000) cita que:

[...] um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver. (KLYNK, 2000)

Klynk (2000) defende a ideia de viajar a partir do que realmente o Turismo oferece. O ir até o destino e dele participar, não somente como expectador, mas como parte integrante daquela logística.

Aparentemente, o conflito entre a experiência da visita guiada e autoguiada pode fortalecer a ideia de que conhecer locais comuns, na experimentação guiada, deixa pra trás a oportunidade e o risco de conhecer novas imagens, possibilidades incontáveis do encontro entre o turista e as paisagens, por se tratar de um olhar condicionado.

3.3 Guiamento e autoguiamento na experiência da visitação

A visita não Guiada permite ao turista uma maior liberdade durante o passeio, podendo optar por apreciar e dosar o tempo de acordo com a paisagem e o atrativo que para ele seja mais convidativo. Mas para um turista inexperiente, por exemplo, essa tentativa pode também acarretar num grande risco no que diz

respeito à sua própria segurança em trilhas e uma ausência de ações para a conservação das respectivas áreas.

Já a visita guiada proporciona segurança ao turista, agrega valor à visita pelo conhecimento histórico sobre fauna, flora, clima e cultura da região que o Guia transporta e dissemina aos turistas durante o passeio. Proporciona também a geração de emprego e renda para os moradores da região que veem o exercício da atividade como uma forma de ascensão da sua condição socioeconômica a partir de sua inserção no Turismo local. Nesta modalidade de visita, o turista encontra-se num estado de ser observado, em que regras têm de ser seguidas e horários cumpridos. Essas condutas regradas são principalmente sobre o comportamento dos turistas diante do local visitado para o prolongamento da conservação ambiental.

Os prós e contras sobre a visita guiada e não guiada aqui refletidos não resume um consenso das ideias sobre o assunto; porém, observa-se que o desejo de cada turista é colocado como fator de relevância sobre o espaço comum, objeto de visitação.

O espaço comum foi por diversas vezes cenário de grandes conflitos e continua sendo motivo de preocupação quando se trata da gestão responsável destes ambientes. Nesse sentido, pode-se comparar à teoria abordada pelo pesquisador Garret Hardin (1968) em sua obra *The Tragedy of the Commons*, publicada no ano de 1968, em que afirma que, considerado como uma armadilha social, os espaços comuns envolvem conflitos entre interesses particulares e o bem comum no uso de recursos não renováveis. Para Hardin (1968), o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito acarretam em condenar estruturalmente o recurso por conta da sua superexploração.

Com o crescimento da população humana e os recursos da Terra sendo bens finitos, questiona-se a melhor maneira para agir em locais em que há vários interesses sobre a área comum, como posse de terras, comércio, lazer e especulações imobiliárias, dentre outras. Hardin (1968) ainda argumenta contra a confiança que se coloca na consciência dos turistas como um modo de policiar os bens comuns, indicando que isto beneficia sujeitos individualistas e não aqueles de grande cautela. Ele afirma a necessidade de existir várias formas de controle para deter ou limitar essa superexploração. Nesse sentido, existe uma preocupação em confiar que os turistas das visitas não Guiadas são todos, pessoas de boa vigilância.

A experiência do turista e a influência que as formas de guiamento exercem sobre ela é o motivo de maior questionamento desse estudo. Discute-se até que ponto o turista necessita de um mediador para suas visitas, por se tratar de alguém que é por vezes explorador, busca aventuras, novas experiências, novos destinos, nova gastronomia, que busca pelo incomum não só na paisagem, mas nos modos de ver e olhar, sem medo do desconhecido e do não gostar, de não atender expectativas pré-concebidas.

Para um turista conservador e/ou talvez inexperiente em determinados destinos, o guiamento permanece como uma boa alternativa, podendo ser proporcionada uma visita rica, completa de informações culturais, ambientais e saberes tradicionais. Uma visita nos moldes ideais para qualquer turista interessado em saber exatamente aquilo que o levou àquele destino, com roteiros e horários pré-definidos.

No entanto, para os dois tipos de turistas (guiados e autoguiados) aqui tratados, compreendeu-se a necessidade de uma educação e postura voltadas para a responsabilidade dentro do ambiente, principalmente se tratando de ambientes naturais.

4. O OLHAR, A IMAGEM (O REAL), O IMAGINÁRIO (A REPRESENTAÇÃO) E A EXPERIÊNCIA NUMA PERSPECTIVA TURÍSTICA

A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima.

Milton Santos

O desejo de apreciar locais distintos do seu convívio é um sentimento que vem desde os tempos do nomadismo e das primeiras viagens épicas, percorrendo o imaginário das civilizações desde os primórdios (Trigo, 2010). Desejo e necessidade evidenciados em diversos escritos antigos como os de Gilgamesh (1900 a. C), um mito babilônico que trata das histórias das viagens de um jovem rei sumério; Ulisses, em *Odisseia*, na busca pela volta pra casa na ilha de Ítaca e o reencontro com sua esposa, Penélope; *Argonautas*, contando toda a expedição de Jasão, que posteriormente deu vazão a outros textos, como as cartas satíricas remontando a história de Jasão em busca do tesouro.

Trigo (2010) menciona ainda os relatos bíblicos que tratam das viagens no Antigo e no Novo Testamento, as utilidades, as realidades e as intensidades das viagens que construíram o texto bíblico.

Três vezes fui açoitado com varas, uma vez fui apedrejado, três vezes sofri naufrágio, uma noite e um dia passei no abismo; Em viagens muitas vezes, em perigos de rios, em perigos de salteadores, em perigos dos da minha nação, em perigos dos gentios, em perigos na cidade, em perigos no deserto, em perigos no mar, em perigos entre os falsos irmãos; Em trabalhos e fadiga, em vigílias muitas vezes, em fome e sede, em jejum muitas vezes, em frio e nudez. (Bíblia, Novo Testamento, 2 Coríntios 11:25-27 1969)

No mundo contemporâneo, esse desejo ainda é evidente e se difunde por diferentes razões. Ensejos profissionais ou de lazer podem incentivar um indivíduo a se deslocar em prol de alguma nova experiência, em outros estados, países e até mesmo na própria cidade onde mora.

Schelle (2001) menciona que o passeio não é um simples movimento físico do corpo o que não incluiria qualquer atividade do espírito e ainda acrescenta que:

Um indivíduo comum que não tenha cultivado o seu espírito não sente necessidade de passear e teria dificuldade em se habituar ao passeio. A razão é muito simples. Para ser tocado pelos encantos do passeio e sentir sua necessidade intelectual, é necessário ter um certo nível de cultura, uma bagagem intelectual que nem todo o mundo possui; e, conseqüentemente é totalmente natural que um simples jornalista não possa sentir o prazer agradável de um passeio. (SCHELLE, p. 19, 2001)

Para Murta e Albano (2002), é preciso dedicar mais atenção ao turista no que diz respeito à informação sobre a localidade, seus moradores, modos de fazer e saber, histórias e lendas de cada povo que se visita. Há que se aperfeiçoar a

experiência da visita estimulando o olhar, acendendo a curiosidade e induzindo o turista a desvendar as magias que os lugares oferecem. Os autores mencionam ainda que é por meio da interpretação do Patrimônio Natural e Cultural que se podem estimular os distintos modos de olhar e as formas de apreensão do novo, pois consideram a experiência turística fortemente visual, e por isso os turistas tendem a buscar a singularidade e os mais acentuados símbolos do local.

No entanto, eles não discutem sobre uma interpretação qualquer, mas sim sobre uma boa análise que marque a propriedade da descoberta, desvende os significados e alcance as emoções, ao invés de apenas transmitir informações baseadas em fatos. O foco dessa apreciação traduz na qualidade efetiva da comunicação que se estabelece com o turista, como afirmam Murta e Albano (2002) “Mais que informar, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo. Esta é a sua essência”.

Freeman Tilden, considerado o pai do Turismo interpretativo, escreveu o primeiro livro sobre a interpretação sistemática dos patrimônios naturais, cujo objetivo era sensibilizar os turistas dos Parques Yosemite e Grand Canyon sobre a importância dos santuários naturais (Murta e Goodey, 2002).

Mas para sensibilizar o turista é preciso antes conhecer a motivação que o leva a determinadas localidades. Assim, Ross (2001) cita as duas motivações centrais de Grayet et al. (2001): O gosto pelo diferente e a busca de excitação.

Gosto pelo diferente: o desejo de trocar o conhecido pelo desconhecido, de abandonar as coisas familiares e conhecer lugares, pessoas e culturas diferentes, ou relíquias do passado em lugares famosos por suas associações e monumentos históricos, ou por sua moda e contribuições atuais para a sociedade.

Busca pela excitação: um tipo de viagem que depende da existência – em outro lugar – de melhores condições para um determinado objetivo do que em casa, principalmente em relação a certas atividades como os esportes e a busca literal de sol e calor. (Ross et al. 2001, p. 34)

Murta e Goodey (2002) citam os seis princípios descritos por Tilden que norteiam a filosofia da interpretação e acrescentam ainda outros quatro que complementam e atualizam as necessidades de interpretações da atualidade:

- 1...Sempre *focalizar* os sentidos do visitante, de forma a estabelecer a conscientização pessoal sobre determinadas características do ambiente;
- 2...*Revelar* sentidos com base na informação e não apenas informar;

- 3...Utilizar muitas artes visuais e de animação, seja o material apresentado científico, histórico ou arquitetônico;
- 4...Não apenas instruir, mas provocar, estimulando a curiosidade do visitante, encorajando a exploração mais aprofundada do que está sendo interpretado;
- 5...Apresentar a história completa, em vez de parte desta; dirigir-se à pessoa inteira;
- 6...Ser acessível a um público o mais amplo possível, levando em consideração necessidades especiais;
- 7...Iniciar a interpretação em parceria com a comunidade, estimulando a troca de conhecimentos e recursos;
- 8...Adotar uma abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão socioeconômica, ao lado das dimensões histórica, ecológica e arquitetônica;
- 9...Não tentar vender uma verdade universal, mas destacar a diversidade e a pluralidade culturais. Sua interpretação deve fomentar a aceitação e a tolerância como valores democráticos;
- 10...Levar sempre em consideração o atendimento ao cliente, indicando ou provendo instalações básicas, como sanitários, segurança, pontos de descanso e estacionamento, elementos essenciais a uma experiência prazerosa do lugar. (MURTA e GOODEY, 2002, p. 18).

Para Gastal (2005), existem cinco elementos em comum entre os deslocamentos entre fronteiras e os deslocamentos feitos dentro da própria cidade: O estranhamento, o prazer, a ansiedade diante do novo, as imagens e os imaginários.

A autora informa que as *imagens* referem-se ao contato que os turistas têm com o destino, até mesmo antes do seu deslocamento, por meio de *sites* da Internet, fotos em roteiros e documentários divulgados na mídia. Para Gastal (2005) “falar em imagem não significa se referir apenas a uma foto ou pintura, mas a todos os elementos que constituem uma narrativa visual específica e com vida (visualidade) independente”.

Explana ainda a imagem como a junção das crenças, dos juízos e das admirações que as pessoas têm do lugar.

Para Lynch (2011):

As imagens ambientais são o resultado de um processo bilateral entre o observador e seu ambiente. Este último sugere especificidades e relações, e o observador – com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos – seleciona, organiza e confere significação àquilo que vê. A imagem assim desenvolvida limita e enfatiza o que é visto, enquanto a imagem em si é testada, num processo constante de interação, contra a informação perceptiva filtrada. Desse modo, a imagem de uma determinada realidade por variar significativamente entre observadores diferentes. (LYNCH, 2011, p.7).

Já os *imaginários* são os anseios, as pretensões estabelecidas pelos distintos modos de informações que o indivíduo recebe, induzindo-os à proclamação de compreensões sobre a paisagem, como o arriscado, o romântico, o belo e até mesmo o fascinante. Eles vão além de quantidade, necessitam de inovação e qualidade. “Trabalhar com Turismo significa alimentar, reforçar ou renovar imaginários, para além de propostas de *marketing*”. (GASTAL,2005)

Assim, ao contrário do que se pensa, não é a imagem que produz o imaginário e sim o imaginário que faz surgir a imagem. É do anseio que se aproxima da perspectiva (visão). Acresce que é imprescindível lidar com o imaginário como algo além do *marketing*: é preciso incorporá-lo ao produto desde o seu planejamento.

O turista, no encontro com o destino desejado, faz sua avaliação em relação à paisagem por meio daquilo que carrega como existência, da experiência que adquiriu ao longo de sua vida, do lugar de moradia, das pessoas com quem conviveu e das imagens e dos imaginários que foram criados (GASTAL,2005).

Ross (2001) cita os nove itens que explicam a motivação do turista, criados por Crompton et al. (1979, p. 34). Sete critérios voltados para razões sociopsicológicas e dois qualificados como motivações culturais ou influências externas, que são: saída de um ambiente mundano conhecido; exploração e avaliação do eu; relaxamento; prestígio; regressão; estreitamento das relações de parentesco; facilitação das interações sociais; novidades; e educação.

Gastal (2005) menciona a evolução dos meios de transportes como um dos diversos fatores que modernizaram o mundo, tornando as distâncias cada vez mais fáceis de percorrer e favorecendo para que o olhar se tornasse um dos sentidos principais utilizados na modernidade, ficando no esquecimento algumas experiências.

Nos deslocamentos a pé, ou com tração animal, o viajante sentia na sua pele o sol, a chuva, o vento. Sentia os cheiros e a temperatura. Transferido para o interior do trem ou do carro, o território passará a ser absorvido praticamente por um único dos nossos sentidos: o olhar. (GASTAL, 2005, p.21)

Deste modo Gastal (2005) defende as experiências vividas de forma intensa, de modo a perceber os deslocamentos, estas que atualmente caem no

esquecimento por conta dos fáceis deslocamentos. Percebidos, às vezes, somente pelas imagens e fotografias dos destinos.

As fotografias para os turistas, por exemplo, são formas de conservação da experiência tida num determinado destino, em que se torna possível a transferência de parte desta experiência para amigos e parentes como uma forma de resgate e mesmo teletransporte ao que foi vivido.

A fotografia é também um recorte particular, em que se pretende conduzir o olhar do espectador a um determinado sentimento. Na atividade guiada, o Guia de Turismo, assim como o fotógrafo, pretende externar aquilo que mais lhe atrai, num contexto de toda uma vivência daquela paisagem que somada à experiência de vida do turista, da relação da pessoa com sua própria psique, Gastal (2005), pode se transformar em sentimentos de prazer, de aventura, de desafio e tantos outros diante da paisagem.

4.1 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

“Estar resignado é uma forma de desespero e eu vejo esse comportamento na cidade e no campo. Até no lazer e nos jogos que muitos gostam há um desespero, porque o lazer só é permitido depois do trabalho. ”

Thoreau (Walden – A Vida nos Bosques)

O Parque foi criado em 11 de janeiro de 1961, por meio do Decreto 49.875, por Juscelino Kubitschek, então Presidente da República. Criado com o nome de Parque Nacional do Tocantins apresentava 625 mil hectares de área protegida. Sua criação tinha como objetivo proteger áreas de admirável beleza, recursos hídricos e fauna e flora característicos do cerrado, protegendo principalmente o ponto culminante do Planalto Central.

Em 11 de maio de 1972 o Parque teve seus limites reduzidos a 171.924 hectares a partir de análises realizadas por uma comissão do Ministério da Agricultura “Dada a extensão do Parque, a comissão ano teve oportunidade de visitar a parte florestal onde a mata e a fauna Amazônica complementam a paisagem, tornando o Parque bastante variado. No entanto foi sugerido um reexame da aérea na parte da Chapada dos Veadeiros, em vista do problema econômico e social advindo da criação do Parque, sem a devida aquisição de terras. Isso acarretou na diminuição das atividades agropecuárias e mineiras, tornando difícil a vida da população rural e a sobrevivência econômica do município de Alto Paraíso, hoje reduzido a área da cidade pelo decreto de criação do Parque.” (Lima, 2004).

Em 1981, o Parque foi novamente reduzido, ficando restrito a 65 mil hectares por conta do Projeto Agropecuário de Alto Paraíso apresentado pelo Governo de Goiás, solicitando na época a passagem da rodovia GO-239 entre o Morro da Baleia e o Morro do Buracão.

Em 2001 foi reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO e teve sua área ampliada para 235.000 Ha. Contudo o Decreto de ampliação foi suspenso em 2003 pelo Supremo Tribunal Federal por falhas no processo e consulta pública e voltando a área definida em 1981 (65 mil hectares).

Está localizado e inserido no bioma Cerrado, a 260 km da capital federal, no estado de Goiás, entre os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante e Colinas do Sul, e presentemente possui uma área de 64.795,37 hectares.

Figura 12: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: www.mapadeviagem.com.br/index.php/725/ (2013).

O PARNA-CV como mencionado em capítulos anteriores foi também palco de conflitos entre o poder público e a população.

Tabela 5 – Histórico de Conflitos

Tabela 5 – Histórico de Conflitos e Acordos no PARNA-CV	
1912	– Início do garimpo na região.
1959 – 1960	– Momento de demarcação de terra para a criação do Parque. Mauro Borges, um representante do governador, foi o responsável por escolher a área a ser demarcada.
1961	– Criação do PARNA (Parque Nacional do Tocantins foi primeiro nome dado). Um importante ator na história de São Jorge, José Raimundo, ex-garimpeiro, conta que, com a criação do Parque, grandes conflitos ocorreram. Houve inclusive um abaixo-assinado feito pelos garimpeiros e agricultores em prol da liberação de uma área que ia de São Jorge a até Santana.
1963 – 1967	– A região abrigava cerca de 3.500 garimpeiros.
1982-1983	– Proibição de entrada da população nas dependências do Parque, fato que gerou ódio nos moradores locais. Enquanto viajantes chegavam de carros com suas mochilas para acampar dias dentro do Parque a própria população não tinha acesso.
1989	– O Parque é fechado pelo IBAMA. Alguns relatos mencionam que existiam as visitas dos turistas de forma descontrolada: “havia gritaria e muitos carros”. O Parque, no entanto, menciona que essa decisão ocorreu para conter a degradação e alguns acidentes, como o de duas turistas francesas e três escoteiros que morreram por falta de informação sobre os riscos que a área oferecia.

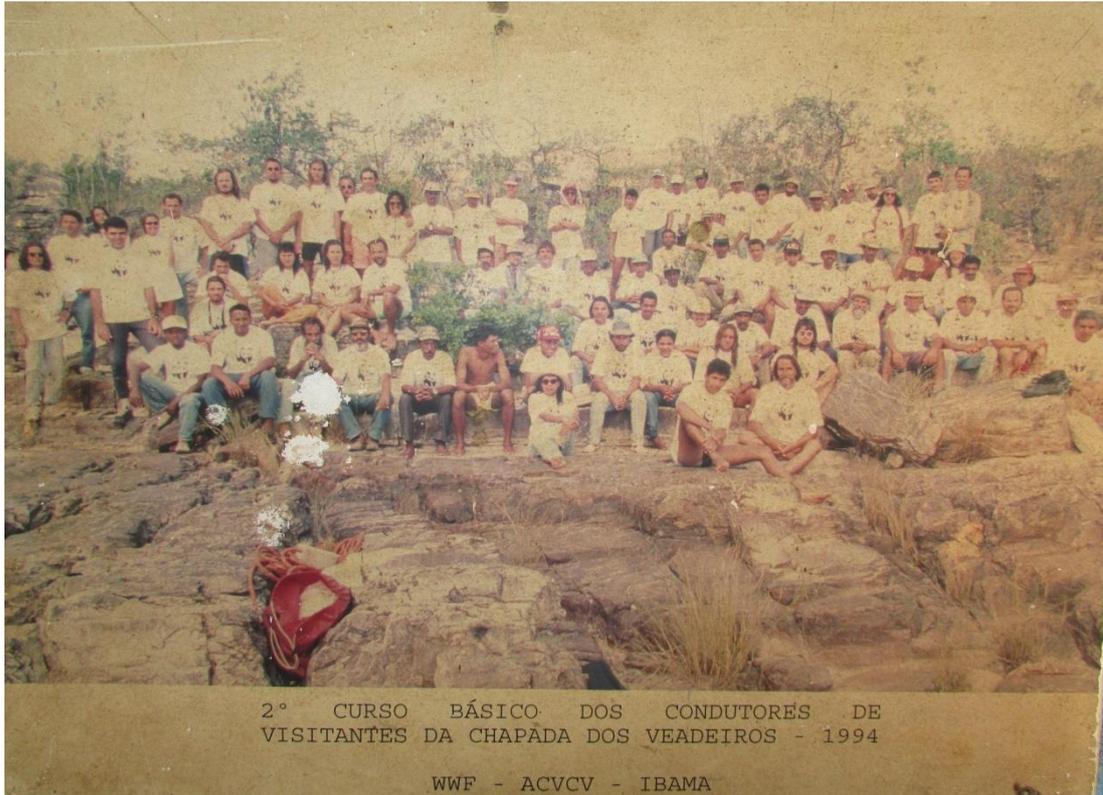
1990	<ul style="list-style-type: none"> – Novo decreto que proibia tanto o garimpo quanto a visitação dentro do Parque. – Reabertura do Parque e início de um processo organizado de Turismo em São Jorge. O Estado passa a negociar soluções e há um processo político de conciliação de interesses entre o Poder Público e os ex-garimpeiros que lutavam em prol de uma renda para substituir o garimpo.
1991	<ul style="list-style-type: none"> – Houve o primeiro treinamento de Condutores de Visitantes para os ex-garimpeiros, seguido da criação da ACVVCV¹⁰. – A cobrança de entrada ao Parque era de R\$ 3, seguido de um valor pago ao Guia de R\$ 30 por grupo. – Esse momento é relatado por vários atores como o marco entre o acordo entre os antigos garimpeiros e o Poder Público de tornar a guiagem uma garantia de emprego, uma contrapartida dada aos garimpeiros como substituição da atividade econômica principal da região.
1992	<ul style="list-style-type: none"> – Instituição do sistema de visitas Guiadas.
1993	<ul style="list-style-type: none"> – Curso de reciclagem para os garimpeiros, custeado pela WWF, que formou 30 pessoas.
1994	<ul style="list-style-type: none"> – O público visitante, que antes era de jovens e mochileiros, começa a mudar por conta das novas exigências, como cobrança de entrada e contratação de Guias. – Neste ano foi feita uma nova reciclagem, formando outras 94 pessoas. Essa formação, porém, se difere da anterior, pois, para este curso havia alunos de diversas áreas de formação, especialistas em fauna e flora e História e estrangeiros que buscaram a região e resolveram também ser Guias, o que para muitos representou uma disputa cruel entre os Guias que antes era somente ex-garimpeiros, analfabetos, mas que possuíam grandes conhecimentos sobre a região.
1998	<ul style="list-style-type: none"> – Plano Diretor Municipal Urbano/Ambiental que afirmou que a degradação ambiental era decorrente principalmente da má utilização dos recursos naturais.
1990 – 2000	<ul style="list-style-type: none"> – A apropriação dos moradores da ideia de que a Chapada era “um lugar não criado pelo ser humano e que contrasta com as cidades”.
2001	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto presidencial que aumentava a área do Parque, incluindo em sua extensão áreas privadas sem consultas prévias ou mesmo justificativas à população.
2008	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução Normativa nº 8 ICMBIO: isenção do visitante na obrigatoriedade de contratação do Guia de Turismo.
2013	<ul style="list-style-type: none"> – Início da vigência da IN nº 8. – Novos conflitos.

Fonte: elaboração da autora, com base na bibliografia e relatos de Oliveira Júnior (2010).

Assim, observa-se por meio de registros fotográficos o curso de Guia de Turismo realizado pela WWF em 1994.

Figura 10: Formação de Guias em 1994

¹⁰ ACVVCV: Associação de Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros.



Fonte: desconhecida (Foto obtida por meio do Guia Lula).

E do mesmo modo, o último curso realizado em maio de 2014.

Figura 11: Formação de Guias em 2014



Fonte: Mari Romanholi.

O acesso do turista ao PARNA-V até o ano de 2012 era condicionado ao acompanhamento de Guia ou condutor ambiental. Em janeiro de 2013, a

contratação do Guiamento nas visitas passou a ser optativa, sendo que a escolha do Guia ficou a critério dos grupos que visitam o Parque, em atendimento à IN nº 8/2008 do ICMBIO. Essa instrução normativa traz como princípios:

- I – a não obrigatoriedade da contratação do condutor de visitantes;
- II – que a contratação de condutores seja recomendada aos visitantes das unidades de conservação.
- III – que o plano de manejo de cada unidade de conservação estabeleça os locais de visitação e as normas e regras específicas para a atividade dos condutores de visitantes.

Em resposta a essa mudança, as associações de Guias da Chapada dos Veadeiros se mobilizaram em busca de assegurar o direito de permanecer no Parque como pré-requisito para a visita. Além disso, ainda atuam num trabalho de convencimento dos turistas em relação à necessidade e o valor que o Guiamento agrega às visitas.

Vale ressaltar que o PARNA-CV, também em atendimento à IN nº 8/2008 não tem por objetivo desestimular a contratação dos Guias, por também prever em seu Plano de Manejo (2009) que estes, dentre outros, possuem um papel inerente enquanto multiplicadores das práticas de atuações educativas.

A região da Chapada dos Veadeiros, localizada a nordeste do estado de Goiás — de acordo com Oliveira Júnior (2010) —, é composta pelos municípios de Cavalcante, Teresina, São João d'Aliança, Teresina de Goiás e Colinas do Sul. O PARNA-CV está localizado no município de Alto Paraíso e ocupa 5% do território da região, o que representa a principal particularidade da localidade.

Ele foi criado para preservar a sua área de extensão, e para isso aconteceram inúmeras desapropriações de terras na vila de São Jorge, povoado de Alto Paraíso, fundado em 1912 para abrigar os garimpeiros que por lá trabalhavam. Em contrapartida à desapropriação, foi oferecida aos garimpeiros a oportunidade do trabalho no Guiamento dos turistas que visitassem o Parque, sendo concedidos cursos de condutores ambientais e Guias de Turismo.¹¹

O povoado ficou também conhecido por ser o portal de entrada para o PARNA-CV. Oliveira Júnior (2010) menciona ainda que a Vila de São Jorge, no ano de 1969, abrigava cerca de 270 moradores, e em 2002 esse número triplicou,

¹¹De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2012, pag. 143) trata-se de curso de formação inicial e continuada de no máximo 200 horas/aula e curso técnico com 800 horas/aula respectivamente. Ambos habilitam o participante a orientar e conduzir pessoas ou grupos em passeios e visitas.

passando para 700 habitantes. Apesar de todo esse crescimento, o povoado conseguiu manter parte de suas características culturais e arquitetônicas. O autor cita que desde a Criação do PARNA-CV o governo, em suas três esferas, teve presença marcante no envolvimento com o Ecoturismo na região.

A região que envolve o PARNA-CV oferece uma variedade de atrativos, com mais de cinquenta recursos naturais para visitação segundo o Plano de Manejo (BRASIL, 2009), dentre cachoeiras, águas termais, rios, travessias e acidentes geográficos. Com isso, e com os investimentos feitos na região principalmente pelo Município de Alto Paraíso, a região da Chapada dos Veadeiros é reconhecida como núcleo turístico da região de Goiás, por possuir os mais procurados atrativos naturais da região, segundo seu Plano de Manejo.

O Turismo ganhou força a partir da década de 1970, com o movimento dos grupos esotéricos que migraram para a região por acreditar que por lá existia uma energia especial.

Todos os Caminhos ao Novo estão apontando à Chapada, se fala da translação, sobre o mesmo PARALELO 14, do eixo guardião da espiritualidade conectada do mundo, que estava em Lasha, no Tibete, antes que China ocupasse aquela Terra Santa. Se fala do CAMINHO DE MAYTREA como um novo Caminho de Santiago que de toda parte leva a Brasília e daí a um AUTOENCONTRO aos peregrinos, no coração da grande Professora, a Mãe Natureza, antes de terminar no Fim do Mundo, ante o Oceano, o Finis-Terrae. (Oshobrasil's Blog, 2010)

Assim, numa analogia, considera o Jardim de Maytrea, o novo caminho para a purificação.



Fonte: a autora.

De acordo com o Plano de Manejo (2009), de um público que antes se resumia a Brasília e adjacências, passou a receber visitas de cidades e países mais distantes, como São Paulo e Inglaterra. Dentre os principais atrativos da região, têm-se o Vale da Lua, atrativo turístico conhecido pela formação rochosa que lembra uma paisagem lunar.

Figura 14: Vale da Lua



Fonte: a autora.

O complexo de cachoeiras Almécegas, se situa na fazenda São Bento e possui 45 metros de altura.

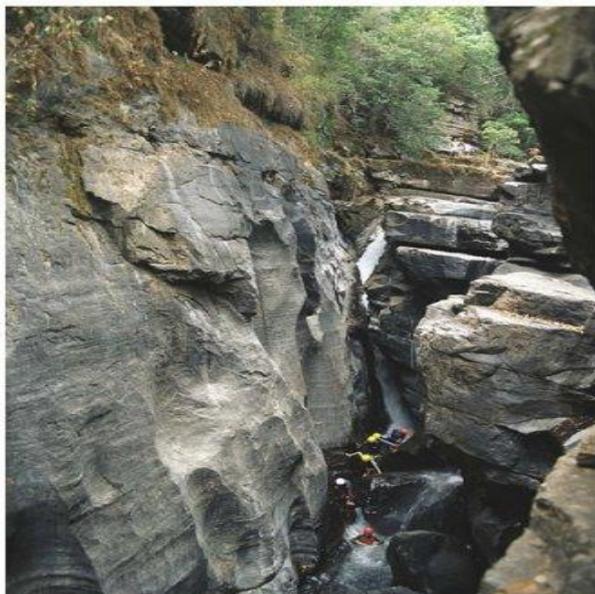
Figura 15: Almécegas



Fonte: Dionio Pereira Ramos (2013).

O Santuário Salto do Raizama possui uma trilha de em média dois quilômetros que percorre pontos de parada, banho e mirante, e termina num cânion com queda de quarenta metros.

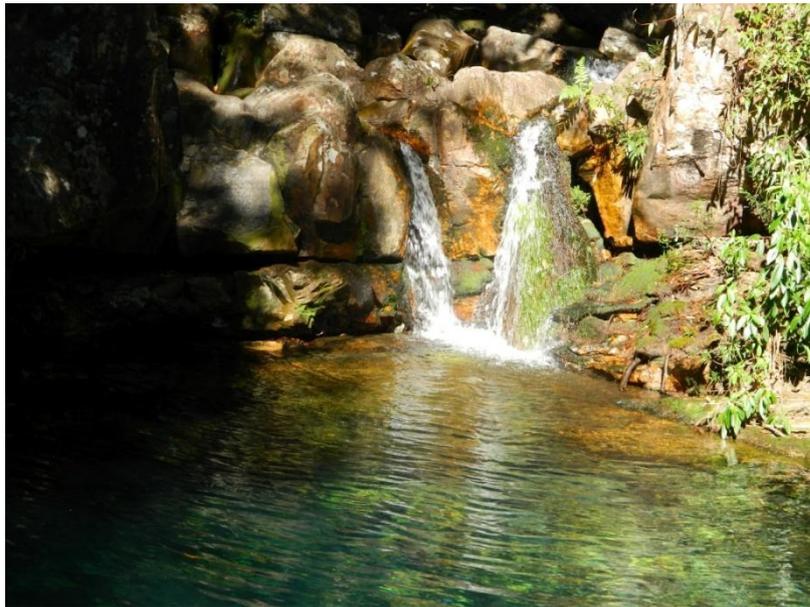
Figura 16: Salto do Raizama



Fonte: raizama.com (2013).

Por fim, tem-se a Cachoeira das Loquinhas, completando o rol de atrativos mais procurados na Chapada dos Veadeiros, de acordo com o Plano de Manejo do PARNA-CV. Loquinhas trata-se de um complexo de cachoeiras, facilmente acessadas por meio de trilhas suspensas e permitindo uma maior acessibilidade aos turistas com mobilidade reduzida.

Figura 17: Cachoeira das Loquinhas



Fonte: desabafosdersr.blogspot.com.br (2013).

Fora os principais atrativos citados como os mais visitados, tem-se também a Cachoeira Santa Bárbara, situada no município de Cavalcante e conhecida por sua intensa beleza.

Figura 18: Cachoeira Santa Bárbara



Fonte: quilombokalunga.org.br (2013).

Além dos atrativos naturais, a região está ligada à cultura popular, dispondo de atrações culturais e festas religiosas como Folia de Reis, romarias e festas tradicionais Kalunga.

Kalunga é a maior comunidade tradicional remanescente dos quilombolas no país. Eles vivem na região de Cavalcante e atualmente ocupam uma área de aproximadamente 230 mil hectares.

Na perspectiva do mundo moderno, os Kalunga assemelham-se a uma comunidade parada no tempo, um exemplo de atraso e necessidade de progresso. No entanto, é justamente esse suposto atraso a prova concreta do preço pago pelos descendentes daqueles que buscaram no isolamento o único meio de conquistar a própria liberdade. (Revista SEM FRONTEIRAS. 1996, p. 14)

Compondo esse cenário cênico e cultural, tem-se o PARNA-CV, objeto desse estudo. Como vários atrativos turísticos, o Parque dispõe dos Saltos do Rio Preto, considerado a paisagem-símbolo do Parque, que possui dois saltos: o Salto II, de 120 metros de queda livre (Fig. 19) e o Salto I, com 80 metros de queda, com um grande poço para banho (Fig. 20).

Figura 19: Salto de 120m



Fonte: a autora.

Figura 20: Salto de 80m



Fonte: www.panoramio.com/photo/19852608. Guilherme Jan (2013).

Ainda dentro do passeio dos Saltos, existem as Corredeiras, um complexo de piscinas naturais aptas para banho, percorrendo em média sete quilômetros.

Para uma segunda opção de passeio dentro do Parque, têm-se os Cânions e a Cachoeira das Cariocas, também conhecida como Carioquinhas.

Cânions é um passeio aos Cânion I e Cânion II, e trata-se de poços em meio às formações rochosas, com piscinas naturais, somando vinte quilômetros de caminhada com nível de dificuldade moderada.

Figura 21: Cântions



Fonte: chapadadosveadeirosgoias.blogspot.com.br (2013).

Agregado ao passeio dos Cântions, o Parque dispõe de mais um complexo de quedas d'água, a cachoeira das Carioquinhas, com cerca de nove quilômetros de trilha para o acesso (ida e volta).

Figura 22: Cariocas



Fonte: a autora.

Em junho de 2013 foi inaugurada a primeira trilha com pernoite dentro do Parque, a Travessia das Sete Quedas, que percorre vinte e três quilômetros de Cerrado e dispõe de sinalização rústica, proposta pelo ICMBIO, que utiliza setas alaranjadas e postes para que o turista se situe ao longo da trilha. A travessia das sete quedas é a única trilha que é obrigatória a contratação do guia de turismo. Podendo ser visitada em dois dias, com pernoite na área reservada para *camping*.

Essa obrigatoriedade afirma a importância do guia de turismo em determinadas áreas do Parque, como fator de direcionamento e segurança para os turistas na trilha das Sete Quedas.

4.2 A EVOLUÇÃO DO GUIAMENTO NO PARNA-CV

O objetivo da interpretação não é a instrução, mas sim a provocação.

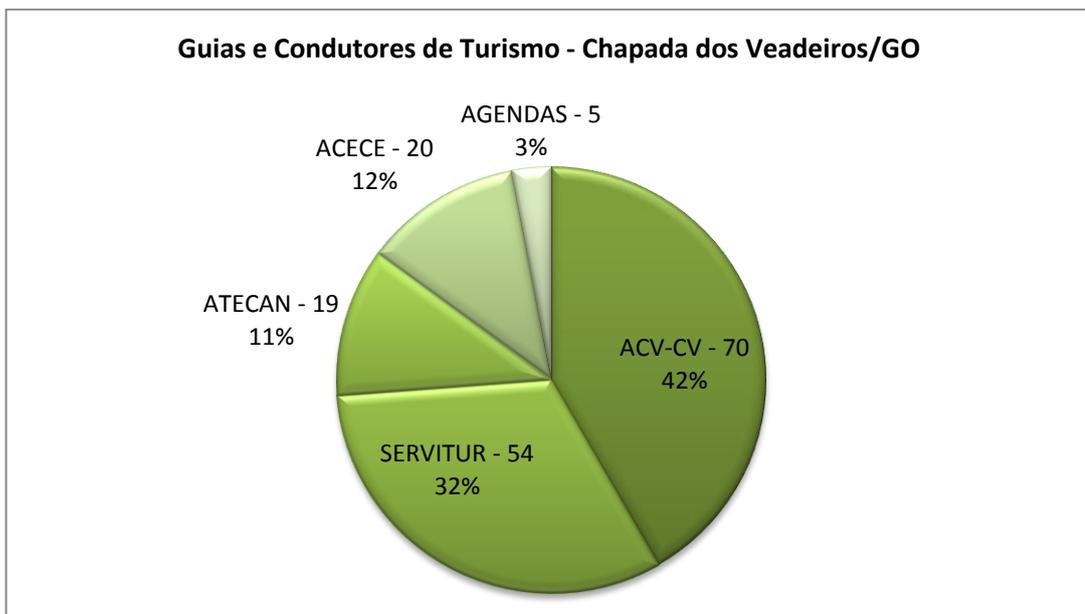
Freeman Tilden

Como já colocado anteriormente, até o início do ano de 2013 a visitação no PARNA-CV era obrigatoriamente condicionada à presença do Guia de Turismo ou condutor ambiental. No mês de janeiro, em atendimento à IN nº 8/2008, a visitação passou a ser optativa quanto à contratação do Guia de Turismo para acesso ao Parque.

Atualmente existem cinco associações de Guias na Chapada dos Veadeiros, que atendem aos guiamentos não somente do PARNA-CV, mas de todos os outros atrativos da região, a saber: A Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros – ACV-CV; Associação de Prestadores de Serviços em Ecoturismo – SERVITUR; Associação Teresinense de Condutores e Amantes da Natureza – ATECAN; Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno – ACECE; e a Associação de Guias em Ecoturismo no Desenvolvimento Ambiental e Sustentável – AGENDAS.

Nas pesquisas realizadas, obtiveram-se os números de Guias/condutores existentes e associados; no entanto, ainda não se sabe ao certo quantos são Guias de Turismo e quantos são os Condutores. Os números obtidos, que se soma uma média de 168 Guias/condutores existentes e atuantes na região, foram:

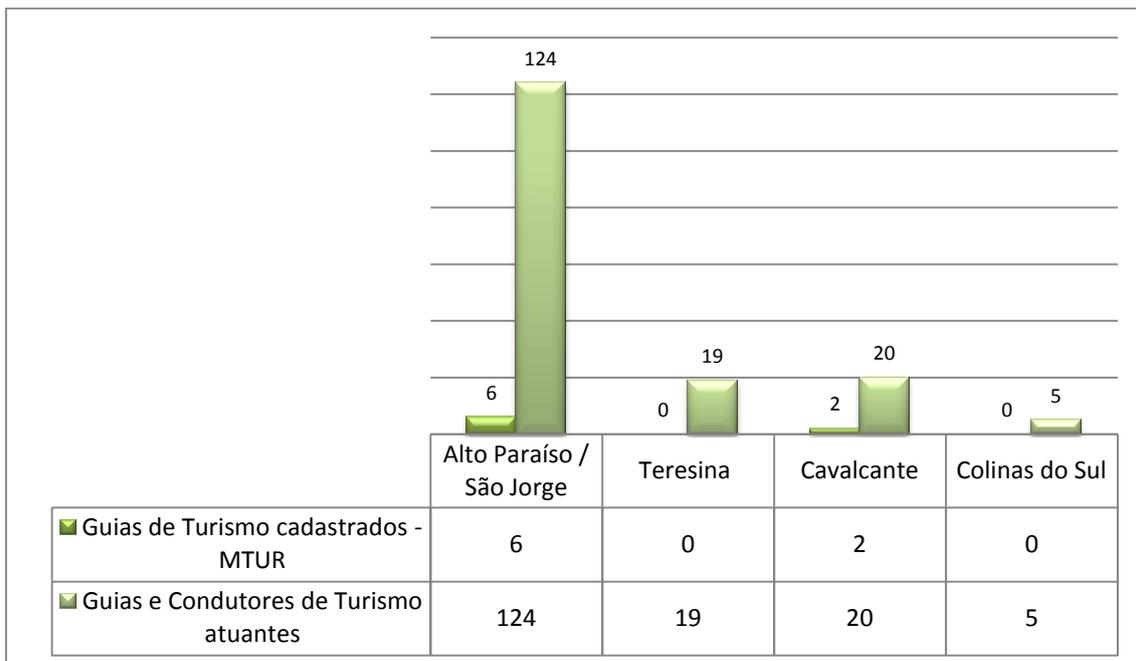
Gráfico 1: Guias e Condutores Atuantes na Chapada dos Veadeiros



Fonte: a autora, com base em informações fornecidas pelo ICMBIO.

Em contraponto aos dados existentes e mencionados acima, têm-se os dados dos Guias de Turismo cadastrados no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam na cadeia produtiva do Turismo – CADASTUR, executado pelo Ministério do Turismo – MTUR.

Gráfico 2: Comparativo entre Guias cadastrados e Guias Atuantes

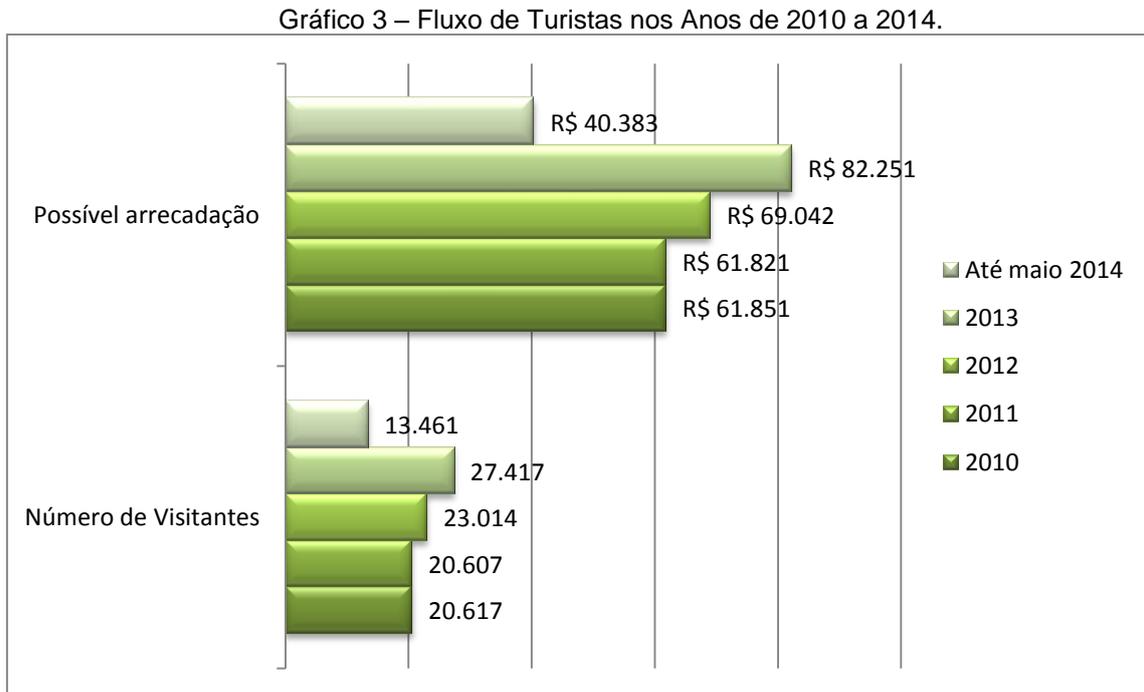


Fonte: a autora, com base em informações obtidas pelo MTUR.

Isso comprova o dado divulgado recentemente pela Federação Nacional de Guias de Turismo – FENAGTUR no site do MTUR (2013), que menciona que atualmente há no Brasil 18 (dezoito) mil Guias de Turismo em atividade, mas que, no entanto, há somente 10 (dez) mil cadastrados, o que representa, portanto, um equivalente a 8 (oito) mil Guias de Turismo atuando na ilegalidade no país. Apesar disso, há um esforço por parte da FENAGTUR para que mais Guias se cadastrem e acrescentem à profissão ainda mais credibilidade e formalidade.

A contratação do Guia de Turismo no PARNA-CV era realizada por meio de um pagamento no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por grupo de no máximo dez turistas. Esse valor arrecadado era única e exclusivamente dos Guias, pois nenhuma parcela desse ingresso era repassada ao Parque. Luís Henrique Neves (2013), analista ambiental do ICMBIO, mencionou que desde 2009 o Parque deixou de cobrar ingressos, em virtude do alto custo em manter uma estrutura de cobrança, até então realizada por uma empresa terceirizada até que fosse implantada uma

alternativa mais eficaz. Reforçando essa necessidade de cobrança e controle, foi realizada uma avaliação dos últimos quatro anos anteriores ao mês de março do ano de 2013, em que se observou o número de turistas que o Parque recebia anualmente e qual seria a arrecadação do PARNA-CV nestes últimos anos.



Fonte: Com base em dados fornecidos pelo ICMBIO (2013).

Na análise do gráfico criado depreende-se que o PARNA-CV deixou de arrecadar nos últimos quatro anos R\$ 274.965,00 (duzentos e setenta e quatro mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

O ex-diretor de Unidades de Conservação do ICMBIO, Pedro de Castro da Cunha e Menezes, relatou, numa entrevista por telefone, as motivações e os entendimentos que levaram o órgão a tomar essa decisão sobre a contratação do guia de turismo.

Ele explica que a decisão foi tomada após diversas pesquisas realizadas no mercado de trabalho de São Jorge e Alto Paraíso e após várias reuniões com a comunidade, em que se observou uma grande procura por mão de obra local, enquanto que o número de Guias atuantes poderia suprir tal necessidade, levando em consideração sua rotina de trabalho. Nesse entendimento, alegaram que o Guia de Turismo se acomodou com o salário recebido em determinados dias de trabalho,

gerando uma não necessidade de trabalho em outras áreas, tais como a hotelaria, restaurantes e bares da localidade.

Outro fator avaliado foi a crescente demanda de montanhistas e outros visitantes com experiência em *trekking* e caminhadas na natureza que se sentiam incomodados com a obrigação de contratarem um guia para visitarem um bem público, por entenderem que a experiência de caminhar como uma reconexão com a natureza sem a presença de uma pessoa estranha é um direito inalienável dos cidadãos pagadores de impostos.

Alegou ainda que a contratação obrigatória no valor de cem reais por grupo deixava o Parque inacessível à grande maioria da população brasileira, que não possui condições de pagar esse preço para visitar um bem que é público, o que fere a Constituição Federal do Brasil de 1988 em seu artigo 5º, em que afirma ser livre a locomoção no território nacional. Informou, além disso, que a decisão do fim da não obrigatoriedade existe desde 2008, por meio da IN nº 8/2008, mas que, no entanto foi concedido um período de cinco anos para que os Guias e condutores se preparassem para, a partir daí, se retomarem as cobranças, agora no valor individual e não mais por grupos como era feito antes.

O ex-diretor foi questionado em relação às medidas a serem tomadas para garantir a segurança dos turistas após uma decisão polêmica e dita arriscada. Ele afirmou que a primeira ação realizada foi chamar novamente a responsabilidade de quem deveria monitorar a conservação do Parque antes realizada somente pelo Guia; informou que houve um reforço na sinalização para a visita autoguiada; mencionou ainda que em relação aos sistemas de segurança ao longo das trilhas são normalmente serviços de privilégio das Unidades Particulares. Por fim, após ser questionado que apesar de todas essas medidas a segurança do turista ainda não estava completa, o entrevistado afirmou que acidentes acontecem em todas as Unidades de Conservação e que se trata de uma estatística inevitável.

O entrevistado pronunciou que, apesar de toda essa mudança, a administração do Parque continua incentivando a contratação do Guia de Turismo por acreditar na importância desse profissional.

Em contraponto às percepções do Poder Público, aqui representado pelo ex-diretor de Unidades de Conservação do ICMBIO, a autora trouxe a percepção dos Guias para dialogar com a versão dos dirigentes do Parque. Contou-se com os

relatos obtidos a partir das entrevistas feitas com Guias de turismo da região, escolhidos de forma aleatória, não probabilística.

Tabela 6: Perfil dos Entrevistados

Nome dos Participantes	Dias de realização	Perfil	Naturalidade
Guia 1	31 de maio	Guia, ex-prefeito de Alto Paraíso e filho de garimpeiro	São Jorge
Guia 2	31 de maio	Ex-garimpeiro e Guia de Turismo (Fez a primeira Guiagem dentro do Parque)	São Jorge
Guia 3	31 de maio	Ex-garimpeiro e Guia de Turismo	São Jorge
Guia 4	01 de junho	Ex-Guia de Turismo	Goiânia

Fonte: a autora.

A entrevista foi desenvolvida por meio do seguinte roteiro: 1- Reconstrução da história de criação do Parque, por meio da memória oral dos Guias entrevistados; 2- Considerações positivas ou negativas trazidas pela IN nº 8/2008 e; 3- A importância do Parque como instrumento de trabalho e o sentimento de pertencimento em relação ao PARNA-CV como Patrimônio Natural.

A reconstrução da história foi pensada com o intuito de confrontar e agregar valor à história escrita. Ao dialogar sobre a criação do PARNA-CV, obtivemos os seguintes relatos:

G1: *Quando surgiu a Casa dos Nove, que aqui era chamada a Casa dos Nove, que era a casa da UnB, pessoal começou a frequentar a Chapada e vinham as pessoas que queriam conhecer o Parque, né. E aí falavam: Quem que leva? É o filho da Nenzinha.*

A necessidade de um Guia de Turismo começou a ser sentida antes mesmo da consolidação do Turismo na região. As pessoas buscavam a região, mas algo não os deixava totalmente à vontade em relação à visita autoguiada.

G2: *Eu sou Guia profissionalmente de 92 pra cá, e o primeiro Guia que guiou as primeiras pessoas que vinham aqui. Não tinham nem trilhas para as cachoeiras. O*

Parque foi criado em 1961, mas já existia o garimpo desde 1914. Em 1948 foi descoberto o garimpão, época em que meu pai veio pra cá. Naquela época existia o garimpo e a lavoura. Os 65 mil hectares que tem dentro do Parque, tudo é garimpo. Em 1970, quando eu comecei no garimpo, já estava ruim de produção, já tava produzindo o que os outros jogavam fora antigamente. Eu achei bom a criação do Parque, porque isso aqui na década de 80 era um desrespeito, não tinha regra, não tinha nada.

Pela fala extraída do Guia 2, observa-se que mesmo sem a criação do PARNA-CV, a atividade do garimpo já teria tempo definido para se extinguir. Deixando nas entrelinhas a compreensão dos recursos naturais como bem finitos.

G2: *Em 91 veio a WWF que nos patrocinou em 91 e 94 para cursos. Nessas alturas já vinham muita gente e já tinha muito lixo lá. Esse grupo se juntou com a WWF para fazer a limpeza no Parque. Foi um ano só para fazer a limpeza no Parque. E o Parque continuou limpo com a obrigatoriedade de Guia.*

Além da preocupação com o patrimônio, observa-se a associação da limpeza do Parque com a obrigatoriedade do Guia para a visitação.

G3: *O Turismo sustentável foi muito bom pra região, sustentava mais de 200 famílias, como Cavalcante, Teresina e Alto Paraíso. Tudo trabalhava nessa função do Turismo Sustentável. Só que a partir do ano trasado pra cá, essa pressão que não   obrig torio o Guia, eles abriram essa trilha autoguiada. Coisas proibidas que antes não podia fazer, hoje você observa. Depois que abriu o Parque com essa trilha autoguiada, o povo não respeita, lugares proibidos que já aconteceu acidentes... Por mais que tenha bombeiro, eles não vai proibir ninguém, às vezes eles nem orientam. Dizem assim: Estou aqui para cuidar de pessoas na água, se você quer segurança e informa o, você contrata um Guia. Então o Guia   isso.   segurança e informa o.*

Dentre as considera es que o Guia traz sobre a não obrigatoriedade na visita o, ele menciona o Guia como sin nimo de segurança e informa o. E ainda relata os perigos que a visita autoguiada proporciona.

G4: *De 87 a 2000 a gente teve bastante presente nesse campo de atividade. Surgiu de forma espontânea na casa dos estudantes de antropologia em São Jorge. A vila de São Jorge começou a ficar popular em Brasília, de tal maneira que nos feriados de 89/90 já havia uma frequência no feriado de mais de 500 pessoas, até 1000 pessoas que entravam no Parque Nacional. O pessoal acampava próximo às corredeiras. Não existiam ainda as pousadas, operadoras, Guias. Era uma apropriação espontânea. Até que houve o acidente com os escoteiros no ano de 91 que mudou um pouco o caráter das coisas. E também o próprio tipo de visita não estava muito correto, na época o pessoal jogava muito lixo, nos buracos de garimpo, ninguém voltava com o lixo. Essa consciência ainda estava emergindo, Ecoturismo era uma palavra nova. Desenvolvimento sustentável era uma coisa que as pessoas nem sabiam traduzir direito. No princípio não havia um caráter profissional e o pagamento normalmente era um agrado, ir a um restaurante.*

Assim, nas falas explicitadas acima, observa-se que os guias entrevistados associam à conservação do PARNA-CV aos momentos em que este teve visita guiada, concluindo que o guiamento está diretamente relacionado ao cuidado e conservação da unidade.

A EXPERIÊNCIA E O FLANAR EM “VEADEIROS”

Cada corpo busca reencontrar o elemento no qual se sente mais à vontade e que foi outrora, nas horas placentárias ou primeiras, o provedor de sensações e prazeres confusos, mas memoráveis. Existe sempre uma geografia que corresponde a um temperamento. Resta descobri-la"

Michel Onfray

Flanar, expressão que remete ao caminhar sem destino certo, divagar, e ainda caminhar sem rumo, apenas pelo prazer de contemplar a paisagem por exemplo.

Segundo Maia, Gauzisc e Falcão (2012), *em português, o verbo flanar, adaptado do francês, significa “passear ociosamente” ou “vadiar”. Originalmente, o termo flâneur, cunhado pelo poeta francês Charles Baudelaire, retratava a persona do explorador urbano da Paris do século XIX, um caminhante que buscava descobrir a realidade social e cultural vagando pelos becos e ruas da cidade. O flâneur é uma figura ambígua, pois mantém a sua solidão apesar de adentrar o fluxo de pessoas.*

Baudelaire (1996) afirma que o flâneur depende de uma multidão para existir, apesar de não se confundir com ela:

a multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água, o dos peixes. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes [...] (Charles Baudelaire, 1996: 19)

Neste trabalho a analogia foi realizada entre o flanar dos turistas em meio aos distintos grupos de turistas que percorrem o PARNA-CV. E ainda o flanar da autora em relação a todo esse cenário.

Abaixo se apresenta a experiência da autora (O experimento da Visita Autoguiada) dialogando com a experiência dos turistas (Análises autoguiadas).

5 O EXPERIMENTO DA VISITA AUTOGUIADA

Seguimos, então, em direção ao PARNA-CV. Todas as vezes visitei o Parque com o auxílio do Guia de Turismo que até ano passado era obrigatória. Nesta ocasião fizemos o passeio autoguiado¹².

Figura 23: Sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros



Fonte: a autora.

A sede oferece banheiros, auditório, mapas e quadros ilustrativos sobre o Parque. Preenchidos os termos de responsabilidade, iniciamos nossa aventura. Com a decisão do ICMBIO em tornar o Guiamento facultativo, os turistas que desejam conhecer o Parque sem o Guia de Turismo servem-se do suporte das sinalizações criadas com setas coloridas e assistem, previamente, a um vídeo educativo de orientação.

¹² O autoguiamento pressupõe a realização de uma trilha de visitação sem o suporte do Guiamento especializado.

Figura 24: Sala de Vídeo



Fonte: a autora.

O vídeo educativo aborda assuntos da flora e fauna encontradas no decorrer da trilha, dando ênfase às principais espécies do Cerrado encontradas na região. São explicadas também as formas de acesso às diferentes trilhas e aos atrativos encontrados no Parque.

A trilha dos Cânions é sinalizada por setas vermelhas e a dos Saltos por setas amarelas. A trilha de volta, para ambos os destinos, é sinalizada por meio das setas brancas, demonstrando facilidade aos turistas em se direcionar (Fig. 25).

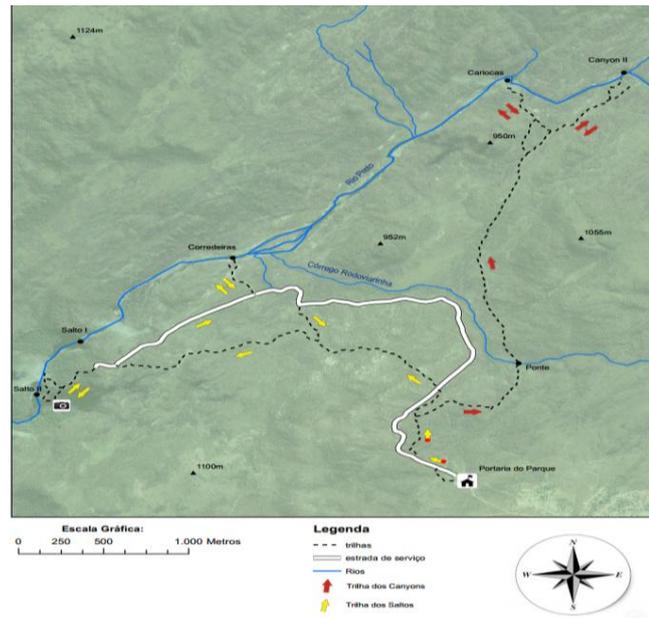
Figura 25: Sinalização



Fonte: a autora.

Decidimos seguir a Trilha dos Saltos (setas amarelas), com cerca de 9km (ida e volta), composta pelo salto de 120 metros e o salto de 80 metros de queda.

Figura 26: Mapa das Trilhas



Fonte: ICMBIO.

De acordo com o *site* da unidade, o Parque tem a capacidade diária de 250 pessoas para a trilha dos saltos e 200 pessoas para a trilha dos cânions, não permitindo a entrada de crianças menores de 5 anos. Na sede do Parque estamos aproximadamente a 970 metros acima do nível do mar.¹³ Vale ressaltar que as variações de altitude durante a trilha podem afetar corpos pouco condicionados aos esforços físicos desse tipo.

Tabela 7: Trilha dos Saltos

Informações da Trilha de Ida	
Distância da ida	4,53 km
Duração	1h 14min e 20 seg.
Velocidade média	3,7 km/hora
Altitude mínima	715m
Altitude máxima	984m
Subida total	21 m
Descida total	275m
Tempo	Trovoadas

Fonte: Endomondo Sports Tracker.

¹³ A medição foi feita por meio do aplicativo de celular Endomondo Sports Tracker.

A caminhada no mês de fevereiro é relativamente tranquila se comparada aos meses de clima seco, pois os territórios localizados no Cerrado externam somente duas estações bem definidas, em que se observa de forma nítida um verão quente e chuvoso e um inverno frio e seco.

Assim, há verde e ar puro por toda parte. Os líquens, perceptíveis em vários momentos na trilha comprovam a pureza do ar na região, pois estes só se estabelecem em locais distantes de radiação e dióxido de enxofre, por isso são considerados bioindicadores (Fig. 25).

Figura 27: Líquen laranja



Fonte: a autora.

Na descida da trilha, o caminho percorre várias áreas do antigo garimpo onde se notam os cristais, bem pequenos, às vezes formando um extenso tapete branco e brilhante. Chama-me atenção o ruído que os passos fazem ao atritar com os cristais.

Figura 28: Trilha de Cristais

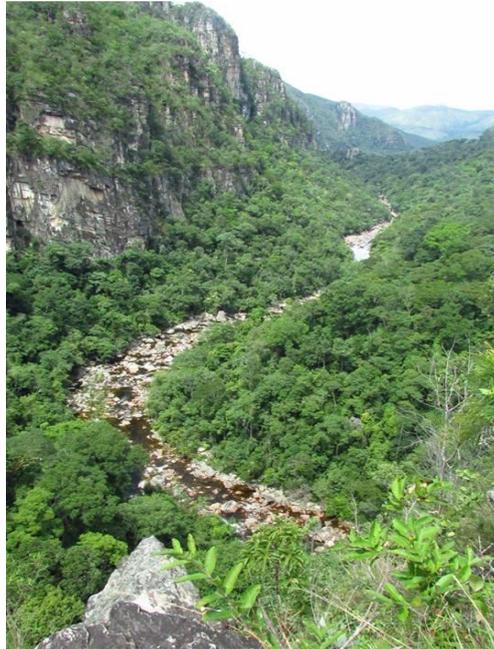


Fonte: a autora.

Descendo a trilha, passamos por vários grupos de visitantes e diversos são os seus comportamentos. Há grupos com dificuldades de direção, grupos barulhentos. Passamos também por um grupo onde o Guia seguia explicando sobre o Pequi, fruto do Cerrado.

Dando seguimento, às vezes é preciso fazer uma pausa para tomar água e repor as energias físicas do corpo. Fizemos essa pausa no mirante do Rio Preto, uma bela vista que te faz acompanhar a descida e as curvas que o rio percorre.

Figura 29: Mirante do Rio Preto



Fonte: a autora.

O mirante da Cachoeira/Salto de 120 metros impressiona pelo imenso volume d'água nesta época do ano. É possível acompanhar a queda até o fim, formando um arco-íris junto ao poço de águas escuras e cristalinas. O Salto de 120 metros só pode ser apreciado de longe e não é aberto para banho por razões de segurança, o que acentua as possibilidades de mergulho na paisagem. A sensação é de liberdade, vista livre, de pura beleza natural (Fig. 28).

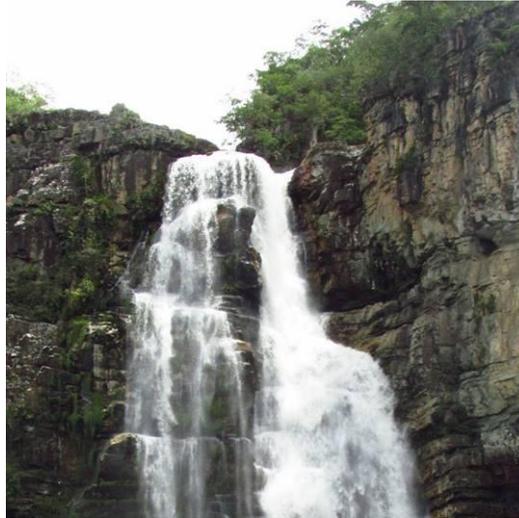
Figura 30: Mirante do Salto de 120m



Fonte: a autora.

Com mais alguns metros percorridos em meio às grandes rochas (que vistas de longe parecem soltas às margens do Rio; Fig. 29) se pode alcançar o Salto de 80 metros, uma linda cachoeira com um enorme poço para banho, algumas pedras propícias para um cochilo e muitos peixinhos à espera de migalhas. São trezentos e sessenta graus de beleza. Estamos a 715 metros acima do nível do mar.

Figura 31: Salto de 80m



Fonte: a autora.

Este é o ponto de parada do qual o visitante dispõe de maior tempo durante a trilha para o momento de banho, fotos e descanso. A água é gelada, característica marcante do Cerrado, que dizem ser capaz de rejuvenescer e levar embora toda energia ruim.

A reposição de energia física é normalmente feita por meio de barras de cereais e frutas. Da última vez presenciei algo inusitado e um tanto proteico: atum enlatado, uma boa opção de comida para numa trilha. É claro que é necessário um cuidado com o resíduo, principalmente com o azeite que a conserva possui. No entanto, é fácil de carregar e quase tudo que é necessário para enfrentar a volta de 4 km com variação de 255 metros de altitude até a sede.

As horas se estendem em momentos de contemplação e deleite junto à natureza. Em meio ao banho, alguns pingos d'água começaram a cair sobre nós, formando rapidamente uma forte chuva. Em poucos minutos tudo estava pronto para a volta. Mochilas nas costas, tênis calçados, máquina fotográfica protegida com um

saco plástico e o lixo gerado recolhido. Subir! Afinal, a chance de tromba d'água¹⁴ é enorme. Se a volta é normalmente lenta, muita chuva nas costas fez o caminho se tornar rápido. E assim foi, correndo e contemplando os diferentes fenômenos que a natureza pôde proporcionar num só dia.

A trilha dos Saltos é linear, contendo alguns metros de trilha circular (percurso entre o Salto de 120m e o de 80m). Relativamente o mesmo caminho da ida, a volta é sinalizada por setas brancas, o que parecia muito óbvio, quando iniciamos a trilha lá na sede do Parque.

No entanto, com as condições extremas da forte chuva na volta, as setas brancas se confundiam em meio a areia branca no solo quando aumentava mais a claridade. Isso tornou a volta uma espécie de aventura, com momentos atravessados pela insegurança da inexperiência e pelo desejo de encontrar um grupo ou mesmo um guia, o que poderia diminuir tal sensação. Sem esse encontro, nos descuidamos uma única vez ao errarmos o caminho num pequeno trecho que, repentinamente, ficou diferente. Fato percebido que nos fez retornar à trilha principal. E assim finalizamos nossa visita ao Parque, com equipamentos e roupas molhadas, mas cheios de histórias para contar a partir da aventura. Na saída do Parque, os seguranças sempre conferem os nomes dos turistas, uma forma de controle que se aplica principalmente para os que realizam a trilha sem o guia.

5.1 Análises Autoguiadas

No dia 15 de fevereiro realizamos a visita autoguiada, em que a autora teve somente papel de acompanhar e observar o grupo durante a visita, não podendo esta interferir no tempo ou mesmo nas escolhas, por critério definido a partir da metodologia utilizada.

Deste modo, seguem abaixo os relatos obtidos a partir desta experiência, com 7 (sete) relatos válidos. As pessoas foram identificadas por números para garantir a integridade e a intimidade dessas.

As categorias de análises criadas e utilizadas para este estudo, conforme mencionado no capítulo metodológico foram elaboradas a partir de inferência da

autora em relação ao conteúdo abordado. Para tanto, foram definidas as seguintes categorias: 1 – Visita guiada e 2 – Visita autoguiada. Dentre as duas categorias expostas, foram definidas as seguintes subcategorias: 1 – Parques Nacionais: medo, dificuldade e insegurança; 2 – Sedentarismo / Atividade física / Tempo; 3 – Percepções sobre o guia de turismo; 4 – Percepções sobre a experiência / Olhar /Imagem e Imaginário; 5 – Percepções sobre a sinalização turística e comunicação; 6 – Percepções ambientais. Estas foram desenvolvidas a partir da percepção de critérios destacados pela autora frente à literatura que trata do assunto e ainda de sua vivência no PARNA – CV.

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

Subcategoria: Parques Nacionais: Medo, dificuldade e Insegurança

Na fala de seis dos sete turistas participantes (T1, T2, T3, T4, T5 e T7), foi perceptível a sensação de medo que envolve os visitantes, principalmente antes da experiência de percorrer as trilhas de um Parque Nacional, em especial ao PARNA-CV.

T1: *me pareceu totalmente fora de perigo.*

T2: *Conhecer o Parque foi uma experiência muito boa, percebi que a trilha não era tão monstruosa como falavam.*

T3: *Depois de uns minutos, quando olhei pra trás, não via mais ninguém e fiquei um pouco preocupada de que tivesse acontecido alguma coisa para atrasar o grupo. Depois fiquei preocupada de algo acontecer comigo e não ter ninguém por perto.*

T4: *Os acessos ao Parque, apesar de boa parte em estrada de chão, estavam em boa condição para o trajeto a carro, não apresentando dificuldades de locomoção mesmo estando no período de chuvas.*

T5: *A trilha tem lugares que podem oferecer certo perigo, como buracos e barrancos, mas todos estão bem protegidos com cercas e correntes e sinalizados com placas.*

T6: *Nada mencionado.*

T7: *Lá encontro um poço perigoso. [...]. É impressionante como um local pacato passa a ser mortal em instantes. O visitante fica totalmente dependente de si mesmo, aumentando o risco de acidentes, ainda mais para os não habituados ao meio natural.*

Mais à frente fica perceptível que, após a experiência, esse temor passa e prevalece a experiência da contemplação em relação à paisagem.

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

SUBCATEGORIA: Sedentarismo/ Atividade física/ Tempo

A noção de tempo neste estudo é tratada no aspecto da “duração”. Trata-se de uma relação sujeito-objeto dentro da percepção, conforme afirmou Cohen (1972). Santos (1994) também traz o tempo como temporalidade hegemônica responsável por conduzir as ações dos agentes.

Assim, nas falas dos turistas observou-se o tempo como “senhor” das pessoas, em que mesmo fora da rotina eles se sentem presos ao tempo, ao horário e ao cumprimento deste, de modo a aproveitá-lo ao máximo.

T1: *mesmo em grupo de amigos, você pode seguir no seu ritmo e em subgrupos, sem necessariamente esperar que todos estejam juntos e acabem seguindo o ritmo do mais lento, atrasando o passeio ou cansando mais.*

T3: *Eu tentava manter um ritmo porque via aquilo como uma atividade física muito boa e não apenas um passeio, com o bônus do visual do cerrado. [...] No início da subida, já se ouviam as reclamações de cansaço e dor, pois é bem íngreme. Eu já estava quase me contaminado com a choradeira e já vi que, se fosse nesse ritmo, a volta seria bem mais penosa e demorada.*

O que confirma a afirmação de Gastal (2005) quando menciona que o turista, ao encontrar-se com o destino desejado, faz sua avaliação em relação à paisagem por meio daquilo que carrega como existência, da experiência que adquiriu ao longo de sua vida, do lugar de moradia, das pessoas com quem conviveu e das imagens e dos imaginários que foram criados.

Concomitantemente, observa-se a tensão dos turistas em relação ao esforço que possivelmente realizarão ao percorrer as trilhas, o que revela o sedentarismo do público, que aqui foi observado como um não conhecimento de si mesmo ao se depararem ao final da trilha, com a certeza de que conseguiriam realizar o percurso.

T2: *Lembro que das outras vezes em que fui a São Jorge sempre que alguém sugeria fazer a visita ao Parque, outro alguém sempre dizia que a trilha era muito pesada e cansativa.*

T5: *O início da volta é um pouco mais penoso devido a termos que subir quase 600 metros por um caminho bem íngreme, mas foram colocados bancos de madeira em locais estratégicos para descanso.*

T6: *A chegada à cachoeira vale o cansaço do percurso. [...] A volta, é claro, mais cansativa do que a ida e feita em um espaço de tempo maior, mas isto não faz com que o passeio como um todo seja prejudicado.*

T7: *Seduzido pela tranquilidade, gasto bastante tempo ali.*

Numa ligação entre o tempo e a atividade física, observa-se nas falas alguns turistas relacionando o passeio a uma atividade física. Pode-se inferir que desta forma o turista se motiva a finalizar a trilha, mesmo percebendo a dificuldade. E por fim, afirmam que o tempo “perdido” vale a pena pela paisagem encontrada.

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

SUBCATEGORIA: Percepções sobre o guia de turismo

Nesta etapa buscou-se aprofundar a percepção do turista em relação à experiência autoguiada, de modo a observar qual a percepção do turista em relação a este profissional, mesmo se tratando de uma experiência em que este profissional não estava presente.

Nas falas aqui analisadas, observa-se a maioria dos turistas (T1, T2, T3, T6 e T7) afirmando a satisfação em realizar o passeio sem o guia. Na fala de T3, observa-se a surpresa do turista ao perceber que é possível realizar a visita sozinho, associando ainda o sinal de celular a um possível meio de comunicação em caso de pedido de socorro. No entanto, em menor frequência, observa-se a fala de T4, que afirma que para a primeira visita, a presença do guia está relacionada à informação, o que confirma a fala de um dos guias entrevistados, quando ele menciona “guia é segurança e informação”.

T1: *A possibilidade de escolher fazer o passeio em grupo ou sozinha, ou mesmo em grupos sem guia, no início me pareceu meio confusa.*

T3: *Não fazia ideia que desse para caminhar aquilo tudo sem guia. No começo da caminhada, lembrei-me do que a guia tinha falado (em 2012) sobre as minas de cristal, em buracos no chão, e também do que me lembro como “cascalho de cristal”. Ela fazia a gente reparar no brilho das pedras para identificar a diferença daquelas para outras pedras. Pra mim, mesmo olhando de novo, é só uma brita mesmo.*

T4: *Para quem vai a primeira vez no Parque acho que seria mais aconselhável ir acompanhado de um guia para conhecer melhor a fauna, flora e cultura da região.*

T5: *Nada mencionado.*

T6: *O sinal de celular traz segurança àqueles que poderiam ficar com medo de fazer o passeio sem guia, devido a possibilidade de pedir socorro caso necessário.*

T7: *Andar sem guia no PARNA-CV é uma experiência magnífica.*

Num outro momento, existiu o turista (T2) que mencionou buscar informações antes da viagem, é o que Gastal (2005) conceitua como Imagem, produzida a partir do Imaginário do turista.

T2: *Sempre adorei fazer trilhas, mas nunca gostei de fazer isso na companhia de Guias de turismo. [...] Gosto de buscar todas as informações possíveis antes de ir a algum lugar, e acho interessante poder conversar com os guias antes do passeio, porém na hora de encarar a trilha, prefiro ir com poucas pessoas, fazendo a caminhada no meu ritmo, e parando para ver aquilo que surpreende o meu olhar.*

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

SUBCATEGORIA: Percepções sobre a Experiência/ Olhar/ Imagem e Imaginário

Nesta subcategoria buscou-se tratar da teoria trazida neste estudo, em especial do sentimento que persegue o homem desde tempos remotos para percorrer locais distintos de seu convívio.

Observa-se o comportamento dos que desejam experienciar de forma individualizada (T3) e aqueles que já se sentem seguros de retornar sem um guia de turismo, por considerar-se apto à atividade (T4). Outros se mostram poetas da viagem (T7).

T1: *Com certeza é uma visita para se fazer várias vezes, conhecer os diferentes caminhos e guardar muitas recordações.*

T2: *Conhecer o Parque foi uma experiência muito boa, percebi que a trilha não era tão monstruosa como falavam e apesar de ter ficado exausta, acho que valeu a pena toda a caminhada.*

T3: *O dia estava um pouco nublado, mas bem quente. O sol foi ficando mais forte ao longo do caminho. Sabíamos que havia chovido recentemente e poderia chover de novo. Os pássaros estavam cantando animados com o clima molhadinho e havia muitas flores pelo caminho. [...] a gente já vê uns veios de água brotando das pedras e é uma delícia para molhar o rosto e beber direto com a mão. Além de encher a garrafa de água, que já acabou. [...] Quando estou assim no mato, não faço questão de conversar. Prefiro escutar os sons que a gente não costuma ouvir na cidade. Por isso, caminho mais afastada das pessoas.*

T4: *Em uma possível volta ao Parque acho que o guia seja desnecessário pois já conhecendo as trilhas sem o guia o visitante tem mais liberdade de trajetos e horários e maior privacidade.*

T5: *No caminho me deparei com diversos veios d'água devido ser época de chuvas e o solo estar bastante molhado. [...]cheguei com facilidade ao Mirante do Salto de 120 metros e o visual é de tirar o fôlego.*

T6: *Nada mencionado.*

T7: *O ritmo da caminhada, o momento das paradas, o destino, o horário da saída das cachoeiras, o foco da atenção, o cuidado, afinal, tudo fica por conta do visitante, sofrendo influência apenas da natureza e dos horários do Parque. [...] Sem explicações dá-se espaço para o silêncio, ou melhor, aos sons da natureza, quebrados apenas pelos próprios passos. Mais livre ainda fica o pensamento. Guiado pela liberdade sigo para o Cânion II. [...] Poucas braçadas me mostram que não é dia para deleites.*

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

SUBCATEGORIA: Percepções sobre a Sinalização Turística e Comunicação

A sinalização turística aqui tratada relaciona-se ao autoguiamento tratado pela IN nº 8/2008, do ICMBIO, que tornou facultativa a presença do guia na visita ao PARNA-CV. Com isso, entende-se que a sinalização turística do Parque está diretamente relacionada ao autoguiamento.

Nesse sentido, observou-se nas falas de T1, T3 e T6 que a sinalização proposta para o PARNA-CV tem atendido as necessidades dos turistas que optam por realizar o passeio autoguiado.

T1: *a sinalização do Parque e dos diferentes caminhos está excelente.*

T2: *Nada mencionado.*

T3: *gostei muito das setas pelo caminho, orientadas por cor. Mesmo indo na frente não dá para se perder. Tem marcações até em pedras, e dá para perceber que estão em uma distância regular umas das outras. Quando a gente começa a se perguntar se é por ali mesmo, lá está outra seta.*

T4: *Nada mencionado.*

T5: *É um percurso de 4.250 metros com variação altimétrica de 200 metros, com duração prevista de 2 horas até o destino e que seria sempre indicado com setas na cor amarela. [...] A volta é sempre indicada por setas na cor branca. [...] Interessante ressaltar que praticamente toda o caminho possui sinal de celular, o que traz comodidade aos que gostam de compartilhar os momentos em redes sociais.*

T7: *Nada mencionado.*

A sinalização associa-se também à segurança oferecida ao turista na fala de T6.

T6: *A sinalização das trilhas é muito bem organizada e faz com que mesmo pessoas não habituadas a este tipo de passeio sintam-se tranquilas quanto ao percurso.*

CATEGORIA 1

Visita Autoguiada

Definição: Turismo realizado no Parque sem a presença do guia de turismo

SUBCATEGORIA: Percepções Ambientais

A subcategoria aqui tratada serve para avaliar a percepção do turista em relação às questões ambientais que a paisagem oferece. Na visita autoguiada, essa percepção fica por conta exclusivamente do turista, por este não possuir um mediador entre ele e a paisagem.

Nos relatos aqui trazidos, a percepção mais evidente está relacionada às quedas d'águas, principalmente no que tange ao potencial para banho e beleza (T1, T2, T3, T4, T5 e T6).

T1: *o Parque Nacional se torna imperdível por suas trilhas diversas, quedas d'água imensas, natureza quase totalmente preservada e ótimos locais para se tomar banho.*

T2: *Depois de passar por todos os obstáculos, encontrar aquela cachoeira linda ao final faz valer a pena todo o sacrifício.*

T3: *A Cachoeira do Parque da Chapada é perfeitamente “banhável”, já que pega sol e deu para nadar bastante.*

T4: *Gostei muito de como o Parque está preservado com o mínimo de instalações possíveis nas trilhas e cachoeiras e de como os visitantes respeitam o ambiente.*

T5: *o Salto de 80 metros, onde é permitido nadar em seu poço.*

O visual do salto também muito bonito e o poço quase nos impele para entrarmos assim que chegamos.

T6: *a queda d'água é um verdadeiro cenário de filme. [...] Este poço possui vários peixes pequenos, facilmente vistos da superfície.*

T7: *Respeito à natureza, conhecimento de seus próprios limites e atenção constante são imprescindíveis.*

6. O EXPERIMENTO DA VISITA GUIADA

Nesta experiência, a visita ao PARNA-CV era na modalidade guiada. Acompanhados por seis colegas, o nosso dia tinha uma longa programação dentro do Parque: percorrer a trilha dos Cânions e Carioquinhas com a presença de um guia.

Três semanas antes, o Globo Repórter exibiu um programa exclusivo sobre as paisagens da região. “Cada amanhecer é um espetáculo que se renova. Um céu que faz a gente querer ficar mais perto dele para admirar essa região intocável”. Neste programa, o repórter entrevistou o Guia Wilson José Dourado, que mencionou a importância da migração do trabalho no garimpo para o trabalho de guia de turismo para a preservação do local.

Com isso, ele ficou conhecido nacionalmente como ex-garimpeiro e um dos guias mais antigos da região quisemos aproveitar essa oportunidade para que ele nos guiasse em nosso passeio.

Não foi difícil encontrá-lo, pois segundo alguns moradores ele está todos os dias na porta do Parque à espera de grupos para guiar, “há dias em que ele dorme na porta da sede, para garantir o Guiamento do dia seguinte”, conta um deles. Os moradores narram que com a nova decisão do ICMBIO, alguns guias passaram a sofrer necessidades básicas por falta de trabalho, e Wilson é um deles.

Encontrando-o, logo ele consentiu em nos guiar. O preço cobrado foi de R\$10 reais por pessoa. Enquanto esperávamos um componente de nosso grupo que vinha de bicicleta de Alto Paraíso, ficamos na sede do Parque preenchendo os termos de responsabilidade e observando os demais grupos que esperavam para as trilhas.

Apesar de já estarmos no mês de abril, e passadas as “águas de março, fechando o verão”, mencionadas por Jobim em 1972, que supostamente dão início ao tempo seco, nos últimos tempos temos visto essa canção ficar desatualizada com as mudanças climáticas.

Assim, ainda chovia bastante, e apesar da liberação do acesso ao Parque para os turistas que desejam visitá-lo sem a presença do guia, neste dia havia uma exceção à regra de que ninguém podia fazer a trilha sem o guia, pois por conta das fortes chuvas a ponte que dá acesso à cachoeira das Carioquinhas estava em

manutenção e para acessar a cachoeira era preciso passar por um atalho que somente o guia de turismo tinha conhecimento.

Com isso, na sede do Parque havia três grupos a espera de guias para iniciar a visita. Um destes grupos insistia com a atendente para entrarem sozinhos, alegando, por vezes de forma arrogante, serem experientes em visitas à Parque Nacionais no Brasil inteiro.

Para colaborar com toda aquela confusão, nosso grupo se uniu a outro formando um único grupo para entrar no Parque com o auxílio do Sr. Wilson. Seguimos com o nosso objetivo, a cachoeira das Carioquinhas.

Tabela 8: Trilha dos Cânions e Carioquinhas

Informações da Trilha de Ida	
Distância da ida	5,32 km
Duração	2h 17min e 39 seg.
Velocidade média	25,51 min./km
Altitude mínima	893m
Altitude máxima	992m
Subida total	147 m
Descida total	204 m
Tempo	Ensolarado

Fonte: *Endomondo Sports Tracker*.

No início da trilha, o guia que nos acompanhava explicou sobre a importância de ser preservar a região, de andarmos juntos em fila indiana e mencionou que ao longo da caminhada faria algumas pausas para bate-papos e explicações (Fig. 30).

Figura 32: Wilson Dourado, guia de turismo.



Fonte: a autora.

Em nossa primeira parada, o Sr. Wilson contou parte de sua história. Ex-garimpeiro e guia há muitos anos, caminha de chinelos em função de uma disfunção no osso, demonstrando força e habilidades natas ao local. Mencionou ainda que foi o autor do primeiro guiamento no Parque, no ano de 1970.

Volta e meia o guia fazia uma parada e nos explicava sobre espécies do Cerrado, nomenclaturas e suas propriedades benéficas (Fig. 31).

Figura 33: Explicações



Fonte: a autora.

Pegamos chuva em quase toda a trilha de ida, o que nos trouxe dificuldade em relação aos equipamentos fotográficos que carregávamos. Não obstante, a chuva só traz beleza à paisagem. Foi tranquilo avistar por toda a trilha a flor popularmente conhecida por Chuveirinho do Cerrado, de nome científico *Paepalanthus SP*,

Figura 34: *Paepalanthus SP* (Chuveirinho)



Fonte: a autora.

O volume da chuva só aumentava e por alguns instantes pensei em voltar e desistir da trilha naquele dia. O Sr. Wilson seguia na frente com uma capa de chuva que só protegia a mochila onde ele transportava alguns equipamentos de primeiros socorros.

Atravessamos pelo rio o caminho que normalmente se faz pela ponte (a ponte motivo de confusão na sede do Parque). O rio naquela hora do dia, apesar da forte chuva, ainda tinha um volume d'água tranquilo.

Com mais alguns metros chegamos ao Cânion I (Fig. 33), momento de contemplação. As pedras estavam escorregadias e confesso ter tido medo de me aproximar da borda para melhor visualizar. O volume d'água era tamanho que nunca tinha presenciado aquilo antes, e o guia de um grupo que passou por nós comentou também nunca ter visto tão grande volume naquelas águas.

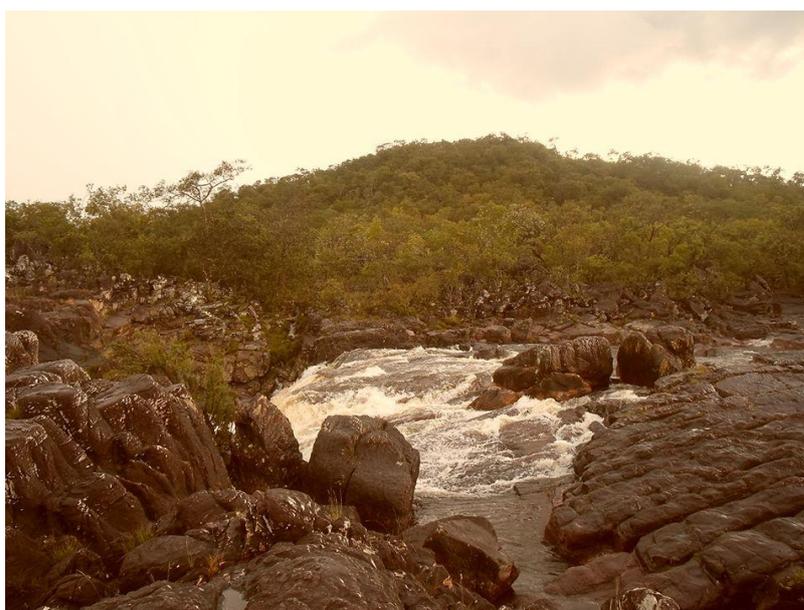
Figura 35: Cãnion I



Fonte: a autora.

Mais à frente, momento em que o rio se torna mais extenso, fizemos outra parada antes da tão esperada Cachoeira das Carioquinhas. Ali, alguns se arriscaram a um banho e outros apenas se alimentaram e aproveitaram o sol que havia resolvido aparecer um pouquinho.

Figura 36: Volume do Rio



Fonte: Samara Lima.

Em seguida, passou por nós aquele grupo de insistia na discussão em fazer a trilha sem o guia, que de tanto insistirem, conseguiram permissão para que fossem sozinhos.

Após o banho e alimentação, nosso grupo continuou a trilha. Com poucos minutos, já ouvíamos o barulho da queda d'água. O acesso à Cachoeira se dá por meio de uma escadaria íngreme. (Fig. 35).

Figura 37: Escadaria de acesso à Carioquinhas



Fonte: a autora.

Era medonho observar o volume do rio, e da escadaria avistamos um grupo que, pela posição que se encontravam na água, corria sérios riscos (Fig. 36).

Figura 38: Volume d'água



Fonte: a autora.

Após descermos, nos acomodamos sobre as pedras e contemplamos a beleza e a imensidão da natureza que nos consumia. Tive sensações distintas naquela hora, imaginando que a qualquer momento a barreira do rio iria se romper e nos levar junto à água. Mas, ao mesmo tempo, ter a oportunidade de contemplar tão de perto aquela imensidão, aquele som da natureza, foi sublime.

Figura 39: Cachoeira Carioquinhas

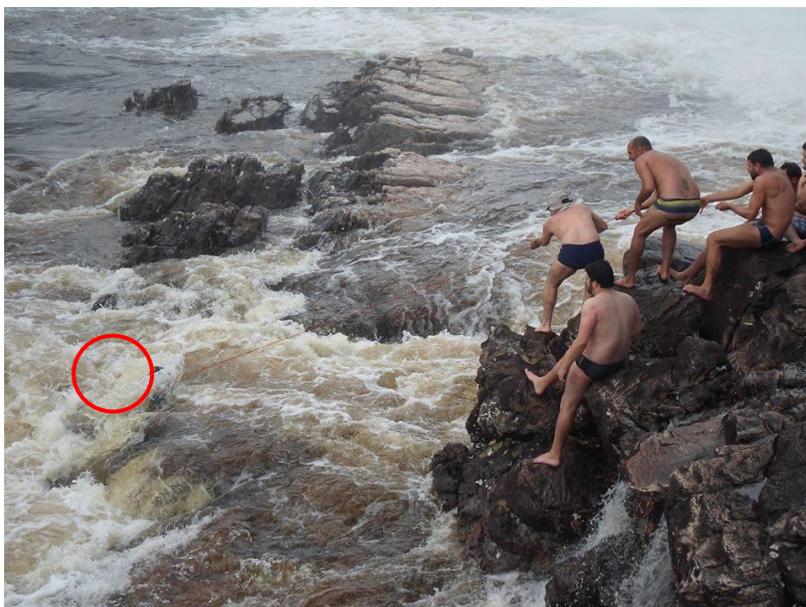


Fonte: a autora.

O volume era tanto que os pingos d'água tocavam o rosto, de modo que até fotografar era arriscado.

Apesar de tamanho espetáculo, percebemos que o grupo mencionado anteriormente, que estavam em posição perigosa, não conseguia voltar — alguns mesmo arriscaram um mergulho, contudo com o volume da água que subia rapidamente, ficaram presos às pedras — e pudemos presenciar um movimento de resgate desses rapazes (Fig. 38).

Figura 40: Início do Resgate



Fonte: Samara Lima.

Por sinal, o grupo que se afogava era justamente o que insistiu em realizar a trilha sem a presença do guia, pois garantiram ter experiência suficiente para visitar um Parque Nacional sozinhos. Ironia ou não, o que salvou os dois rapazes da água foi a estreita corda de um dos guias presentes no local (foto 39).

Figura 41: Resgate com sucesso



Fonte: Samara Lima.

Após o acontecimento, nos alimentamos e logo resolvemos voltar. O tempo fechou novamente e no céu uma forte chuva se formava. Só de pensar que tudo aquilo terminou bem já tornou o dia inesquecível, e acredito que todos compartilharam do mesmo sentimento.

A trilha de volta foi toda debaixo de chuva forte, e felizmente voltamos cheios de histórias para contar.

5.2 Análises Guiadas

Nos dias 29 de março e 12 de abril foram realizadas as visitas guiadas¹⁵, em que novamente a autora teve papel tão somente de acompanhar e analisar o grupo durante a visita, desta vez com um guia para todo o percurso, conforme a metodologia proposta.

Portanto, seguem abaixo, os relatos obtidos a partir desta experiência guiada. Dos dez participantes, tivemos nove relatos válidos. E novamente os participantes são identificados por números, equivalentes aos anteriores.

Assim, as fotografias e relatos existentes a seguir referem-se, nessa ordem, aos atores citados acima.

¹⁵ Desta vez, tivemos de realizar a visita Guiada em duas etapas, pois as datas não coincidiram com a disponibilidade de todos. Assim, um grupo foi no dia 29/3 e o outro no dia 12/4.

CATEGORIA 2

Visita guiada

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções sobre Parques Nacionais: Medo e Insegurança

Nesta subcategoria buscou-se avaliar o turista em relação ao medo e à insegurança que um Parque Nacional pode oferecer, no entanto, aqui os relatos trazidos são a partir de visitas assistidas por um Guia de Turismo.

O esperado para um clima chuvoso no Cerrado é verdadeiramente o perigo e a fúria das águas por seu grande volume.

T1: *Pessoalmente, para as pessoas que estão fazendo esse tipo de atividade pela primeira vez, eu sugeriria fortemente o passeio guiado.*

T3: *Nossas primeiras perguntas para a guia eram se essa trilha era mais comprida ou mais íngreme que a outra. Já tínhamos visto que a altimetria da trilha dos saltos era maior que a dos cânions, que, no entanto, era mais comprida que a outra. Mas alguns de nós queriam confirmar com a guia se iriam sofrer muito.*

T6: *Nada mencionado.*

T8: *O meu medo era as pedras que tem nos cânions e antes de chegar à cachoeira Carioquinhas se tornarem muito escorregadias por causa da água da chuva e eu ou alguém cair, mas quanto à isso foi tranquilo.*

T9: *Não sabia bem o que esperar desse passeio. Sabia por relatos de amigos que as trilhas do Parque Nacional, eram mais puxadas das que eu estou acostumado. [...] A trilha começou a ficar pesada, mas estava muito divertido, apesar do medo de escorregar nas pedras. [...] Lá de cima, vimos um grupo se arriscando nas corredeiras. Não deu outra, presenciamos um salvamento. Graças a Deus o resgate do cidadão que estava sendo levado pelas corredeiras deu certo, mas foram minutos de tensão.*

Nesta etapa, observa-se o medo como uma preocupação constante nas falas de todos os turistas. Medo este que é comedido pela presença de um guia, que segurança representou para os turistas em questão (T5 e T7).

T5: *Fomos sempre orientados quanto à segurança e que sempre devemos respeitar a natureza. [...] Ao chegar nessa cachoeira nos deparamos com um grupo, sem guia, que se aventurou entrando no Rio Preto até umas pedras, mas devido à grande cheia do rio eles foram ilhados e correndo perigo de serem levados pela forte correnteza. Graças a outro grupo que estava sendo guiado com equipamento, pois o guia possuía uma corda, foi feito um salvamento e os que estavam ilhados conseguiram ser resgatados apenas com leves escoriações.*

T7: *Antes de descer para a cachoeira paramos para ver três pessoas em perigo,*



ilhadas numa pedra sem chance de voltar em segurança. Descemos. Após a tensa travessia de pequena corredeira, auxiliados pelo Sr. Wilson, nos deparamos com dois dos onipotentes e independentes de Guia sendo puxados por quatro homens que se esforçam

muito para vencer a força da correnteza e salvá-los

CATEGORIA 2

Visita guiada

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções sobre Sedentarismo/ Atividade física/ Tempo

O tempo e o sedentarismo aqui tratados foram marcados especialmente pela forte chuva que emoldurou o cenário e a experiência dos turistas.

Uns trataram o tempo e o esforço, como essenciais para chegar rápido de volta à sede do Parque (T3,). De modo a finalizar aquela experiência da forma mais rápida possível, talvez pelo desconforto ou pelo cansaço.

T3: *A ponte da foto lá em cima passava sobre um rio apelidado Rio da Preguiça,*



porque, não era necessário ir muito longe para banhar-se ou lavar roupa. Percebendo que ainda faltava muito, alguns se perguntavam por que não poderiam ficar ali. A Guia avisou que não

enchêssemos a garrafinha ali, pois esse rio passava por algumas propriedades e a água podia não ser muito limpa. [...] nos preparamos para voltar. Alguns já perguntavam se havia um atalho.

Outros utilizaram o tempo para usufruir um pouco mais da presença do Guia, de modo a explorar ainda mais sua vivência e experiência.

T5: *O caminho da volta foi sob forte chuva, o que nos retardou um pouco.*

T6: *Desta vez, o cansaço não foi tão sentido, por mais que esta trilha fosse maior. Atribuo isto ao fato de não ter criado falsas expectativas quanto à chegada ao final da trilha, pois Patrícia nos indicava a quilometragem e tempo faltante.*

T7: *Apertamos o passo até o Cânion II.*

T8: *Vim no ritmo de seu Wilson e conversei bastante com ele e foi um dos melhores momentos do passeio.*

T9: *Quando o guia falou da duração do passeio, então, fiquei com medo de não aguentar por falta de condicionamento físico. [...] A volta é sempre mais difícil, os corpos cansados pediam descanso, mas conseguimos vencer o trajeto, já quase irreconhecível, com a cheia das águas. Gostei muito do passeio, foi uma experiência incrível, mas é só para quem está com o preparo em dia. Acabei descobrindo que o meu está legal, pois aguentei essa aventura sem ficar dolorido no outro dia.*

CATEGORIA 2**Visita guiada**

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções sobre o Guia de Turismo

O principal objetivo deste trabalho é observar a influência do Guia de Turismo na experiência do turista dentro do PARNA-CV.

Nesta ocasião, o guia de turismo foi tido como peça essencial que acrescenta valor à visita (T1, T3 e T6).

T1: *A guia era muito bem preparada e conhecia o Parque em vários aspectos, o que foi indispensável para que o passeio fosse bem aproveitado e divertido. Se o objetivo do visitante for somente tomar banho nas cachoeiras, o guia pode não ser necessário. Mas para conhecer um pouco melhor o Parque, sua história e um pouco da fauna e da flora do Cerrado esse profissional é de grande ajuda.*

T3: *então manteve o grupo a uns 500m de distância dali e os levou por um caminho mais seguro. [...] A guia indicou um trecho em que poderíamos tomar banho, mas alertou para que não ultrapassássemos certo limite de rochas altas que protegiam da velocidade da correnteza.*

T6: *Eu, particularmente, tenho certa simpatia por guias, gosto muito de saber sobre fatos curiosos sobre os locais os quais conheço e desta vez não foi diferente. [...] Por ser estudante de Biologia, nossa trilha foi também uma grande aula sobre a fauna e a flora do Parque. [...] Entrava na água conosco, indicava bons lugares para tirar foto, pulava das pedras na água, ria e etc. foi uma ótima guia e ótima companhia. Contratamos uma guia e fizemos uma amiga, que com certeza será recomendada aos amigos que quiserem conhecer o Parque.*

Os turistas associaram o guia aos perigos que o Parque oferece em épocas chuvosas, pois na ocasião puderam perceber a importância do guia para a segurança e informação do turista ao presenciarem um resgate. Essa percepção aparece nítida nas falas de T3, T7, T8 e T9.

T5: *Ao chegarmos à sede fomos recebidos pelo Guia Sr. Wilson, primeiro e mais antigo guia de São Jorge.*

T7: *Chegamos ao Parque às dez da manhã. Forma-se o grupo enquanto observo um grupo de quatro pessoas, todos homens por volta dos 25 anos, negando a visita guiada e dizendo serem capazes de fazer o passeio sem guia. [...] Evidente a necessidade de guia para os inexperientes ou em épocas perigosas. Fui tomar um banho num pequeno fio d'água que caía em meio às pedras. Prontamente censurado pelo Sr. Wilson que pensou que eu iria me expor a risco.*

T8: *Ele nos disse que a trilha para as Carioquinhas tem a duração média de 6 horas, contando ida e volta e que pararia para falar alguma curiosidade sobre o Parque, o cerrado ou sobre o garimpo, quando necessário. [...] Nesse dia, porém, percebi que*

de fato era necessário que os visitantes descessem com guias, pois, ao chegar às Carioquinhas, vimos um Guia resgatando um homem na cachoeira. O fluxo da água estava absurdamente forte e, esse guia não estivesse lá, colete e cordas, talvez tivesse



se com

acontecido um acidente mais sério e o homem tivesse ido a óbito.

Registrei o resgate com fotografias e ainda bem que deu tudo certo, mas voltei de lá pensando sobre a importância dos guias para a segurança do visitante e tal.

T9: *Fizemos uma parada providencial, para repor as energias, com um delicioso pão com sardinha e pedaços de rapadura trazida pelo nosso experiente guia, que me deixou de queixo caído andando de havaianas, e numa agilidade como se estivesse indo comprar pão na padaria. Logo ali.*

CATEGORIA 2

Visita guiada

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções sobre a Experiência/ Olhar/ Imagem e Imaginário

Nesta etapa, o próprio turista revela que o guia desperta o olhar. Deste modo, observa-se o olhar muito mais aprofundado que na visita autoguiada.

Numa das falas de T6, o turista menciona que apesar das belezas da trilha anterior serem mais evidentes, ele elege a trilha guiada como a melhor.

T6: *De forma resumida, escolheria esta como a melhor trilha que fizemos, por mais que as belezas naturais da primeira sejam mais evidentes.*

Depreende-se desta fala a comparação indireta mencionada por Richardson na análise de conteúdo. Pode-se observar ainda que o guia de turismo acrescentou ao passeio de forma tal que tornou a paisagem mais interessante ao olhar do turista.

Na fala de T7 observa-se que ele não defende a obrigatoriedade do guia para a visita, mas afirma que a não obrigatoriedade não é para todos os tipos de turistas.

T1: *A trilha feita dessa vez foi diferente da anterior, onde aproveitamos muito mais as cachoeiras do que o passeio em si. [..]Foi com certeza um passeio muito rico e muito agradável.*

T3: *Ela mostrou uma pedra com um buraco no meio, que os guias conhecem como*



“pedra do coração”. Eu disse que eu nunca via nessas pedras os bichos que os guias sugeriam e disse

que a pedra que ela disse que era um jacaré na verdade era um golfinho. Chegando ao cânion, a paisagem era lindíssima. [...] Lembrei que tínhamos visto uma imagem dessa cachoeira na época da seca e se via mais rocha do que água, bem diferente de como estava a cachoeira no dia.

T5: *A experiência da visita guiada foi bastante interessante e serviu para um conhecimento mais profundo do Parque, além da segurança passada pelas orientações do Guia.*

T7: *Partimos sob a tutela do guia mais antigo do Parque, o Sr. Wilson. Chinelo nos dedos, rosto marcado pelo tempo e passadas firmes. [...] Seguimos caminhando e a toda hora perguntando coisas ao guia que, a todo tempo, nos desperta os olhos para as belezas e singularidades do cerrado. [...] Fica ao final do dia a certeza que o passeio sem guia no PARNA-CV é uma experiência para poucos.*

T8: *Gostei bastante do passeio. Gostei muito de fazer trilha e gostei mais ainda de voltar a Parque.*

T9: *No trajeto consegui tirar algumas fotos, quando a chuva dava uma trégua. A melhor foi a de um pássaro que não consegui identificar. Quando chegamos nas Carioquinha, não acreditei na força da água. Um espetáculo da natureza.*



CATEGORIA 2**Visita guiada**

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções sobre a Sinalização Turística

Conforme subentendido, a sinalização turística na visita guiada fica em segundo plano na visão do turista. Observou-se aqui que dentro os sete relatos obtidos, somente dois (T5 e T8) mencionam a sinalização, associando-a como única mudança ocorrida no Parque.

T1: Nada mencionado.

T3: Nada mencionado.

T5: *O início da trilha coincide com o dos saltos de 80/120 metros. Seguimos sempre as setas de coloração vermelha.*

T6: Nada mencionado.

T7: Nada mencionado.

T8: *Contudo, tirando o fato de que não é mais obrigado fazer as trilhas com guias, o Parque não mudou muito, só está mais sinalizado do que antes, com setas pintadas nas pedras indicados as trilhas, por onde seguir.*

T9: Nada mencionado.

CATEGORIA 2

Visita guiada

Definição: Turismo realizado no Parque com a presença de um Guia de Turismo.

SUBCATEGORIA: Percepções Ambientais

Em se tratando de percepções ambientais na visita guiada, pôde-se observar uma relação direta entre a presença do guia de turismo e o aumento das mesmas pelos turistas aqui estudados.

Nesta etapa observou-se que fizeram mais paradas para contemplar a paisagem, aprofundando o olhar em relação as plantas nativas e ao volume da água. Essa percepção pode se justificar pelo fato de que quando o turista visita o Parque sozinho, a principal motivação dele é chegar o mais rápido possível ao principal atrativo, e o que Gastal (2005) chama de ansiedade diante do novo, um dos cinco elementos entre os deslocamentos. Sendo assim, nítida a influência que o Guia de Turismo exerce sobre a visão do turista.

A uma visão de somente ver ele convida o turista a um olhar mais intenso e aprofundado, como menciona Tiburi (2005).

Pôde-se observar ainda o papel da interpretação como Murta e Albano (2002) menciona, como algo que convence as pessoas do valor de seu patrimônio. E ainda dito por Tilden (1977) o pai da interpretação, que esta não tem por objetivo a instrução, mas sim a provocação.

T1: *Aprendemos um pouco sobre a história do Parque, sobre preservação do Cerrado, nomes e propriedades de plantas e espécies nativas etc. [...] Nessa, durante a caminhada fizemos mais paradas para observarmos um pouco da natureza do Cerrado, tirarmos fotos e ouvir sobre alguma história ou curiosidade do local.*

T3: *A planta com a qual fiquei mais encantada foi a chuveirinho, que eu conhecia como sempre-viva. Havia muitas no caminho. A guia explicou que havia tido um incêndio havia algumas semanas e, em geral, isso*



ativa a floração dessa planta. [...] O rio estava alto e muito caudaloso devido às chuvas recentes.

T5: *Ao chegarmos no Cânion 2 nos deparamos com o alto nível do Rio Preto, que impossibilitava a entrada na água com segurança, mas dada minha experiência em natação, aproveitei e mergulhei em um remanso seguro formado pelo rio. Nos deparamos com os rios e córregos extremamente volumosos e perigosos.*

T6: Nada mencionado.

T7: *Lá um pouco de sol e pouca possibilidade de banho. Muita água. Rumamos para as Carioquinhas.*



T8: *durante a trilha, choveu mesmo. Significativamente, choveu duas vezes, sendo que em uma delas, a chuva foi tão forte que ficamos completamente encharcados. [...] Descobri que prefiro fazer trilhas com chuva ou com o tempo nublado do que com sol. Com chuva é mais agradável e divertido, apesar de mais perigoso.*

T9: *Continuando a trilha o tempo começa a fechar, e logo cai uma tempestade. Que tempestade!! Foi um sufoco guardar e proteger os equipamentos fotográficos*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. [-]

O fim de uma viagem é apenas o começo de outra.

José Saramago

A partir dos elementos levantados nessa dissertação, por meio das entrevistas e das análises dos relatos obtidos sobre a experiência dos turistas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros- GO, foram apresentadas neste capítulo, algumas considerações, recomendações e contribuições sobre o tema estudado, além de sugestões para pesquisas futuras.

Considerações

Essa dissertação teve o objetivo de analisar por meio de pesquisa, observação e vivência, a experiência das visitas guiadas e autoguiadas no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A pesquisa realizou-se mediante elaboração teórica e prática, sendo a primeira por meio de pesquisa bibliográfica e documental e a segunda mediante relatos obtidos a partir da experiência dos turistas e da autora ao visitarem o Parque, em visitas guiadas e autoguiadas.

O método fenomenológico favoreceu a investigação por meio de uma abordagem qualitativa e interpretativa. Ademais, ao longo do trabalho, destacaram-se questões referentes ao potencial do turismo para a experiência do manejo em Parques Nacionais, em especial ao observar a relação do turista com a visita guiada e autoguiada.

Quanto aos objetivos específicos apresentados nesta pesquisa, buscou-se alcançá-los mediante o desenvolvimento teórico e a pesquisa *in loco*.

Os dois primeiros objetivos propostos, “Elaborar uma reflexão sobre as principais características das visitas guiadas e autoguiadas no PARNA-CV” e “Analisar o papel dos Guias/Condutores de Turismo na conservação do meio natural no PARNA-CV” foram atingidos por meio de investigação bibliográfica e documental.

A partir dessas referências foram desenvolvidos os principais conceitos utilizados para analisar o terceiro e último objetivo específico “Compreender como ocorre a mediação dos guias e condutores de Turismo em relação à experiência dos

turistas no PARNA-CV”. Objetivo este que foi alcançado a partir de relatos aqui obtidos.

Dessa forma, observa-se o alcance do objetivo geral mediante as análises feitas a partir dos objetivos específicos. Com isso, seguem as considerações do que foi verificado no contexto final da pesquisa.

Por meio da metodologia escolhida e das referências utilizadas, constatou-se que as viagens constituem momentos únicos na vida dos que a realizam. Conhecer e vivenciar os mares, as cachoeiras, as obras de arte, museus, centro históricos, distintas paisagens é um exercício para o olhar entre os ambientes naturais e os projetados.

No ambiente natural a vivência transporta o turista a um cenário de intensificação dos sentidos, ampliando o ver, o sentir, o ouvir e ainda o tocar. É um movimento que introduz o ser de volta à sua casa, seu ambiente de origem. O turismo em Parques Nacionais se encarrega de ofertar essa vivência de acordo com as paisagens e os ambientes naturais aos que buscam e desejam essa experiência, que pode ser vivida por duas formas distintas: mediada pela presença, olhar e a fala de um guia de turismo; ou, autoguiada pelo pensamento e sentimento do seu próprio olhar.

Verificou-se neste estudo, por meio da experiência de dois grupos de turistas, a importância tanto do guiamento quanto da visita autoguiada, ao se observar e analisar características das visitas em questão e suas influências, dentro do ambiente natural, como Parques Nacionais.

Percorrer Parques Nacionais é na essência algo seletivo, já que não são todas as pessoas que têm interesses em visitar os Parques, menos ainda são as que realizam as suas trilhas. Nos relatos trazidos neste trabalho, ficou perceptível a associação da visita ao PARNA-CV a uma dimensão de receio e de algo desafiador ao visitante.

Na visita autoguiada, a peculiaridade de percorrer espaços por si só parece atraente aos olhos de muitos turistas. Porém, por meio dos relatos obtidos, observou-se que o primeiro sentimento ao escolher a visita autoguiada era o medo e/ou a insegurança do desconhecido. Apesar disso, no desenrolar dos relatos, percebe-se o mergulho dos turistas na paisagem e no potencial que o Parque

oferece – o que muitos acreditavam não ser possível em se tratando de uma visita autoguiada.

Nesta modalidade, constatou-se, também, a dificuldade que algumas pessoas possuem de se desvencilhar do cotidiano urbano; fatores como os horários, a pressa e a individualidade são por vezes mencionados pelos turistas. Vale destacar, que alguns trataram a experiência como uma atividade física. Além disso, existiram indicações de comportamentos daqueles que se obrigam a experimentar o ambiente de forma tão rígida que se perde a essência da naturalidade do meio.

Na visita guiada, ser direcionado a observar o que há de melhor na paisagem torna-se algo também intenso. Entretanto, existem as distintas afirmações sobre o que é o melhor a se observar. Para os turistas do grupo guiado, a visita foi rica e repleta de novas percepções, trazidas pelos guias por meio de suas histórias e informações.

Visto isso, as duas formas de visita parecem ter seu espaço consolidado no mercado turístico e, conseqüentemente, a opção por uma ou outra visita depende do perfil dos turistas que pelo mundo viaja. Cada um a seu modo, mas com os mesmos objetivos de contato com o meio natural.

Não obstante, é preciso fortalecer a importância de uma postura responsável como pilar de sustentação para um Turismo Sustentável/Responsável, ordenado em qualquer localidade, principalmente em áreas naturais, seja pela experiência do turista por intermédio do guia de turismo, ou do próprio turista quando numa visita autoguiada.

No caso do PARNA-CV, aqui trazido como motivador para a formulação de uma questão problema, a não obrigatoriedade do guia de turismo para a visita pode caracterizar um não controle de uma grande área comum e um risco, na medida em que pode causar danos à Unidade de Conservação.

Por outro lado, é preciso observar o direito que o turista possui de escolher ou não o apoio de um guia para a visita, seja no PARNA-CV ou em qualquer outro atrativo ou destino turístico. No entanto, há que se pensar que no caso específico dessa pesquisa, no PARNA-CV, a importância do papel mediador do guia foi essencial para a segurança quanto aos riscos de uma experiência isolada, e para

oferecer contribuições ao conhecimento dos turistas sobre a riqueza e a biodiversidade típicas do Cerrado.

Recomendações

Quando se analisa a visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO de forma abrangente, observa-se aberturas e possibilidades para a existência das duas modalidades de visitação – guiada e autoguiada.

No entanto, após o presente estudo, conclui-se que para a visitação ao PARNA-CV a presença de um guia de turismo é essencial. Essa constatação baseia-se no período de realização dos trabalhos de campo desta pesquisa, realizados de novembro a maio, período este marcado por um verão quente e chuvoso, em que o Cerrado oferece inúmeros riscos aos turistas.

Deste modo, pode-se afirmar que para os meses de novembro a maio (6 meses) a presença do guia de turismo é inerente à visitação e deveria ser obrigatória com o objetivo de oferecer uma maior segurança ao turista que busca a visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Sugestões para pesquisas futuras

São propostos a seguir, alguns pontos que podem ser trabalhados em pesquisas futuras:

- Estudar detalhadamente o modo de guiamento realizado pelos guias do PARNA-CV para analisar os detalhes da interpretação feita por eles;
- Desenvolver pesquisa junto aos turistas para detectar o nível de satisfação quanto ao guiamento recebido no PARNA-CV;
- Reescrever a história do PARNA-CV, por meio de história oral, contada pelos guias de turismo remanescentes do garimpo na região.

Contribuições

Empreende-se que de forma geral a pesquisa trouxe resultados satisfatórios referentes ao tema abordado, principalmente levando em consideração os conflitos existentes no PARNA-CV e os anseios dos turistas em percorrer áreas naturais preservadas.

O presente trabalho pode servir de ferramenta importante para a gestão do PARNA-CV e para os guias de turismo no que diz respeito à visitação na unidade. Trazendo uma compreensão mais ampla e detalhada de como a visita guiada se torna importante para o PARNA-CV em meses chuvosos.

A pesquisa traz ainda a importância da interpretação feita pelo guia de turismo, de modo a subsidiar os guias que desejam aperfeiçoar suas visitas ao Parque.

Com os dados levantados nessa investigação, pretende-se divulgar a história do PARNA-CV e do guiamento e autoguiamento por meio de artigos e livros que poderão subsidiar outras gestões de Unidades de Conservação.

Pretende-se ainda difundir aos guias a importância da capacitação e do constante estudo sobre os turistas de modo a proporcionar cada vez mais um

serviço prestado com qualidade e de forma fiel aos fatos ocorridos nas áreas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e de tantas outras áreas de guiamiento.

Nós mesmos, eis a grande questão da viagem. Nós mesmos e nada mais. Ou pouco mais. Certamente há muitos pretextos, ocasiões e justificativas, mas em realidade só pegamos a estrada movidos pelo desejo de partir em nossa própria busca com o propósito, muito hipotético, de nos reencontrarmos ou, quem sabe, de nos encontrarmos.

Michel Onfray

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas. Editora Papirus, 1994.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989 (8ª edição).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. 226p.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BRASIL. **Código Florestal**. 1934.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. **SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação**.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional do Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR. (1994)

Brasil. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Brasília: 2009

BUCHINA, Izabel. **Simplesmente Maria: Temas, lemas e dilemas**. <eme-de-maria.blogspot.com.br/2011/10/origem-da-palavra-fenomenologia.html?zx=ba4a669fed87c136> Acessado em 19 de outubro de 2013.

CARDOSO, M. M. et al. **Implantação da trilha autoguiada na Estação Experimental e Ecológica de Assis (SP)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3, 2002, Fortaleza. Anais [...] Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: FBPN: Associação Caatinga, 2002. v. 1, p. 454-463.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Ministério da Educação – MEC, 2012.

CHIMENTI, Silva. TAVARES, Adriana de Menezes. Guia de Turismo: **O profissional e a profissão**. São Paulo. Editora SENAC, 2007.

COHEN, John. **HOMO PSYCHOLOGICVS: Um Estudo sobre o Homem como ser lúdico, ativo e ocioso**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 1972.

COSTA, Patrícia Côrtes. **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO – Matéria prima do Ecoturismo**. São Paulo: ed. Aleph, 2002.

DEMO, Pedro. **Saber pensar é questionar**. Brasília: Líber Livro, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. Pedro Demo. Ed. Ver. E ampl. _ 15 reimpr. _ São Paulo: Atlas, 2012.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jaques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003

DIAS, Célia Maria de Mores (2002) (Org.) **Hospitalidade, Reflexões e Perspectivas**. São Paulo: Manole.

ESTEVES, Caio Marcio Proetti. **Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil**. UFRRJ 2006

FRANCO, José Luiz de Andrade. DRUMMOND, José Augusto. **História Ambiental: Fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. SILVA, Sandro Dutra e; TAVARES, Giovana Galvão; FRANCO, José Luiz de Andrade. DRUMMOND, José Augusto. (Org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

GASTAL, Susana (Org.) BENI, Mário Carlos. CASTROGIONNI, António Carlos. **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo. Editora Contexto, 2002.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo, SP: Aleph, 2005.

GOUBOUT, J. (1997). **Recevoir c'est Donner**. *Revue Communications*, nº 65, Paris: Du Seuil.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAM, S. H. ***Interpretación ambiental: una Guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños***. Golden: North American Press, 1992. 437 p.

HARDIN, Garrett. *The Tragedy of the Commons* “**A tragédia dos Comuns**”. Science, New Series, Vol. 162. 1968.

ICMBIO – **Instituto Chico Mendes** <www.icmbio.gov.br.html> Acessado em 17 de fevereiro de 2013.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes <www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/MapaUCSJan2013_Web.pdf> Acessado em 14 de maio de 2013.

OLIVEIRA JÚNIOR, Altino Bonfim de. **Eco Turismo – Conflito entre Teoria e Prática**. Edufba, 2010.

KLINK, Amyr. **Mar sem fim**. Cia das Letras, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1989.

LIMA, Luiz. **Entre Cimos Nublados, Uma Solidão Selvagem: Uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros**. 2ª Edição. 2009

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. 3ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2011

MAIA, Alessandra. GAUZISKI, Débora. FALCÃO, Grécia. **Lomografando a cidade: a experiência de flânarie através da fotografia**. Buenos Aires – Argentina: Internacional Conference La Plata. 2012

MENEZES, Pedro de Castro da Cunha. **Entrevista sobre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Entrevista (celular) concedida a Thamyris Carvalho Andrade em 3 de maio de 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. (Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura). 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR
<www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20131106-1.html> Acessado em 6 de novembro de 2013.

MURTA, Stela Maris. ALBANO, Celina. (Org). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002

MURTA, Stela Maris. GOODEY, Brian. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002

ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem: Poética da geografia/** Michel Onfray; tradução de Paulo Neves – Porto Alegre, RS: L&PM,2009.

Oshobrasil'sblog. oshobrasil.wordpress.com/osho-brasil-festival. Acessado em 14 de agosto de 2013.

PEREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural: Uma visão antropológica**. Tenerife España: El Sauzal, 2009 (COLECCION PASSOS EDITA).

Responsible Tourism in Cape Town.

ROSS, K. **Turismo de Experiência**. Ed. Senac São Paulo. 2001

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. Ed. Atlas, 1985.

SADALA, MARIA LÚCIA ARAÚJO. **A fenomenologia como método de pesquisa na área de Enfermagem**. In: **II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**, 2004, Bauru, 2004.

SALVATI, Sérgio Salazar (Org). Turismo Responsável _ **Manual de Políticas Públicas**. Brasília, DF, WWF Brasil, 2004.

SCHELLE, Karl Gottlob. **A Arte de Passear**. Ed. Martins Fontes. 2001.

SELLARS, Richard West. **Preserving Nature in the National Parks**. Yale University Press. 1997

SILVIA, Edna Lucia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação/** Edna Lucia da Silva, Estera Muszkat Menezes. 3. Ed. ver. Atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino à distância da UFSC, 2001.

TIBURI, Marcia. **Aprender a pensar e descobrir o olhar**. Artigo originalmente publicado pelo Jornal do Margs, edição 103 (setembro/outubro). Acessado em 20 de fevereiro de 2013.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo de experiência**. Organizadores: Alexandre Panosso Netto e Cecília Gaeta –São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WESTERN, David. LINDBERG, Kreg. HAWKINS, Donald E. (Org.) **ECOTURISMO: Um Guia para planejamento e gestão**. São Paulo. Ed. Senac São Paulo, 2005.

WWF – *World Wild Fund* – **MANUAL DE ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília. WWF Brasil, 2003.

ANEXOS

A- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES, nomeado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 532, de 30 de julho de 2008, de acordo com o texto da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto 6.100, de 26 de abril de 2007, ambos publicados no Diário Oficial da União do subsequente; Considerando o que dispõe a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e as Leis 8.666 de 21 de junho de 1993 e 8.987 de 13 de fevereiro de 1995; Considerando as especificidades das Unidades de Conservação relacionadas com Povos e Comunidades Tradicionais e o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Considerando o documento intitulado “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação”, aprovado pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 120, de 12 de abril de 2006; Considerando a necessidade de visitação nas Unidades de Conservação ser feita de maneira coerente e uniforme nos planos de manejo e nos instrumentos de gestão das unidades; Considerando a necessidade de normatizar e estabelecer os procedimentos necessários para a prestação de serviços por meio da condução de visitantes em Unidades de Conservação;

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao Turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa considera-se condutor de visitantes a pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes, aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS E DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 3º São estabelecidos como princípios:

I – a não obrigatoriedade da contratação do condutor de visitantes;

II – que a contratação de condutores seja recomendada aos visitantes das unidades de conservação.

III – que o plano de manejo de cada unidade de conservação estabeleça os locais de visitação e as normas e regras específicas para a atividade dos condutores de visitantes.

Parágrafo Único. A recomendação de que trata o inciso II é especialmente indicada nos casos de:

I – visitantes com interesse em aprofundar e/ou adquirir conhecimentos sobre a unidade de conservação e seus atrativos específicos;

II – visitantes em atividade pedagógica;

III – visitantes crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais;

IV – visitantes que irão realizar caminhadas em trilhas de longa distância e/ou de percurso duradouro com maior grau de dificuldade;

V – visitas em áreas de comunidades tradicionais.

Art. 4º O ICMBio, por meio das suas respectivas unidades de conservação, deve prover, de maneira clara aos visitantes, informações sobre as características socioambientais da área, os riscos inerentes às atividades a serem desenvolvidas na respectiva unidade de conservação, bem como às fragilidades do ambiente e normas específicas de cada sítio de visitação.

Art. 5º Deve ser assegurado que os condutores de visitantes promovam a unidade de conservação e seu potencial e que transmitam aos visitantes conhecimentos relacionados à função e objetivos da unidade de conservação visitada.

CAPÍTULO III – DOS CASOS ESPECIAIS

Art. 6º Em casos e situações específicas, em que a unidade de conservação precise adotar estratégias de gestão para garantir a integridade do patrimônio natural e sociocultural da mesma, para garantir o bem-estar e a segurança dos visitantes e das comunidades residentes ou para visitação em ambientes que necessitam de proteção especial, a obrigatoriedade da contratação de condutores de visitantes poderá ser adotada.

§ 1º Quando houver a obrigatoriedade da contratação de condutores, esta norma deve estar contida no plano de manejo da unidade, considerando critérios objetivos e tecnicamente justificáveis;

§ 2º São exemplos de ambientes que necessitam de proteção especial: ambientes recifais; cavernícolas; falésias, dunas, sítios arqueológicos e paleontológicos; locais que apresentam espécies

de interesse especial para a conservação ou para o uso sustentável e cultura das comunidades tradicionais;

§3º São exemplos de situações específicas: locais com alto índice de acidentes; atrativos que são visitados em horários diferentes do horário de funcionamento normal da unidade de conservação; locais que apresentam índices históricos de degradação; áreas de uso e residência de povos e comunidades tradicionais; áreas em que existe concessão florestal;

§4º A Unidade de Conservação poderá adotar outras estratégias de gestão para garantir a integridade do patrimônio natural e sociocultural da unidade de conservação e para garantir a segurança dos visitantes como a disponibilização de pessoal no próprio local a ser protegido, a instalação de guarda-copos e outras estruturas de segurança, programas de sensibilização do visitante, entre outras.

CAPÍTULO IV – DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Art. 7º As unidades somente devem recomendar a contratação de condutores de visitantes cadastrados pelo seu órgão gestor.

§ 1º – Para obter o cadastramento, é necessário que o condutor:

I – Tenha mais de 18 anos;

II – Esteja devidamente capacitado;

III – Esteja devidamente equipado, de acordo com a atividade a ser desenvolvida;

IV – Tenha conhecimento dos caminhos, atrativos locais e normas de visitação;

V – Seja reconhecido e aprovado pelo Conselho Deliberativo da unidade nas Reservas Extrativistas e

Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

§ 2º – É desejável que os condutores sejam moradores do interior ou do entorno das unidades, de acordo com cada categoria de manejo.

Art. 8º Sugere-se que as unidades de conservação observem as seguintes recomendações com relação ao exercício da atividade dos condutores de visitantes, sem prejuízo das especificidades e necessidades locais:

I – estabelecer mecanismos de avaliação periódica dos condutores cadastrados;

II – estabelecer que eventuais punições devam acontecer de forma gradativa (A – advertência, B –

suspensão, C – exclusão do cadastro);

III – estabelecer que o desrespeito às normas da unidade de conservação, aos visitantes ou à população

residente nas unidades devem levar à aplicação de punições, sem prejuízo das sanções legais;

IV – estabelecer que a participação do condutor em atividades de manejo, monitoramento e manutenção na unidade de conservação seja desejada e/ou recomendada;

V – estabelecer que a participação em cursos de atualização seja recomendada ou, dependendo do caso, obrigatória, bem como a participação em treinamentos e simulações de atendimento de primeiros socorros, salvaguarda da vida humana, sobrevivência, salvatagem (florestas, rios e mar).

Art. 9º Cada unidade de conservação deverá realizar levantamento de condutores que atuam na unidade para identificar necessidades de capacitação e/ou cadastramento.

CAPÍTULO V – DA CAPACITAÇÃO DO CONDUTOR

Art. 10º É recomendado que as unidades adotem os seguintes critérios quanto à formação dos condutores de visitantes:

I – que o mesmo seja capacitado de acordo com parâmetros mínimos, que podem seguir o estabelecido por outras instituições habilitadas;

II – o conteúdo mínimo necessário pode seguir o proposto no Anexo I;

III – deve ser estipulado um processo de qualificação que considere as necessidades das unidades de conservação, de acordo com as atividades desenvolvidas nas mesmas, podendo em alguns casos preverem qualificações específicas. Devem ser consideradas ainda as especificidades regionais, inclusive de baixa escolaridade nas regiões das unidades;

IV – quando couber, devem ser desenvolvidas parcerias para capacitações específicas com instituições de ensino profissional e tecnológico, clubes de montanhismo e mergulho, Forças Armadas, entre outros.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Presidente

ANEXO I – CONTEÚDO MÍNIMO DESEJÁVEL

TEMA I – Meio ambiente e cultura (ênfase na UC)	TEMA II – Trabalho do condutor	TEMA III – Segurança e equipamentos
A – história e geografia regional; B – ambiente da unidade de conservação; C – Turismo e sustentabilidade; D – legislação pertinente	A – técnicas de condução; B – atividade de interpretação ambiental; C – monitoramento de impactos; D – ética, apresentação pessoal e relações interpessoais.	A – primeiros socorros/ resgate/ combate a incêndios; B – sexualidade/ DST/ drogas;

* OBS: Todos os temas deverão ser abordados com ênfase em atividades práticas.

APÊNDICES

A- Convite aos voluntários para os experimentos da Pesquisa

Este convite teve o objetivo de captar pessoas para realizar o experimento nas visitas Guiadas e autoguiadas do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

“Olá amigos e amigas,

Como sabem, desenvolvo a minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília.

Faz parte da metodologia da pesquisa acompanhar visitas no PARNA-CV. Vou acompanhar um mesmo grupo de 10 pessoas em dois momentos diferentes. O grupo pode ser constituído por pessoas conhecidas e gostaria muito de contar com a sua participação nos dois momentos.

A primeira visita pretendo realizar no próximo final de semana dos dias 15/16 de fevereiro. A proposta é de nos encontrarmos na sede do Parque (São Jorge) pela manhã do sábado ou do domingo, vai depender se puderem ir na sexta ou no sábado. Será necessário levarem suas máquinas fotográficas para registrar o que desejarem durante a visita e vou precisar também que após a visita cada um possa me escrever um relato sobre ela, mas isso pode ser feito com um pouco mais de tempo. Sugiro levarem um caderninho ou bloco para facilitar.

Como alguns sabem, não tenho bolsa de Mestrado. Logo, conto com o apoio de quem puder fazer esse investimento pensando aqui na sua amiga, rs. Porém, para facilitar, eu irei no meu carro na sexta às 5h e tem 3 vagas disponíveis e o Plínio irá também na sexta, às 18h, e tem 3 vagas disponíveis. Com relação à hospedagem cada um pode se hospedar onde desejar, ou posso ver um aluguel de um chalé, ficaria mais barato para todos, mas dependendo da confirmação de vocês.

Resumindo, pessoal, conto com vocês para realizar este experimento. Please, me respondam rapidinho.

Um super beijo e, nunca é demais, um 2014 MARAVILHOSO!

Thamy”